



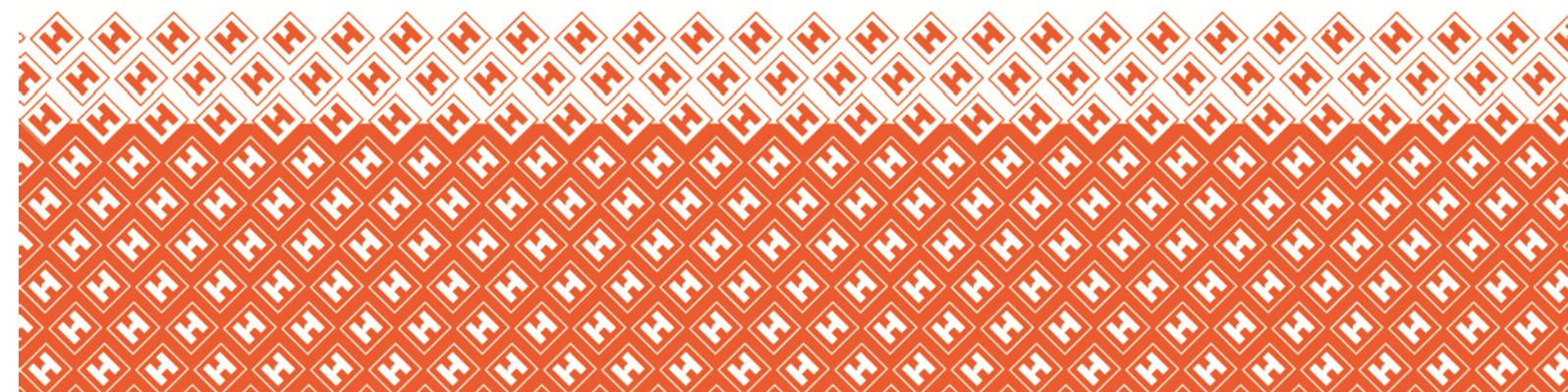
PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

MARCO JOSÉ DOS SANTOS MATOS

**Os Guató segundo Hercule Florence:
Historiografia e Ensino de
História Indígena**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
2020



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO – UNEMAT
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA
PROFHISTÓRIA

MARCO JOSÉ DOS SANTOS MATOS

Os Guató segundo Hercule Florence:
Historiografia e Ensino de
História Indígena

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História, da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Linha de Pesquisa: Saberes Históricos no Espaço Escolar.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marli Auxiliadora de Almeida.

Cáceres (MT)
Maio, 2020

MARCO JOSÉ DOS SANTOS MATOS

**Os Guató segundo Hercule Florence:
Historiografia e Ensino de História Indígena**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória)
da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

Cáceres, 27 de maio de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Marli Auxiliadora de Almeida (Orientadora)
Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT

Prof.^a Dr.^a Mônica Cibele da Cruz (Examinadora externa)
Faculdade Intercultural Indígena – FAIND/UNEMAT

Prof. Dr. Osvaldo Mariotto Cerezer (Examinador interno)
Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT

Prof.^a Dr.^a Regiane Custódio (Suplente)
Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT

RESUMO

A aprovação da lei 11.645/2008 tornou obrigatório o ensino de história e cultura indígena no currículo da educação básica em todo país, colocando aos professores de história e gestores da educação o desafio de incorporar no processo educativo a diversidade étnica e cultural dos grupos indígenas. Entre os grupos excluídos da narrativa histórica ensinada nas escolas do estado de Mato Grosso, estão os Guató, um dos últimos povos de tradição canoieira do continente sul-americano. O objetivo desta pesquisa foi analisar como as representações do povo indígena Guató na obra *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829*, de autoria do artista e inventor francês Hercule Florence (1804-1879), podem constituir-se em fonte histórica e metodológica para o ensino de história indígena na educação básica. O artista registrou os Guató em textos e imagens na condição de segundo-desenhista da expedição Langsdorff, que percorreu a província de Mato Grosso entre os anos de 1826 e 1827. O presente estudo visa contribuir com o processo de implementação da lei 11.645/2008 a partir da produção de um livro paradidático destinado aos professores de história sobre o ensino de história indígena Guató na educação básica. A pesquisa adotou a perspectiva historiográfica denominada de História Cultural ou Nova História Cultural através do campo da História Indígena ou Nova História Indígena e seu ensino, que tem se caracterizado por recuperar o protagonismo dos povos indígenas na narrativa histórica nacional. Neste estudo concluímos que Florence registrou os povos indígenas de forma dicotômica e maniqueísta e representou o povo Guató a partir da perspectiva do “bom selvagem”. A sua obra apresenta informações importantes sobre o modo de vida dos Guató na primeira metade do século XIX, porém apresenta uma narrativa repleta de representações sociais que registraram o povo a partir de uma perspectiva marcada pela idealização e exotismo.

Palavras-Chave: ProfHistória; Ensino de História Indígena; Guató.

ABSTRACT

The approval of Law 11.645/2008 made the teaching of indigenous history and culture mandatory in the basic education curriculum across the country, imposing on history teachers and education managers the challenge of incorporating indigenous groups present in the local context into the educational process. The Guató people are among the groups excluded from the historical narrative taught in schools in the state of Mato Grosso. They are one of the last peoples of the canoeing tradition of the South American continent. The objective of this dissertation is to analyze the book *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 to 1829*, by the French artist and inventor Hercule Florence (1804-1879), and how the representations of the Guató indigenous people can constitute a historical and methodological source for the teaching indigenous history in basic education. The artist registered the Guató in texts and images as second designer of the Langsdorff expedition, which traveled through the province of Mato Grosso 1826 to 1827. The present study aims to contribute to the process of implementing law 11.645/2008 from the production of a paradidactic book for history teachers on the teaching of Guató indigenous history in basic education. The research adopted the historiographical perspective called Cultural History or New Cultural History through the field of Indigenous History or New Indigenous History and its teaching, which has been characterized by recovering the role of indigenous peoples in the national historical narrative. In this study we conclude that representations of the Guató people in Florence's work can mobilize knowledge about the history and culture of this people in history classes in basic education, in addition to making it possible to reflect on the social and cultural context of the first half of the 19th century.

Keywords: ProfHistória; Teaching Indigenous History; Guató.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a várias pessoas e instituições que de diferentes formas tornaram possível a realização deste estudo. O agradecimento inicial é para a minha mãe Elza Felipe, mulher pantaneira que com sabedoria me ensinou o respeito às diferenças e a importância transformadora da educação. O meu agradecimento especial ao meu companheiro Marco Aurélio pelo suporte afetivo e técnico, fundamentais para concluir o trabalho durante a pandemia de Coronavírus. Agradeço ainda a minha irmã Elzira dos Santos Matos, pelas conversas que iluminaram a delimitação do tema de estudo.

Agradeço à minha orientadora Dr.^a Marli Auxiliadora de Almeida, por acreditar no meu trabalho e pelas contribuições fundamentais para a construção deste estudo. Em nome do Coordenador Dr. Osvaldo Mariotto Cerezer, que tanto contribuiu para a pesquisa, agradeço a toda equipe do ProfHistória da Unemat. Agradeço ainda aos meus amigos da Turma de 2018 e aos amigos da vida, que me inspiram e tornam a caminhada mais leve: Adriana Baccin, Bento Matias, Cida Mendes, Luciene Neves e Malu Souza.

É importante agradecer ainda às instituições que tornaram possível a realização deste estudo, como a CAPES, por me conceder bolsa de estudo durante o curso de mestrado, e a SEDUC – MT, pela concessão de licença para qualificação profissional e a Escola Estadual Professor Demétrio Costa Pereira, pelo incentivo da gestão ao meu processo de qualificação profissional. Estas condições foram fundamentais para cursar o mestrado e para a realização da pesquisa, que contribuíram sobremaneira para o meu aprimoramento profissional e intelectual e o meu crescimento pessoal.

*Dedico este trabalho ao povo indígena Guató
e sua luta pela terra e contra o preconceito.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
Capítulo 1 – Os Guató em Mato Grosso	17
1.1 O cenário da pesquisa	17
1.2 Os últimos canoeiros do Pantanal Mato-Grossense	21
1.3 Alianças e resistências	25
1.4 O povo Guató no século XIX: invasões, guerra e epidemias.....	31
1.5 O desafio da história Guató hoje	38
Capítulo 2 – A obra de Hercule Florence no ensino de história indígena.....	44
2.1 A importância dos documentos no ensino de história	44
2.2 Hercule Florence e sua obra.....	49
2.3 A Expedição Langsdorff.....	54
2.4 O uso de representações no ensino de história indígena.....	62
Capítulo 3 – A representação dos guató na obra de Hercule Florence	66
3.1 As representações na obra de Hercule Florence.....	66
3.2 Os Guató pelo olhar de Hercule Florence	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	99

INTRODUÇÃO

O presente estudo propôs analisar a representação do povo indígena Guató nos registros produzidos pelo artista francês Hercule Florence (1804-1879) em sua obra *Via-gem Fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829 [1875]* (2007). O artista atuou como segundo desenhista da Expedição Langsdorff¹ e registrou através de textos e imagens os Guató durante a passagem da expedição pelo Pantanal na primeira metade do século XIX. O manuscrito de Florence foi escrito originalmente em francês e traduzido para o português em 1875 por Alfredo d'Escagnolle Taunay, o Visconde de Taunay. A obra foi publicada pela primeira vez no tomo 38 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro e, durante várias décadas, constituiu-se no único registro sobre a expedição russa disponível no Brasil (TAUNAY, 2007). A edição analisada é uma publicação de 2007 em formato PDF que faz parte da Edição do Senado Federal - Vol. 93 com tradução de Visconde de Taunay e que está disponível para *download* gratuito no *site* do Senado Federal brasileiro².

A opção por analisar a obra de Florence no ensino de história indígena resultou da busca por fontes documentais que pudessem subsidiar o ensino da história do povo Guató nas escolas de educação básica. A obra de Florence destacou-se pela sua importância histórica e artística, caracterizada pela fluidez da escrita e pela beleza das imagens que registraram o contato do povo Guató com os membros da Expedição Langsdorff. Além de sua importância iconográfica, a narrativa de Florence é reconhecida por pesquisadores de diferentes áreas como o primeiro registro etnográfico produzido sobre o povo Guató. O reconhecimento da sua importância artística e científica levou ao desafio de pensar o uso desta obra no processo de implementação da lei 11.645/2008. A escolha da obra levou em consideração os seguintes aspectos:

¹ Durante o período de 1825 a 1828 dois artistas fizeram parte da Expedição Langsdorff, sendo eles Aimé-Adrien Taunay, que ocupou o posto de primeiro desenhista, e Hercule Florence, como segundo desenhista até a morte de Taunay em Vila Bela da Santíssima Trindade no ano de 1827 (COSTA & DIENER, 1995, p. 15).

² Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/188906> (acessado em 28/04/2020).

- a) A obra é de domínio público e de fácil acesso a professores e alunos da educação básica;
- b) A obra é constituída de textos e imagens, ampliando as possibilidades de análise e a sua utilização junto a alunos de diferentes etapas de formação escolar e de desenvolvimento cognitivo;
- c) A pesquisa foi realizada no município de Cáceres (MT), que compunha parte do território tradicional do povo Guató e uma das áreas percorridas por Hercule Florence e pela expedição Langsdorff no século XIX;
- e) A ausência dos Guató nos manuais didáticos de história e o desconhecimento da sociedade local acerca da importância do povo no processo de formação histórica e social do estado de Mato Grosso.

A lei 11.645 foi aprovada em 10 de março de 2008 e tornou obrigatório o ensino de história indígena na educação básica no Brasil. A referida lei alterou a lei 9.394, de 20 de novembro de 1996, complementando a lei 10.639/2003, que trata do ensino de história e cultura africanas nas escolas de educação básica. A aprovação da lei 11.645/2008 representou o reconhecimento por parte do Estado brasileiro das lutas engendradas pelo movimento indígena e indigenista desde a década de 1970 no país. O movimento indígena têm reconhecido a importância da educação como um dos principais canais de comunicação entre a povos indígenas e a sociedade nacional, pois é através da escola que a grande maioria da população tem acesso a conhecimentos sobre a diversidade étnica e cultural dos povos que formaram o Brasil.

O desenvolvimento da pesquisa partiu do seguinte questionamento: como utilizar a obra de Hercule Florence enquanto fonte histórica para o ensino da história do povo indígena Guató na educação básica? Este questionamento nos levou ao desafio de compreender o protagonismo dos Guató nos registros produzidos por Florence durante o contato do povo com os membros da Expedição Langsdorff. Para analisar a narrativa escrita e as imagens produzidas por Florence sobre os Guató utilizamos o conceito de representação proposto pelo historiador francês Roger Chartier (1988, p. 17), que propõe aos historiadores culturais analisar as fontes históricas a partir de suas intencionalidades, pois enquanto produtos culturais estes documentos refletem as relações de poder presentes em seu contexto de autoria, preservação e difusão. Para o autor, as fontes históricas são produtos culturais que expressam as representações sociais presentes em seus processos de

produção, preservação e apropriação, e só podem ser compreendidas a partir deste contexto.

As representações sociais são apreendidas e estruturadas a partir de uma série de discursos que constroem os significados das coisas no mundo social. Para Chartier (1988, p. 24), os processos de apropriação se inscrevem em nossas práticas sociais na medida que determinam a relação (pessoal e coletiva) que estabelecemos com os objetos culturais ou conteúdos do pensamento, podendo ser definida como o estudo dos “processos por intermédio do qual é historicamente produzido um sentido e diferenciadamente construída uma significação”. A opção por analisar os Guató na obra de Florence a partir do conceito de representação de Chartier (1988) resultou do entendimento de que as narrativas sobre os povos indígenas elaboradas por agentes da colonização são carregadas de representações que atendiam os interesses imperialistas da expedição Langsdorff e do recém-criado Estado brasileiro.

A Expedição Langsdorff foi uma expedição científica financiada pelo governo da Rússia³ e com o apoio do governo imperial brasileiro que percorreu, entre os anos de 1824 a 1829, cerca de 16 mil quilômetros por via fluvial, passando por regiões que correspondem hoje aos atuais estados de Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amazonas e Pará e produziu registros sobre a fauna, flora e os grupos humanos encontrados ao longo do percurso. A expedição russa chegou a Mato Grosso em 1826 e ficou estabelecida na cidade de Cuiabá (MT) até o ano de 1827, período no qual os seus membros realizaram incursões pelo interior da província, produzindo registros sobre os povos indígenas estabelecidos na região. Florence registrou os encontros com o povo Guató durante sua passagem pelos rios Paraguai e São Lourenço e durante sua incursão a Vila Maria do Paraguai (atual Cáceres) em 1727.

A pesquisa analisa possibilidades de uso da obra de Florence enquanto fonte histórica para o ensino da história do povo indígena Guató na educação básica. A escolha do objeto de estudo resultou de minha experiência de quase duas décadas como professor de história da rede estadual de ensino em Mato Grosso. Durante este período tenho atuado desde 2003 na cidade de Cáceres, localizada à margem esquerda do rio Paraguai e distante 220 km da capital Cuiabá. Cáceres está situado na fronteira com a Bolívia e é um dos municípios que compõem o Pantanal Mato-Grossense. A sua fundação ocorreu em 1778

³ A expedição Langsdorff, assim como outras expedições científicas do século XIX, conciliava interesses científicos e políticos, pois ao mesmo tempo que auxiliavam a estruturação do Estado brasileiro atendia aos interesses imperialistas das nações europeias (PEREIRA, 2016, p. 14).

com o nome de Vila Maria do Paraguay, sob ordem do então governador da capitania de Mato Grosso Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. A presença indígena na cidade está registrada em sua ata de fundação, que menciona que dos 161 moradores de Vila Maria, 78 eram indígenas do povo Chiquitano (VOLPATO, 1987, p. 45).

Na cidade de Cáceres tenho atuado como professor de história desde 2003 na Escola Estadual Professor Demétrio Costa Pereira. A unidade escolar, localizada na periferia do município, atualmente atende 600 alunos matriculados nos níveis fundamental e médio, distribuídos nos turnos matutino e vespertino. O seu corpo discente é composto por grande número de alunos em situação de vulnerabilidade social e caracterizada por grande diversidade social e cultural, graças a presença de alunos quilombolas, indígenas (Chiquitano), bolivianos, do campo, com deficiência, entre outros. A heterogeneidade presente na escola exige o diálogo com as diferenças ali representadas

No trabalho com a diversidade presente na escola os conhecimentos em antropologia adquiridos durante a graduação no curso de História pela Unemat contribuíram para o reconhecimento das alteridades presentes no contexto da sala de aula. A identificação da presença de indígenas na escola deu início a uma busca por estratégias de incorporar a história destes povos nos programas da disciplina. A vontade de inserir estes grupos era maior que a dificuldade de acessar materiais adequados para trabalhar com a questão indígena, pois os livros didáticos traziam informações insuficientes e inadequadas e a produção acadêmica específica era restrita a um círculo de especialistas. A estratégia adotada foi buscar conciliar a produção científica em história e antropologia a que tive acesso com o uso de documentos históricos no processo de ensino-aprendizagem.

Ao longo dos anos a minha prática pedagógica foi caracterizada por várias tentativas que resultaram em erros e acertos, pois o trabalho ocorria de forma experimental. As experiências desenvolvidas me auxiliaram na incorporação da história dos povos indígenas na narrativa histórica ensinada e a resposta por parte dos alunos era muito gratificante. Em 2008, a aprovação da lei 11.645 tornou obrigatório o ensino de história indígena nas escolas de educação básica em todo país e representou um novo estímulo para o reconhecimento da importância dos povos indígenas no processo de ensino-aprendizagem.

Durante o levantamento preliminar sobre os grupos estabelecidos no Pantanal Mato-Grossense, uma reportagem do dia 14 de janeiro de 2019 do periódico *El País*⁴

⁴ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/10/politica/1547127207_473507.html (acessado em 09/05/2020).

intitulada “Guató, o último povo a ter terra demarcada pode ser o primeiro a perdê-la sob Bolsonaro [Jair Bolsonaro]” me chamou a atenção para a luta das famílias estabelecidas em Mato Grosso pela demarcação da terra indígena Baía dos Guató, localizada no município de Barão de Melgaço (MT). Na reportagem era mencionada que uma sentença expedida no dia 14 de dezembro de 2018 pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região suspendeu a demarcação em decisão liminar. A decisão judicial que suspendeu a demarcação do território dos Guató atende uma ação movida contra os indígenas por produtores locais e pecuaristas e representa mais uma triste página na história de enfrentamento e resistência dos povos indígenas frente às violações de direitos que atentam contra a sua existência.

As imagens dos povos indígenas produzidas pelos diferentes agentes da colonização são reveladoras da relação dos povos indígenas com a sociedade nacional e são carregadas de representações sociais. As representações produzidas no século XIX sobre os indígenas são reproduzidas pelo aparelho político e por diferentes segmentos sociais do Brasil até os dias atuais. A relevância de analisar as representações do povo Guató na obra de Hercule Florence é justificada por tratar-se de um registro produzido durante o período de construção do Estado e da nação brasileira, além de marcar a intensificação da instalação das fazendas de criação de gado na região.

A partir do século XIX muitas famílias Guató foram expulsas de seu território tradicional para dar lugar à atividade pecuária no Pantanal, e muitas destas famílias atualmente vivem nas periferias dos municípios de Cuiabá, Poconé e Cáceres. A luta do povo Guató pela demarcação da terra indígena Baía dos Guató⁵ em Mato Grosso e a presença de famílias do povo na periferia do município de Cáceres, onde atuo como professor de história, representaram uma “demanda social do presente”, conforme discutida por John Monteiro (2000, p. 223), ao destacar a dimensão política da História Indígena. Segundo o autor existe uma estreita relação entre a produção sobre a temática indígena e as demandas dos movimentos sociais, que tem exigido dos historiadores o compromisso de incorporar em seus estudos as reivindicações destes grupos por meio de suas organizações indígenas.

⁵ A Terra Indígena Baía dos Guató possui uma extensão de 19 mil quilômetros e está localizada no Pantanal Mato-Grossense, entre os municípios de Poconé e Barão de Melgaço. Apesar da situação jurídica da terra indígena dos Guató encontrar-se homologada através do decreto nº 9.356, de 26 de abril de 2018, atualmente a sua demarcação está suspensa por decisão judicial de dezembro de 2019 (ISA, 2019).

A História Indígena ou Nova História Indígena reflete as lutas do movimento indígena no Brasil iniciadas a partir da década de 1970. Este subcampo interdisciplinar da História desenvolveu-se no país a partir de 1992 com a publicação da obra *História dos índios no Brasil* (1992), da antropóloga Manuela Carneiro da Cunha e tem se caracterizado pelo reconhecimento da historicidade dos povos indígenas e pela recuperação do protagonismo destes grupos no processo de formação histórica e cultural do Brasil. A produção em História Indígena no Brasil tem promovido uma mudança de foco da análise da figura do colonizador para os povos indígenas, a partir de estudos que tem privilegiado o diálogo multidisciplinar entre a história e a antropologia com outras ciências (MONTEIRO, 2000, p. 223).

Os historiadores/pesquisadores da História Indígena tem proposto um estudo renovado da documentação histórica existente, mesmo as já estudadas, a partir de novas interpretações destas fontes, de forma a revelar a participação dos povos indígenas no processo histórico nacional e rever o silenciamento imposto pela historiografia e pelo ensino de história, ambos com forte tradição etnocêntrica (MEC/CNE, 2013, p. 16). Porém, a crescente produção em História Indígena registrada no país ainda se encontra restrita às universidades e círculos de especialistas e, mesmo com a aprovação da lei 11.645/2008, o ensino de história na educação básica é caracterizado por um completo desconhecimento por parte de professores e alunos em relação a história e a cultura dos povos indígenas presentes no Brasil.

Neste sentido, o presente estudo propôs auxiliar no processo de implementação da lei 11.645/2008 através de um produto pedagógico no formato de um livro paradidático intitulado *Os Guató pelo olhar de Hercule Florence: Paradidático para o Ensino de História Indígena*, sobre o ensino da história do povo Guató, pois o desenvolvimento de uma produção acadêmica voltada ao estudo da presença dos povos indígenas no processo histórico nacional é tão significativo quanto a aproximação deste conhecimento com as diferentes esferas do processo de escolarização, especialmente a educação básica, principal responsável pela formação de referenciais básicos acerca da temática indígena para a grande maioria da população brasileira.

A elaboração do chamado produto pedagógico é uma exigência do Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória, um programa de pós-graduação *stricto sensu* desenvolvido em rede composta por mais de 39 instituições de ensino superior em todo país. Através de uma proposta que busca superar o distanciamento entre a produção

historiográfica e o conhecimento histórico ensinado, o ProfHistória tem permitido reconhecer as escolas de educação básica como importantes espaços de construção de saberes históricos e não como meros espaços de reprodução do conhecimento produzido pelas universidades.

O ensino de história tornou-se objeto de pesquisa no Brasil a partir do final da década de 1970, através da renovação teórica-metodológica promovida pelas experiências de ensino desenvolvidas por professores das redes públicas e privadas do país. Estas experiências, de acordo com Germinari (2011, p. 54), impactaram a produção acadêmica através da criação de espaços de reflexão sobre a prática do ensino de história, como a criação de laboratórios de ensino da disciplina em várias Instituições de Ensino Superior, e da incorporação da temática do ensino de história na ANPUH a partir de 1979. O estudo sobre o ensino de história no país tem se caracterizado pelo reconhecimento de que as escolas de educação básica não são apenas espaços de reprodução dos saberes produzidos nas universidades e que o processo de construção do ensino na educação básica resulta de processos complexos que mobilizam diferentes saberes, competências, procedimentos e atitudes construídos a partir da formação profissional e pessoal dos professores (MONTEIRO, 2007, p. 37).

No desenvolvimento da pesquisa procedeu-se a realização de levantamento bibliográfico e documental sobre a temática em arquivos virtuais da Fundação Nacional do Índio, da Hermeroteca da Biblioteca Nacional e do Instituto Socioambiental, além de arquivos físicos, como o Arquivo Público do estado de Mato Grosso, Biblioteca da Universidade Federal de Mato Grosso, Fundação Nacional do Índio de Cuiabá. Quanto ao uso da documentação utilizada neste estudo, fizemos a opção metodológica de manter a escrita original de todas as citações⁶, preservando a língua e o padrão de grafia de suas respectivas épocas. Este procedimento também foi adotado na grafia do nome do autor, Hercule Florence ao invés de Hércules Florence, para manter sua escrita original em francês.

Durante a pesquisa documental realizada em arquivos físicos e digitais foram levantados documentos que registraram o povo Guató em diferentes temporalidades. Estas fontes auxiliaram na contextualização sobre a história do povo Guató em Mato Grosso e

⁶ Segundo Alícia Duhá Lose (2017, p. 84), a opção por apresentar as citações com menor intervenção do autor da pesquisa tem o objetivo de proporcionar aos leitores de distintas formações acessar os documentos e proceder diferentes leituras sobre fontes primárias de pesquisa.

foram produzidos por diferentes agentes da colonização, tais como: José Vieira Couto de Magalhães (1874), Joaquim Ferreira Moutinho (1869), Oscar Canstat (1871), George von Langsdorff [1826] (1997) e Cândido Mariano da Silva Rondon (1949).

Em sua apresentação a presente pesquisa é composta de uma dissertação de mestrado e um produto pedagógico. A dissertação é composta de três capítulos, sendo o primeiro voltado para apresentar os aspectos históricos e culturais do povo Guató no século XIX e discutir sobre o desafio de ensinar de ensinar a história na atualidade. Este primeiro capítulo está organizado através dos seguintes itens: O cenário da pesquisa, Os últimos canoeiros do Pantanal Mato-Grossense, Alianças e resistências, O povo Guató no século XIX: invasões, guerra e epidemias e O desafio de ensinar história Guató na atualidade.

O segundo capítulo se voltou para o processo de produção, preservação e difusão da obra analisada e para a discussão sobre o uso de documentos no ensino de história indígena, para tanto apresentamos Hercule Florence e sua participação na expedição Langsdorff. O capítulo foi organizado nos seguintes itens: O estudo sobre representações, Hercule Florence e sua obra, A expedição Langsdorff e O uso de documentos no ensino de história indígena. O terceiro e último capítulo desta dissertação é destinado à apresentar os resultados da análise das representações do povo Guató na obra de Hercule Florence, para tanto iniciamos com uma discussão acerca da importância do conceito de representação social proposto por Roger Chartier (1988) para analisar a obra de Florence enquanto fonte histórica para o ensino de história indígena na educação básica.

A pesquisa realizada resultou ainda em um produto pedagógico apresentado como um livro paradidático em formato PDF composto de 60 páginas que apresentam a história e a cultura do povo Guató, Hercule Florence e a expedição Langsdorff e uma proposta de ensino que utiliza as imagens e textos de Florence como fonte histórica para o ensino de história indígena na educação básica, composta por sugestões de leitura, atividades e recursos audiovisuais.

CAPÍTULO 1 – OS GUATÓ EM MATO GROSSO

1.1 O cenário da pesquisa

O presente capítulo apresenta os aspectos históricos e culturais do povo indígena Guató no século XIX, período em que estabeleceram contato com os membros da expedição Langsdorff e foram registrados pelo artista francês Hercule Florence. Na contextualização dos Guató destacou-se os aspectos que garantiram a sobrevivência física e cultural do povo, como sua grande adaptabilidade ao ambiente pantaneiro e a política de alianças estabelecidas com outros povos indígenas e não-indígenas. Destacou-se ainda, as problemáticas enfrentadas na atualidade pelas famílias do povo Guató estabelecidas em Mato Grosso, como a luta pelo território e por sua visibilidade no ensino de história na educação básica.

O povo Guató é um grupo indígena de tradição canoeira estabelecido na Bacia do Alto Paraguai no Pantanal Mato-Grossense, que tradicionalmente ocupava uma extensa área territorial, que compreendia as terras altas, lagos e lagoas no entorno dos rios Paraguai e São Lourenço. Atualmente os Guató encontram-se reduzidos a três núcleos populacionais, localizados nos atuais estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (ISA, 2020). Os Guató são considerados um dos povos mais registrados na documentação histórica, onde o nome do grupo pode ser encontrada com diferentes grafias, tais como: *Guataes*, *Guatás*, *Guathós*, *Guatos*, *Guatòs*, *Goatos*, *Guattos* e *Guatues* (OLIVEIRA, 1995, p. 16).

Os Guató apresentam um modo de vida fortemente relacionado ao ciclo das águas no Pantanal, e por viverem no entorno dos principais rios da região, foram amplamente registrados pelos viajantes que percorriam a região. No século XIX, entre os diferentes agentes da colonização que registraram os Guató, destaca-se a narrativa produzida por Hercule Florence. Entre os anos de 1826 e 1827, durante sua participação como segundo-desenhista da Expedição Langsdorff, Florence registrou o povo Guató através de textos e imagens em seu diário de campo, manuscrito originalmente em francês.

Os registros produzidos por Florence deram origem à obra *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas 1825 a 1829*, publicada pela primeira vez somente em 1875, devido a

uma série de fatores, que envolvem desde questões contratuais com a Expedição Langsdorff e a dedicação de Florence aos estudos que resultaram no desenvolvimento da fotografia. A obra de Florence é reconhecida como a primeira descrição etnográfica dos Guató, apesar de que foi o geógrafo Francis de Castelnau (1810-1880)⁷ quem publicou pela primeira vez, em 1850, uma descrição etnográfica do povo (OLIVEIRA, 1995, p. 73).

Apesar da abundância de fontes documentais sobre os Guató ainda predomina nas escolas de educação básica em Mato Grosso um completo silêncio sobre a história e a cultura deste povo. Este cenário de desconhecimento sobre os Guató, revela, a ausência de estudos sobre os Guató na área de Ciências sociais, conforme destacou Oliveira (2002, p. 265):

Embora os Guató sejam representantes do complexo de povos canoieiros que emergiu na pré-história pantaneira e perdurou até tempos coloniais, continuam sendo pouco notados pelos cientistas sociais, ainda que tenham sido mencionados e descritos em fontes textuais desde a primeira metade do século XVI. Apesar disso, não é raro constatar a ausência de seu nome em manuais de Antropologia, Arqueologia, História e outras ciências vizinhas. (OLIVEIRA, 2002, p. 265)

Ao longo do século XX pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento produziram importantes estudos sobre o povo Guató, como o etnólogo alemão Max Schmidt (1870-1950), que realizou três viagens para estudar os Guató nos anos de 1901, 1910 e 1928. Além de uma detalhada descrição etnográfica dos Guató, Schmidt registrou em fotografias o modo de vida do povo na primeira metade do século XX. Estas fotografias encontram-se em arquivos digitais disponíveis na internet e parte delas foi utilizada para compor o livro paradigmático sobre o ensino de história Guató que resultou desta pesquisa.

O povo Guató teve sua “extinção” decretada por órgãos oficiais e intelectuais ainda na primeira metade do século XX, ficando durante várias décadas completamente “invisíveis” para a sociedade nacional e sem nenhum tipo de atendimento oficial. Esta “invisibilidade” dos Guató teve início na década de 1950, quando foram declarados “extintos” pelo Serviço de Proteção ao Índio – SPI. Estes dados foram utilizados pelo antropólogo Darcy Ribeiro em sua obra *Os índios e a Civilização* (1970), resultando na inclusão do povo Guató em uma relação de povos considerados extintos no país. Fora dos

⁷ A expedição Castelnau iniciou-se em 1843 no Rio de Janeiro e percorreu as províncias brasileiras de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Grão-Pará, além de territórios na Bolívia e no Peru. A expedição foi concluída em 1847 na província do Grão-Pará e tinha entre os seus objetivos a exploração e o mapeamento cartográfico dos rios do interior do continente americano (MORAES & COSTA, 2016, 169).

registros oficiais, os Guató passaram a ter a sua identidade indígena negada pela sociedade local, que os consideravam como “bugres” e sem direitos culturais e territoriais específicos.

A “extinção” decretada dos Guató atendia aos interesses fundiários sobre seu território no Pantanal, pois durante o período em que o povo ficou fora dos registros oficiais intensificou-se a instalação de fazendas de criação de gado e a presença de não-indígenas na região. Esta prática comprometeu a sobrevivência física e cultural das famílias do povo, que foram gradativamente expulsas de seus territórios e se somaram ao contingente populacional marginalizado presente nas periferias de cidades da região. A invisibilidade do povo Guató prevaleceu até o final da década de 1970, quando são identificados alguns remanescentes vivendo na periferia de Corumbá (MS). O processo de reconhecimento oficial dos Guató foi registrado pela linguista Adair Pimentel Palácio (1978), durante o desenvolvimento de sua pesquisa de doutorado. Segundo a autora:

Sem se saber precisar exatamente os motivos, de 1936, data em que Frederico Rondon esteve em contato com eles, até 1976, data da Pastoral em Aquidauana, os guatós passaram a ser considerados tribo extinta. A literatura nesse período de 40 anos, não contém qualquer informação baseada em contato pessoal com a tribo. (PALÁCIO, 1978, p. 5)

O reconhecimento dos Guató, segundo Palácio (1978, p. 5), teve início em 1976, quando a irmã Ada Gambarotto, na época à frente da Equipe Indigenista Missionária Diocesana de Corumbá, identificou Josefina, uma indígena de 55 anos do povo Guató produzindo artesanato na periferia de Corumbá. A partir da informação de que havia mais indígenas do povo vivendo em diferentes partes do Pantanal, foi organizada uma expedição fluvial que partiu de Corumbá no navio Potengy, em 24 de outubro de 1977, subindo o rio Paraguai: “A expedição era composta por um padre salesiano, um político local, um representante da FUNAI e dois indígenas, sendo um Cadiuéu e um Guató, Celso, filho de Josefina. Foram identificadas 42 famílias do povo Guató vivendo no Pantanal” (PALÁCIO, 1978, p. 5).

Após a identificação dessas famílias, outras três expedições foram realizadas pela Equipe Indigenista, que identificou, até 1978, cerca de 220 indígenas vivendo dispersos em diferentes partes do Pantanal e nas periferias de cidades como Corumbá e Cáceres. De acordo com a autora, a situação dos Guató no final da década de 1970 era bastante crítica, pois se encontravam vivendo de favores em terras de algum fazendeiro que lhes “permitia permanecer” em suas próprias terras. Boa parte dessas famílias viviam “escondidas até serem descobertas e enxotadas para outro esconderijo” (PALÁCIO, 1978, p.7).

Até meados da década de 1990, pouco ou nada se falava a respeito do povo indígena Guató nos municípios que compõem o Pantanal Mato-Grossense, como Cáceres, Poconé e Barão de Melgaço, além de sua presença na parte boliviana, praticamente desconhecida ou ignorada (FUNAI, 2006, p. 22). Em 1995 Jorge Eremites de Oliveira apresentou no Programa de Mestrado em História da PUC-RS a dissertação intitulada *Os argonautas Guató: aportes para o conhecimento dos assentamentos e da subsistência dos grupos que se estabeleceram nas áreas inundáveis do Pantanal Mato-Grossense* (1995). A pesquisa em arqueologia histórica foi desenvolvida junto as famílias Guató estabelecidas na ilha Ínsua no município de Corumbá (MS) e foi publicada em 1996 com o título *Guató Argonautas do Pantanal*, obra responsável por inserir o povo Guató na produção historiográfica contemporânea.

Entre as recentes produções sobre o povo Guató destaca-se as contribuições de Marilene da Silva Ribeiro (2005) com pesquisa sobre o processo de desterritorialização e reterritorialização das famílias Guató em Mato Grosso do Sul no século XX e Sonia Maria Couto Pereira (2016), através de sua dissertação de mestrado apresentada junto ao Programa de História da UFGD. A pesquisa intitulada *Etnografia e iconografia nos registros produzidos por Hercule Florence durante a expedição Langsdorff na província de Mato Grosso (1826 a 1829)*, apesar de não se debruçar exclusivamente sobre os Guató apresenta contribuições importantes para compreender a representação do povo nos registros produzidos por Florence, objeto de interesse desta pesquisa.

A partir do conceito de representação proposto por Chartier (1988), o presente estudo analisou a representação dos Guató na obra *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas 1825 a 1829* e seu uso enquanto fonte histórica no ensino de história na educação básica. Para tanto, buscamos compreender estas representações a partir do contexto histórico e social vivenciado pelo povo Guató no século XIX, período em que entraram em contato com os membros da expedição Langsdorff e foram registrados em textos e imagens pelo artista viajante Hercule Florence.

O presente capítulo se inicia com uma apresentação acerca da organização social e cultural do povo e suas estratégias de sobrevivência, baseadas em uma política de alianças que envolvia outros grupos indígenas e até mesmo não indígenas. O uso de representações na História Indígena e seu ensino exige além dos conhecimentos sobre o contexto histórico e social inscritos na autoria da obra analisada e seu processo de produção e difusão, conhecimentos sobre o contexto vivenciado pelo grupo indígena no momento de produção de tais representações.

As imagens construídas no século XIX sobre os povos indígenas são carregadas de representações sociais fortemente cristalizadas no imaginário da sociedade brasileira e ainda presentes nas escolas de educação básica em todo país. Estas imagens precisam ser analisadas para se evitar a reprodução da visão dos agentes da colonização sobre os indígenas, tendo em vista que estas representações buscavam justificar o domínio colonial e legitimar as formas de violência praticada contra os indígenas ao longo do processo histórico (BRIGHENTI, 2016, p. 239).

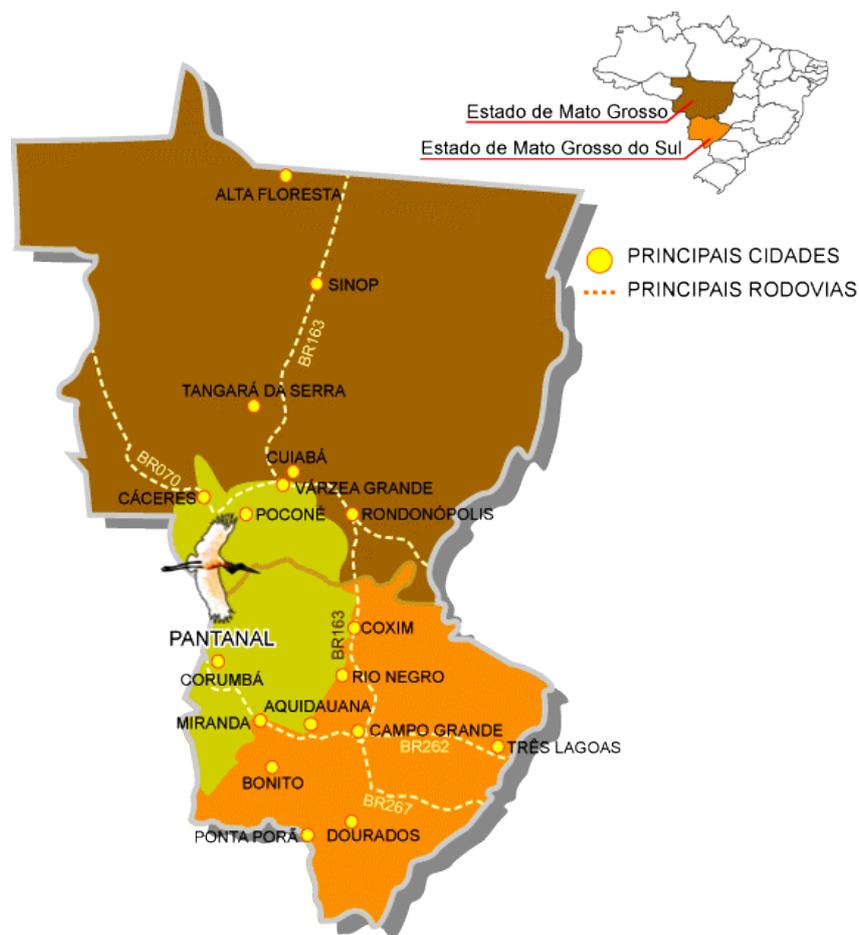
1.2 Os últimos canoeiros do Pantanal Mato-Grossense

Em sua obra *Guató: argonautas do Pantanal*, o arqueólogo e historiador Jorge Eremites de Oliveira (1995, p. 20), afirma que o território tradicional dos Guató corresponde à região sudoeste do estado de Mato Grosso, parte de Mato Grosso do Sul e Bolívia. Os Guató são os últimos povos indígenas canoeiros do Pantanal e a extensão de seu território abarca as ilhas e lagoas às margens dos rios Paraguai e São Lourenço⁸, desde as proximidades de Cáceres (MT) até a região do Caracará, passando pelas lagoas Gaíba e Uberaba, em Corumbá (MS) (OLIVEIRA, 1995, p. 88).

O Pantanal é ao mesmo tempo o menor dos biomas brasileiros e uma das áreas de maior inundação do globo. De acordo com o IBGE (2020), o Pantanal compreende uma área estimada em 150.355 km², que representa apenas 1,8% do território nacional. Está situado na América do Sul, na Bacia do Alto Paraguai, e abarca os territórios do Brasil, da Bolívia e do Paraguai⁹. Na parte brasileira o Pantanal compreende os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O termo Pantanal é utilizado para referir-se tanto ao bioma quanto a suas sub-regiões, havendo no Pantanal diversos pantanais: Pantanal de Cáceres, Pantanal do Poconé, Pantanal de Barão de Melgaço, Pantanal de Paiaguás, Pantanal da Nhecolândia, Pantanal do Paraguai, Pantanal de Aquidauana, Pantanal de Miranda, Pantanal do Abobral e Pantanal do Nabileque (OLIVEIRA, 1995).

⁸ O rio São Lourenço é também conhecido na história como rio Porrudos e cartograficamente corresponde ao trecho do rio Cuiabá, desde as proximidades do rio Piquiri até seu encontro com o rio Paraguai (OLIVEIRA, 1995, p. 88).

⁹ Dados obtidos em <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/territorio.html> (acessado em 10/11/2019).



Fonte: <https://brainly.com.br/tarefa/608499> (acessado em 10/10/2019)

O Pantanal representou para os povos indígenas que se estabeleceram na região, uma espécie de refúgio e proteção natural contra o ataque de grupos inimigos, sejam eles indígenas ou não-indígenas. Entre as diferentes culturas que se estabeleceram na região, os Guató são os últimos representantes dos povos de tradição canoieira do Pantanal Mato-Grossense e, “um dos últimos remanescentes dos grupos canoieiros do continente americano” (OLIVEIRA, 1995, p. 17). Segundo Oliveira, os Guató apresentam uma organização social relacionada com a utilização sustentável do ambiente pantaneiro e caracterizada pela ocupação sazonal das áreas inundáveis da região. Em suas palavras,

o Guató constitui um exemplo etnográfico de grupo essencialmente canoieiro, organizado em famílias autônomas, independentes umas das outras, cuja adaptação ecológica se caracteriza, entre outros fatores, pela ocupação sazonal de diferentes assentamentos, todos relacionados às áreas inundáveis que compreendem a maior parte da região pantaneira. (OLIVEIRA, 1995, p. 17)

Os Guató se organizavam de forma patrilinear - descendência na linha de parentesco do pai - em famílias autônomas e independentes umas das outras que constroem

relações de parentesco a partir de “laços de consanguinidade, afinidade e reciprocidade”. As famílias podiam ser monogâmicas ou poligâmicas e o número de esposas determinava o prestígio social, a produção doméstica e a rede de alianças (OLIVEIRA, 2003, p 82).

A língua Guató foi considerada uma língua isolada até a década de 1960, porém os estudos desenvolvidos a partir da década de 1970 a vincularam ao tronco linguístico Macro-Jê, tratando-se de uma família linguística composta de um único membro:

Apesar de estar filiada diretamente ao tronco Macro-Jê, a língua Guató não pertence, ao menos segundo consta na literatura analisada, a nenhuma família linguística a ele relacionada, inclusive a família Jê. Esta situação por certo é fruto da ausência de maiores estudos sobre o parentesco das línguas indígenas no Brasil. Entretanto, levando em conta as propostas apresentadas por Montserrat (1994), acredito que a língua Guató pode ser alternativamente considerada uma família linguística de um só membro, pertencendo ao tronco Macro-Jê. (OLIVEIRA, 2002, p. 268)

Ao contrário de outros povos indígenas de Mato Grosso, como os Xavante, os Bororo e os Rikbaktsa, que se organizam em aldeias composta de várias famílias, a organização dos Guató é baseada em núcleos familiares independentes e autônomos. De acordo com Oliveira (1995, p. 83), cada família Guató possuía para cada período dois tipos distintos de moradias: a casa tradicional e os abrigos provisórios. As casas tradicionais eram construídas para durarem muitos anos e utilizadas somente nos períodos de seca. Sua estrutura era pequena, suficiente apenas para abrigar os membros da família. Durante os períodos de cheia no Pantanal, os Guató utilizavam abrigos provisórios, que apresentavam o formato de pequenas cabanas cobertas com as folhas da palmeira acuri. Estes abrigos provisórios serviam para proteger das intempéries climáticas tanto os membros das famílias quanto os animais por eles criados (OLIVEIRA, 1995, p. 5).

A palmeira acuri ou bacuri (*Sheelea phalerata* Mart.) é uma das principais espécies vegetais utilizadas pelos indígenas Guató, pois dela é extraído desde a matéria-prima para o fabrico de artesanatos e habitações, além de produzir vinhos e outros alimentos consumidos pelo povo. Em seu artigo *Acuri, a palmeira dos Guató: uma perspectiva arqueológica*, Oliveira (2001) discute a importância da espécie para a formação dos chamados aterros, locais de abrigo das famílias durante os períodos das cheias no Pantanal. Segundo o autor, as famílias Guató utilizavam técnicas de manejo ambiental na construção dos aterros, que eram formados de roças de acuri e funcionavam como verdadeiras cevas para diferentes animais. Desta forma, os Guató semidomesticaram o acuri e difundiram a espécie pela região, alterando assim a paisagem pantaneira.

As famílias do povo Guató não viviam aldeadas, pois constituíam-se em núcleos

familiares independentes e autônomos umas das outras. Apesar de cada família possuir seu próprio espaço de cultivo e moradia, viviam próximas umas das outras e mantinham contatos frequentes com as outras famílias (POSTIGO, 2009, p. 30). Ao longo do processo histórico os colonizadores atribuíram aos Guató a característica do nomadismo, porém, segundo Marilene da Silva Ribeiro (2005, p. 41), o nomadismo atribuído aos Guató atendia aos interesses na expropriação das terras do povo. Nas palavras da autora:

alguns autores, como o próprio Leverger (1862), chegaram até mesmo a afirmarem que eles não possuíam casas ou abrigos e moravam exclusivamente nas canoas por eles construídas, caracterizando-se como um povo de espírito nômade. Esse adjetivo reforçou os interesses da época, pois povo nômade não ocupa território. Isso favoreceu e legitimou, também, a utilização de suas terras por não-índios. (RIBEIRO, 2005, p. 41)

A organização social dos Guató baseada em famílias autônomas e independentes representou uma característica considerada fundamental para a sobrevivência física e cultural do povo ao longo do processo histórico. Segundo o historiador Matias Belido dos Santos (2009, p. 29), a existência de pequenos núcleos familiares entre os Guató dificultou a propagação de doenças, como a bexiga (varíola), utilizada no século XIX como arma biológica para a eliminação dos povos indígenas estabelecidos no Pantanal. Para Oliveira (2016, p. 1), esta característica da organização social dos Guató “atesta uma forma de adaptabilidade ecológica”, pois garante a mobilidade espacial necessária aos períodos de chuvas e secas, garantindo um menor impacto negativo sobre o meio ambiente pantaneiro.

Isto porque, vivendo em famílias autônomas, há a mobilidade espacial, sobretudo em tempos de cheia, o que favorece as atividades de caça, pesca, cultivo e coleta sem causar grandes impactos negativos sobre os ecossistemas da região. Dessa forma, portanto, os guató evitam causar uma pressão demográfica incompatível com a capacidade de suporte de certas áreas. (OLIVEIRA, 2016, p. 1)

A organização social de cada núcleo familiar dos Guató tinha como autoridade e liderança a figura do pai. Nas famílias, as atividades eram divididas entre homens e mulheres, cabendo aos homens a confecção dos equipamentos (de caça e pesca), a caça, a pesca, a coleta e a preparação de alimentos. Às mulheres cabia fazer panelas e demais utensílios de barro, tecer e levar as canoas até os rios. As atividades de fazer trançados e cuidar dos filhos eram de responsabilidade de homens e mulheres (ISA, 2019). As famílias do povo Guató desenvolveram ao longo do processo histórico diferentes estratégias de sobrevivência e resistência diante do processo de colonização imposto pelos europeus. Estas estratégias eram desenvolvidas através do estabelecimento de alianças políticas com outros povos indígenas e até mesmo, não indígenas, como os luso-brasileiros.

1.3 Alianças e resistências

Durante o período em que o território que corresponde ao estado de Mato Grosso esteve sob o domínio da coroa espanhola, a região atualmente denominada Pantanal era conhecida como *Laguna de los Xarayes* (OLIVEIRA, 1995, p. 30-31). Esta denominação elaborada pelos espanhóis fazia referência ao povo indígena Xaray ou Xarayes, grupo de origem amazônica que apresentava uma complexa organização social e política (OLIVEIRA, 2002, p. 158).

A denominação *Laguna de los Xarayes* passou a ser registrada na cartografia através do mapa produzido no ano 1600 por Luís Teixeira (PRESOTTI, 2008, p. 61) e para a historiadora Maria de Fátima Costa (2007, p. 23) representou um “mito cartográfico” com finalidades geopolíticas, pois tinha o objetivo de atrair os espanhóis e estimular grandes empreendimentos na região pantaneira. Para a autora, até o século XVIII os espanhóis acreditavam que a *Laguna de los Xarayes* era mais que uma lagoa, sendo considerada a própria nascente do rio Paraguai¹⁰:

(...) ao registrar a região aquática de Xarayes, nenhum dos conquistadores do Quinhentos, seus primeiros narradores, a descreve como uma lagoa, mas com um grande espaço entrecortado por rios e lagoas, que já aparece nas descrições como uma paisagem móvel. É fato, porém, que no início dos anos 1600 ela passa a ser representada em mapas como a Laguna de los Xarayes. (COSTA, 2007, p. 26)

Os primeiros contatos do povo Guató com os espanhóis ocorreu ainda no século XVI e o processo de colonização espanhola no Pantanal foi caracterizada pela violência praticada contra os indígenas. Devido à violência dos espanhóis e sua associação com os indígenas Guaikuru e Guarani, os Guató identificaram os espanhóis como seus inimigos e empreenderam forte resistência ao domínio castelhano na região. Segundo Ribeiro (2005, p. 28), durante o período colonial os Guató estabeleceram alianças com diferentes grupos indígenas, como os Guaxarapo, Socorino e Xaquese com o objetivo de combater os espanhóis e seus aliados. Nas palavras da autora:

os Guató ofereceram sim resistência bélica durante os primeiros contatos com os conquistadores de além-mar (Eremites de Oliveira, 1996, 1998). Eles se organizaram e constituíram obstáculo para a conquista e a colonização dos espanhóis

¹⁰ O rio Paraguai nasce na Serra de Araporé, encosta meridional da serra dos Parecis, no estado de Mato Grosso e corre no sentido geral de NE para SW, com o comprimento com cerca de 2.600 km, desde as nascentes até a sua desembocadura no rio Paraná. Disponível em: <http://www.portalpantanal.com.br/rios-principais/94-rioparaguai.html> (acessado em 17/04/2019).

e seus aliados, muitos dos quais de etnias inimigas que a eles se aliaram em certos momentos. (RIBEIRO, 2005, p. 28)

A resistência dos Guató ao domínio espanhol no Pantanal ocorreu através do estabelecimento de alianças políticas com outros povos indígenas historicamente inimigos. Estas alianças políticas representaram um obstáculo para a consolidação da conquista espanhola na região. Segundo Oliveira (1995, p. 88-89), a resistência empreendida pelos Guató contra os espanhóis envolveu conflitos diretos com os colonizadores e seus aliados. O autor menciona um episódio ocorrido em 1557, onde os Guató realizaram um ataque contra o espanhol Nuflo de Chaves e sua expedição, composta por 220 soldados e mais de 1.500 indígenas da etnia Guarani. Os membros da expedição espanhola haviam saído de Assunção em direção ao porto de Itatim, porém, próximo ao encontro do rio Paraguai com o São Lourenço, foram atacados e mortos por um grupo de indígenas do povo Guató:

A expedição de Nuflo de Chaves prosseguiu para reconhecer a terra dos Guaxarapo, chegando até as bocas de dois ou três rios ou lagoas, que deve ser o atual “rio de Três Bocas”, situado num trecho do Paraguai, próximo à serra do Amolar. Entraram pelo “rio Araguay”, possivelmente um trecho do Paraguai acima do seu ponto de encontro com São Lourenço, que estava povoado de muitos Guató, os quais fizeram uma emboscada para a armada, matando 11 espanhóis e mais de 80 Guarani (Guzmán, 1980 apud OLIVEIRA, 1995, p. 88 - 89)

A política de alianças políticas promovida pelos Guató contra os agentes da colonização espanhola envolveu indígenas e não-indígenas, pois além dos indígenas do Pantanal, construíram alianças com os luso-brasileiros. A aliança dos Guató com os luso-brasileiros interessava as duas partes, pois, conforme aponta Ribeiro (2005, p. 37), essas alianças representaram a sobrevivência do povo e garantiram a Portugal a navegação e posse da bacia do Alto Paraguai:

Essa união (com os Guató) garantiria uma espécie de proteção que possibilitaria a navegação dos luso-brasileiros pelos rios pantaneiros. As navegações nessas regiões, afirma Beaurepaire-Rohan (1912), eram incentivadas para evitar o estabelecimento de espanhóis. (RIBEIRO, 2005, p. 37)

A colonização portuguesa no continente americano desenvolveu na região nordeste uma economia agroexportadora baseada na monocultura da cana e na escravização de africanos, enquanto a região sul, em crise devido à inadequação a atividade canieira, voltou-se para uma economia de subsistência baseada na escravização de indígenas. Segundo Volpato (1987, p. 30):

A utilização do indígena como mão-de-obra colocou o colonizador em contato com as técnicas indígenas de sobrevivência. E foi, pode-se afirmar, a partir deste contato com as técnicas indígenas de sobrevivência que a agricultura, a utilização de ervas curativas, a penetração pelos sertões e a navegação passaram a se

desenvolver. A economia extrativa marcava a itinerância dos colonos, os quais aprisionavam os nativos para escravizar em seus trabalhos ou vendê-los.

A escravização de indígenas era praticada pelos bandeirantes paulistas e foi responsável pela destruição de aldeias inteiras estabelecidas no interior continental. Através das penetrações realizadas pelo interior da colônia, os bandeirantes paulistas ocuparam esparsamente quase o mesmo território que compõe o Brasil, como é o caso de Mato Grosso, cujo processo de povoamento da região de Cuiabá por luso-brasileiros teve início em 1719 com a descoberta de ouro nas margens do rio Coxipó pelo bandeirante Pascoal Moreira Cabral. Porém, foi a partir de novas descobertas auríferas realizadas por Miguel Sutil em 1722 que a presença de não-indígenas na região se intensificou (VOLPATO, 1987, p. 30).

Apesar do histórico de violência praticada contra os indígenas ao longo do processo histórico, os bandeirantes foram heroificados pela historiografia oficial e representados apenas como desbravadores. Porém, de acordo com Elisabeth Madureira Siqueira (2009, p. 4), os bandeirantes podem ser definidos como “traficantes de índios junto a algumas capitanias do Centro-Sul e, mais tarde, do Centro-Oeste e Amazônia”. Nas palavras da autora:

O trabalho principal dos bandeirantes era o de aprisionar índios não somente para utilizá-los nos seus trabalhos, mas, principalmente, para vendê-los como mão-de-obra para as capitanias que, tal como a de São Paulo, mantinham uma produção voltada para a comercialização interna, ao contrário do que ocorria com as capitanias nordestinas, que tinham na cana-de-açúcar, praticamente, seu único produto de exportação. (SIQUEIRA, 2009, p. 4)

A escravização de indígenas praticada pelos bandeirantes paulistas, segundo Carlos Fausto (2001, p. 57), representa mais um violento episódio do processo de interiorização da colonização europeia no continente americano. De acordo com o autor, a chegada dos bandeirantes a Mato Grosso não pode ser apresentado como o início do seu povoamento, ao contrário, é preciso destacar que a ação dos bandeirantes na região representou o despovoamento de inúmeros povos indígenas aqui estabelecidos: “O Brasil não foi povoado pelos portugueses, mas sim despovoado e, em seguida, repovoado. Esse processo, que se iniciou em 1500, ainda não terminou; ocorreu em ritmos diferentes, conforme a época e as regiões” (FAUSTO, 2001, p. 62).

A produção aurífera em Mato Grosso, que atraiu os primeiros colonos para as minas de Cuiabá, entrou em declínio ainda no século XVIII e com isso muitos habitantes abandonaram a vila de Cuiabá. Os moradores que permaneceram na região assumiram uma característica itinerante em busca de riquezas, realizando incursões frequentes que

partiam de Cuiabá e adentravam em áreas ainda não exploradas. Segundo Luiza Rios Ricci Volpato (1987, p. 31), esta população itinerante que se formou em Mato Grosso adentrava os territórios de inúmeros povos indígenas, resultando em constantes conflitos entre os indígenas e os colonos da região. Nas palavras da autora:

A decadência da produção aurífera concorreu para que alguns habitantes da região optassem pelo retorno à função de predadores de índios. A penetração pelos sertões em busca de silvícolas e na esperança de encontrar novas jazidas mais uma vez se apresentava como a alternativa mais plausível. Em contrapartida, o gentio inconformado com a penetração do branco movia-lhe constantes ataques. Essas investidas eram utilizadas na justificativa para a organização de bandeiras que penetravam os sertões com o objetivo de investir contra os indígenas e trazê-los para os povoamentos brancos, para que fossem domesticados. Essas penetrações concorriam para que se processasse ao reconhecimento da região, para a descoberta de novas jazidas e para a ocupação de novas áreas. (VOLPATO, 1987, p. 36)

Ainda durante as discussões acerca do Tratado de Madri (1750) se definiu a importância da criação de uma capitania que abrangesse as minas de Cuiabá e Mato Grosso, em crise devido a decadência na atividade mineradora. Como resultado foi criado em 1748 a Capitania de Mato Grosso, desmembrada da Capitania de São Paulo:

Pelo Alvará de 9 de maio de 1748, foi criada a Capitania de Mato Grosso, quando as principais jazidas da região (Cuiabá e Mato Grosso) já se encontravam em franca decadência. O estabelecimento efetivo do seu governo só ocorreu a partir de 1751, época em que chegou a Mato Grosso, com incumbência de dar início a sua organização administrativa e militar. (VOLPATO, 1987, p. 34)

O Tratado de Madri assinado em 1750 reconheceu as ocupações lusitanas em Mato Grosso e garantiu oficialmente a posse da região pela coroa portuguesa: “Assinado em 1750, o Tratado de Madri garantiu para Portugal a posse da bacia Amazônica e da região conquistada pelos sertanistas ao sul e a oeste da área, anteriormente ocupada pela colonização portuguesa” (VOLPATO, 1987, p. 33). Segundo Volpato (1987, p. 38), a criação da Capitania de Mato Grosso foi realizada em meio à crise na mineração e tinha por objetivo transformar a região no “antemural do Brasil” e conter as tentativas de avanço dos espanhóis na disputa pela região. Em suas palavras:

A criação da Capitania de tinha como um dos seus objetivos a caracterização da posse da região, tornando mais efetiva a argumentação utilizada pela diplomacia portuguesa do “uti possidetis”. Sua implantação estava vinculada aos trabalhos de demarcação do Tratado de Madri, aos quais deveria fornecer o apoio necessário. (VOLPATO, 1987, p. 38-39)

A atividade mineradora registrada em Mato Grosso no século XVIII promoveu o desenvolvimento de atividades agrícolas e pastoris nas margens dos principais rios do Pantanal, território ocupado por inúmeros povos indígenas, principalmente os de tradição

canoeira, como os Guató. Juntamente com a prática de preamento de indígenas, as atividades agrícolas e pastoris na região representaram grandes ameaças a todos os povos da região (OLIVEIRA, 2011, p. 190).

Além de invadir territórios ameríndios para reproduzir atividades rurais, o aprisionamento/venda de índios era uma lucrativa atividade econômica. Com a intensificação do processo de colonização, esta atividade não perdeu força, pelo contrário, expandia-se cada vez mais, engendrando a conquista.

Com o desenvolvimento das atividades agrícolas e pastoris no Pantanal, os Guató passaram a conviver com a presença frequente de não-indígenas na região e a praticar trocas frequentes com os luso-brasileiros de itens variados. Os Guató trocavam peles de animais (como onça, bugio e lontra) e canoas de madeira por instrumentos de metalurgia (como machados, facas e zagaia), tecidos, fumo e aguardente. As trocas aconteciam principalmente nos rios do Pantanal, uma vez que os Guató, apesar de aliados dos portugueses, evitavam visitar os povoados da região.

O comércio de peles de onça foi incentivado pelos colonizadores, pois o animal era identificado como um obstáculo para o estabelecimento da indústria pastoril no Pantanal, e a redução do número de onças acabou auxiliando na fixação do gado na região. Porém, a caçada da onça era uma atividade tradicional para o povo Guató e representava um rito de passagem masculino, que marcava o início da vida adulta. De acordo com Ribeiro (2005, p. 43):

era um rito de passagem da criança (menino) para a fase adulta (homem). A caçada da onça era realizada apenas com o uso de uma ferramenta denominada zagaia, um tipo de lança curta com ponta feita com osso de jacaré ou metal e garantia que o menino passasse a um estatuto de homem e, assim, poder contrair matrimônio com alguma mulher.

A crescente atividade pecuária no Pantanal promoveu a presença frequente de não-indígenas na região e impôs novas relações de trabalho as famílias Guató, como o auxílio no transporte de pessoas e produtos pelos rios da região e a escravidão nas fazendas da região. Diante o trabalho forçado nas fazendas de criação de gado, os Guató desenvolveram formas de resistência a imposição do trabalho, como o abandono do trabalho nas fazendas (RIBEIRO, 2005, p. 42-3).

A partir de 1740 houve uma mudança no perfil do pedido de sesmarias no Pantanal, que passaram a solicitar áreas para a formação de currais para o confinamento do gado. Segundo Thiago Kramer Oliveira (2011, p. 192), a maioria dos currais foram construídos nas partes mais elevadas da planície inundável da região, denominadas de *aterros*,

que eram locais de importância histórica para o povo Guató. De acordo com Jorge Eremites de Oliveira, os *aterros* existentes no Pantanal foram construídos por grupos humanos que ocuparam a região em tempos antigos, sendo posteriormente construídos e utilizados pelos Guató durante o período de cheias na região. Segundo o autor:

Entende-se por aterros um tipo de sítio arqueológico de interior, a céu aberto, que se apresenta na paisagem como uma elevação do terreno, total ou parcialmente antrópica, e que normalmente ocorre em áreas inundáveis. São formados basicamente por um acúmulo de material silítico-arenoso e orgânico associado, principalmente, a conchas de gastrópodes aquáticos e material arqueológico, como fragmentos de vasilhas cerâmicas. (OLIVEIRA, 1996, p. 27)

Em publicação de 2003, Jorge Eremites de Oliveira afirmou que os aterros existentes no Pantanal não eram apenas respostas dos grupos humanos aos fatores ecológicos regionais, pois estes elevados revelam além de uma complexa organização social, grande conhecimento de arquitetura e uma estratégia de domínio da paisagem natural e social da região:

Alguns dos maiores montículos, conhecidos em várias regiões do Pantanal, inclusive no Paraguai, por exemplo, foram erguidos em pontos estratégicos para o controle de importantes vias fluviais e áreas lacustres. Trata-se provavelmente de um indício de disputas interétnicas por nichos ecológicos com abundantes recursos. (...). Ademais, ter a posse de aterros provavelmente foi motivo de diferenciação social e da existência de hierarquias entre grupos pecadores-caçadores-coletores. (OLIVEIRA, 2003, p. 80)

As fazendas de gado no Pantanal expulsaram gradativamente as famílias Guató de seus territórios tradicionais e limitaram o acesso do povo aos recursos necessários à sua sobrevivência física e cultural. O gado das fazendas invadia as roças construídas pelas famílias, estragando sua produção agrícola e comprometendo a sobrevivência do povo. Os impactos da pecuária sobre o território Guató foram registrados, em 1949, pelo engenheiro militar responsável pelo Serviço de Proteção ao Índio – SPI, Cândido Mariano da Silva Rondon (1949):

Ali viveram os índios guató e atualmente é a sede de um retiro, pertencente a Fazenda do Rio Novo. Esse aterrado está muito reduzido, em consequência do desbarrancamento contínuo da margem do rio. A grande enchente de 1905 não o submergiu; determinou porém desbarrancamento que pôs a descoberto ossadas e crâneos humanos, provavelmente daqueles índios Guató. (RONDON, 1949, p. 160)

O avanço da atividade pecuária no Pantanal promoveu a espoliação do território tradicional dos Guató, escasseou os recursos naturais da região e promoveu a expulsão de muitas famílias da região. A partir do final do século XIX teve início uma verdadeira diáspora do povo Guató que resultou da intensificação da presença de não indígenas na

região, especialmente após o fim da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai.

1.4 O povo Guató no século XIX: invasões, guerra e epidemias

O século XIX foi o período de maior transformação da história humana, sendo marcado por revoluções e descobertas que alteraram o modo de vida da população mundial. As revoluções políticas e econômicas desenvolvidas pelas potências europeias do período alteraram o modo de vida de povos de diferentes regiões do mundo, impactando em diferentes esferas da vida social, como na política, ciência e artes. Em sua obra, *A Era das Revoluções* (1962), o historiador Eric J. Hobsbawm afirma que o século XIX representou “o trunfo do capitalismo liberal burguês” liderado pela França e Inglaterra (HOBSEBAWN, 1962, p. 3). Segundo o autor, a conquista ocidental avançou sobre qualquer território que os governos e homens de negócio considerassem vantajoso ocupar. Em suas palavras:

a revolução mundial espalhou-se para fora da dupla cratera da Inglaterra e França, ela inicialmente tomou a forma de uma expansão europeia e de conquista do mundo. De fato, a sua mais notável consequência para a história mundial foi estabelecer um domínio do globo por uns poucos regimes ocidentais (especialmente pelo regime britânico) que não tem paralelo na história. (HOBSEBAWN, 1962, p. 5)

No Brasil o século XIX representou um período de profundas transformações, especialmente a partir de 1808, com advento da instalação da família real portuguesa, que alterou o cenário político brasileiro com a transferência da administração colonial portuguesa para o continente americano. A partir deste período houve uma maior preocupação com a geopolítica, resultando na abertura do Brasil para a presença de viajantes de diferentes nacionalidades e especialidades, tais como: geógrafos, economistas, naturalistas, botânicos, zoólogos, pintores e outros viajantes, que faziam parte das Missões Científicas que percorreram o território brasileiro.

Entre os empreendimentos científicos que adentraram o interior do Brasil no século XIX, destaca-se a Expedição Langsdorff, que percorreu o território brasileiro entre os anos de 1825 a 1829 com objetivos científicos e políticos. A expedição foi financiada pelo governo da Rússia e contou com a participação de cientistas e artistas, como o francês Hercule Florence, que atuou como segundo-desenhista. Florence percorreu a região do Pantanal entre 1826 e 1827 e registrou o modo de vida do povo Guató em textos e imagens carregadas de representações sociais.

Segundo Fernanda Sposito (2012, p. 12), durante a primeira metade do século XIX

a sociedade brasileira ainda era “depositária de uma herança colonial” e se apresentava dividida em sociedade civil, composta pelos brasileiros, e sociedade política, composta pelos cidadãos brasileiros e a existência de comunidades étnicas autônomas representou um verdadeiro problema para os governantes. Segundo Sposito (2012, p. 24-8), a Constituição de 1824, a primeira do país, revelou que os povos indígenas representavam uma presença incomoda no processo de consolidação do Estado e da nação brasileira, pois estes povos foram completamente excluídos do processo de formação do Estado brasileiro, pois não eram reconhecidos como membros da sociedade brasileira e nem tiveram sua cidadania reconhecida. Nas palavras da autora:

Já os indígenas, nem cidadãos, nem brasileiros, seriam segundo essa aceção, pois, além de não pertencerem à sociedade civil, não compartilhavam nem mesmo os valores da cultura ocidental, estando, portanto, fora dos planos político e social que se delineavam. (SPOSITO, 2012, p. 25)

A independência do Brasil (1822) representou o desafio de construir uma sociedade identificada com o domínio português, tendo em vista que a maioria da sua “população vivia arredia nos matos (e outra escravizada nos engenhos e fazendas)” (FAUSTO, 2001, p. 65). Segundo Brighenti (2016, p. 238), a emancipação política do Brasil não representou melhorias nas condições de vida dos povos indígenas no país, pois “o Brasil tornou-se independente de Portugal, mas para os indígenas o processo colonial persistiu”, pois no século XIX a população indígena foi reduzida para cerca de um milhão de indivíduos. De acordo com o relatório do governo brasileiro apresentado na Exposição Universal de 1876, dos 12 milhões de almas do total da população do Brasil, havia cerca de 1 milhão de indígenas organizados em cerca 250 povos (CANSTAT, 1871, p. 98-101)¹¹.

O historiador Carlos Fausto (2001, p. 67) identificou que no século XIX houve uma mudança na retórica da colonização em relação aos indígenas, pois a catequização cedeu espaço para a política protecionista, que visava a assimilação destes povos à sociedade nacional. A política protecionista praticada pelo Estado brasileiro impactou o modo de vida dos povos indígenas, conforme destaca o autor:

No começo deste século, o cenário indígena brasileiro estava muito diferente daquele de 1500. Já não existiam populações tão grandes como aquelas que haviam dominado o litoral e as margens dos grandes rios. Sistemas de integração regional eram raros. A maioria dos grupos ainda autônomos rumara para áreas mais distantes, em busca de uma relativa proteção. (FAUSTO, 2001, p. 67)

¹¹ Oscar Canstatt viveu no Brasil nas últimas décadas do século XIX e produziu dois relatos sobre natureza e a sociedade do período.

Durante o século XIX Mato Grosso era uma capitania/província de difícil acesso, com limites territoriais não demarcados e orientada pela política expansionista portuguesa, que invadiu territórios indígenas e espanhóis. Neste período o território de Mato Grosso era parcialmente reivindicado por seus vizinhos, densamente povoado por indígenas e apresentava um povoamento por não índios ainda esparsos, mas com o domínio português na região “suficientemente caracterizado”:

Toda a área ocupada fora, além disso, conquistada ao índio. A luta contra o espanhol transcorreu concomitantemente à guerra permanente deflagrada contra o gentio. Tribos foram dizimadas, exterminadas. Outras, como única alternativa de sobrevivência, se conformaram em celebrar paz com o branco chegando ou se embrenharam ainda mais para o sertão. (VOLPATO, 1987, p. 51)

Os povos indígenas presentes na província de Mato Grosso no século XIX compunham um cenário de grande diversidade étnica e cultural composta de cerca de 70 povos distintos culturalmente entre si. Estes povos sofreram uma violenta depopulação e foram reduzidos a apenas 30 após este período, devido a uma série de fatores decorrentes do contato com os não-índios, como as epidemias trazidas pelos europeus (como sarampo, escarlatina, varíola, entre outras), a espoliação de seus territórios tradicionais e a captura para o trabalho escravo (RIBEIRO, 2005, p. 33).

A economia de Mato Grosso na primeira metade do século XIX foi caracterizada pela crise crônica da atividade mineradora, que apresentava uma exploração intermitente do ouro voltado para a exportação, e pelas atividades de agricultura e pecuária, organizadas para atender apenas a demanda local e sem apresentar uma produção efetivamente estruturada (VOLPATO, 1987, p. 62). Segundo Domingos Sávio da Cunha Garcia (2009, p. 49-76), no século XIX as atividades econômicas mais importantes de Mato Grosso ligavam-se ao extrativismo mineral (ouro e diamante) ou vegetal (plantas medicinais) e somente a partir da metade do século que a pecuária foi ganhando importância na economia do estado (GARCIA, 2009, p. 76). De acordo com o autor, a forte crise econômica registrada em Mato Grosso no século XIX afetou a arrecadação e dificultou a manutenção de atividades básicas na província, como a vigilância da fronteira. Esta situação de debilidade econômica foi agravada pelo isolamento da região e contribuiu com o clima de instabilidade política durante o período que antecedeu a Guerra do Paraguai (1864 a 1870) (CEREZER, 2019, p. 49).

No século XIX a escravização de indígenas era praticada intensamente pelos lusobrasileiros e incentivada pelo governo português, que concedia licenças para os brasilei-

ros empreenderem as chamadas “guerras justas”, que caracterizavam-se por ataques armados, onde aldeias inteiras eram destruídas, seus moradores escravizados e seus territórios tradicionais liberados para a colonização (COSTA, 1995, p. 26). O político José Vieira Couto de Magalhães (1874), que presidiu a província de Mato Grosso durante a Guerra do Paraguai, afirmou que a indústria pastoril em Mato Grosso utilizava quase que exclusivamente a mão-de-obra indígena. Em suas palavras:

A experiência, tanto aqui no Brasil, como nas repúblicas sul-americanas, demonstra que o nosso índio não se presta a gênero nenhum de trabalho sedentário. No entanto, uma das maiores e das mais esperançosas indústrias, que é a pastoril, vive na América do Sul quase que exclusivamente à custa do trabalho do índio (...) a indústria pastoril, propriedade aliás da raça branca, é mantida com o braço indígena, ou com o mestiço do branco e do indígena. (MAGALHÃES, 1874, p. 99)

Em outro trecho o autor afirma que “o descendente do índio ou o mestiço do índio e do branco são o vaqueiro por excelência em toda a América do Sul”, e utiliza argumentos baseados nas teorias evolucionistas e no racismo científico do século XIX para justificar a exploração dos indígenas do Pantanal pelos brancos proprietários da indústria pastoril:

A sciencia assignalaria duas poderosas razões, pelas quaes o typo do vaqueiro na América do Sul é o índio ou seu descendente, e não é, e nem pode ser, o branco. A cultura dos rebanhos de ovelhas, manadas de gado, ou lotes de ani-maes muares e cavalaes, expõem o homem que se entrega a ella a uma acção mais directa dos agentes atmosféricos (...). Suportará tanto mais facilmente a acção dos agentes atmosphéricos, ou exalações telúricas aquella raça que mais aclimada estiver a ellas. (MAGALHÃES, 1874, p. 100-101)¹²

A presença de não indígenas pelos principais rios do Pantanal tornou-se regular desde a assinatura do Tratado de Amizade e Comércio e Navegação Brasil/Paraguai, em 6 de abril de 1856, que permitia o fluxo entre Montevideu e Cuiabá através da Companhia de navegação a Vapor. A historiadora Maria do Carmo Brazil (2011, p. 20) afirma que:

Nos anos que antecederam a Guerra do Paraguai (1856-1864), Corumbá, Cuiabá e Cáceres experimentaram um dinâmico fluxo econômico devido ao acesso do grande rio (Paraguai) ao comércio internacional mantendo, entretanto, a vigilância constante sobre as áreas disputadas.

A preocupação em vigiar o rio Paraguai no final do século XIX foi justificada durante a guerra contra o Paraguai, pois o general paraguaio Francisco Solano Lopes utilizou o rio Paraguai para alcançar o território brasileiro. A Guerra do Paraguai foi travada entre a Tríplice Aliança, composta por Brasil, Argentina e Uruguai, contra o Paraguai,

¹² A citação manteve a escrita original do século XIX.

sendo considerado o maior conflito armado internacional da América do Sul. Segundo Garcia (2009, p. 56), a província de Mato Grosso foi um dos palcos onde se desenvolveram os conflitos, quando foi ocupada pelas tropas paraguaias em apenas dez dias:

Mato Grosso permaneceu quase quatro anos ocupada por tropas paraguaias, sendo desocupada somente em 1868, já quase no final da guerra. Nesse inter-regno de tempo uma expedição foi enviada a Mato Grosso, em 1866, com o objetivo de expulsar as forças militares paraguaias da província. Seu resultado foi uma grande perda de vidas e em gigantesco fracasso militar. Mesmo na época pensou-se não ter havido por parte do governo imperial um efetivo empenho no sentido de libertar aquela região.

Durante o período da invasão paraguaia em Mato Grosso, a região do Pantanal se transformou em um campo de batalhas entre as tropas paraguaias e brasileiras. (BRAZIL, 2011, p. 21). O território dos Guató, considerado “uma região virgem de outros”, foi invadido por homens armados e as famílias do povo foram obrigadas a viver em um cenário de guerra. A tensão vivenciada pelos Guató durante a Guerra do Paraguai foram registradas por Magalhães (1874, p. 125):

Se nossos officiaes entravam de surpresa em alguma cabana, as mulheres, de ordinário assentadas no chão sobre suas esteiras, lhes davam as costas, e viravam-se todas para o marido ou pai da família, e continuavam seu serviço sem dizer uma palavra, sem manifestar a tão natural curiosidade de ver aquella grande porção de canoas e homens armados, que passavam por uma região até então virgem de outros que não fossem elles mesmos. Este profundo e exagerado recato dos Guató foi geralmente notado sempre pelas forças, onde, reinando o espírito da libertinagem própria dos acampamentos militares, eram todos accordes em dizer, que entre os Guató se não consentia gênero algum de prostituição.

Segundo o autor, a partir da invasão paraguaia de 1864, as famílias Guató viram os rios da região serem tomados por uma “grande porção de canoas e homens armados”. As tropas de Solano Lopes realizavam frequentemente as chamadas “rondas paraguaias” pelos principais rios da região pantaneira em busca de soldados brasileiros. Durante a ocupação paraguaia em Mato Grosso, os Guató eram frequentemente interrogados pelos soldados paraguaios, mas “nunca denunciaram nossos movimentos ou presença nem por gesto”.

Se, por um lado, os Guató tiveram que enfrentar a pressão dos invasores paraguaios na região, por outro foram obrigados a conviver com a presença dos “acampamentos militares” instalados na região pelas tropas brasileiras. A presença destes acampamentos militares forçou as famílias Guató a conviverem em um cenário de guerra, dividindo seu território tradicional com homens armados e obrigando as mulheres e crianças a conviverem com o risco de assédios e estupros, devido ao “espírito da libertinagem próprio aos acampamentos militares” (MAGALHÃES, 1874, p. 125).

Em meio à disputa entre brasileiros e paraguaios, os Guató se posicionaram ao lado dos brasileiros por identificarem os paraguaios com seus dois maiores inimigos: os espanhóis e os indígenas Guaikuru. Segundo Oliveira (2002, p. 83), os povos indígenas do Pantanal chegaram a lutar durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai e auxiliaram as tropas brasileiras utilizando seus conhecimentos sobre a região servindo de guias durante os conflitos. Magalhães registrou a participação ativa dos Guató no conflito, orientando as embarcações das tropas brasileiras pelas terras inundadas do Pantanal:

para evitar a vigilância das forças paraguayas na ocasião em que íamos atacar, tivemos necessidade de fazer nossas marchas em centenas de canoas, por pantanaes conhecidos por elles, e onde nos foram de grande e valiosíssimo socorro, já indicando lugares de descanso no meio daqueles imensos paludes, já guiando á nossos soldados o caminho naquela emmaranhadíssima rede de canaes. (MAGALHÃES, 1874, p. 123-124)

A política de alianças estabelecidas pelo povo Guató durante a Guerra do Paraguai foi identificada por Magalhães, como uma demonstração de “extrema fidelidade” aos brasileiros, que eram associados com os portugueses. O autor questiona se a aliança dos Guató com os luso-brasileiros resultou dos sequestros de mulheres perpetrados anteriormente pelos espanhóis:

Quem sabe se não foram as mulheres roubadas há tanto tempo, a razão da extrema fidelidade que nos guardaram sempre esses selvagens que, forçados desde o princípio da guerra a passar muitas vezes pelas rondas paraguayas, nunca denunciaram nossos movimentos ou presença nem por gesto? (MAGALHÃES, 1874, p. 125)

Durante a Guerra do Paraguai, a navegação no rio Paraguai foi fechada, afetando o abastecimento de mercadorias em Mato Grosso e isolando a sociedade local durante os conflitos. Segundo Garcia (2009, p. 56), o isolamento da região impôs vários tipos de privações, gerando fome entre os moradores e dificultando o atendimento dos contaminados com as epidemias que se espalharam, como a cólera e a varíola (também conhecida como bexiga). Estas epidemias foram espalhadas deliberadamente entre os grupos indígenas do Pantanal, provocando a morte de comunidades inteiras. O comerciante português Joaquim Ferreira Moutinho registrou, em 1869, um episódio cruel, em que roupas e colchões contaminados com varíola foram entregues a uma aldeia do povo Guaná, localizada em frente ao porto de Cuiabá, o que levou a morte aos seus moradores.

Em meio a epidemia de varíola, que assolava a província de Mato Grosso no final do século XIX, objetos contaminados foram utilizados como verdadeiras armas biológicas contra os indígenas, visando o extermínio de aldeias inteiras, levando a morte e espa-

lhando doenças pelo interior do território pantaneiro (MOUTINHO, 1869, p. 138). A varíola quase dizimou o povo Guató no final do século XIX, conforme registrado por Magalhães (1874, p. 129), o povo Guató encontrava-se “quase extinto por uma peste de bexigas que a assolou”.

Após o fim da Guerra do Paraguai, o isolamento da região oeste passou a ser entendido como perigoso e Mato Grosso passou a representar uma preocupação estratégica. Segundo Garcia (2009, p. 76), após o fim dos conflitos uma grande quantidade de não-indígenas se estabeleceu no Pantanal, entre eles estavam soldados brasileiros que não retornaram aos seus locais de origem e paraguaios, que fugiam da grande miserabilidade enfrentada pelo Paraguai após a derrota contra a Tríplice Aliança.

O fim da guerra também provocou mudanças no cenário econômico, por meio do desenvolvimento acelerado da atividade pecuária no Pantanal, o que permitiu a formação de vastas fazendas de criação de gado, além da instalação de abatedouros que produziam o charque (GARCIA, 2009). A expansão da pecuária no Pantanal está relacionada com uma velha prática desenvolvida pelas elites regionais: apropriar-se de terras públicas, chamadas devolutas ou “sem dono”:

a expansão da pecuária em Mato Grosso foi ajudada pela velha prática, desenvolvida pelas oligarquias regionais, de apropriação de terras públicas, com a multiplicação de imensas fazendas, muitas delas com área superior a cem mil hectares. Essa prática, que vinha desde o período colonial, não se alterou durante o Império e se acelerou após a proclamação da República. (GARCIA, 2009, p. 77)

Assim, o século XIX foi para o povo indígena Guató um período marcado por intensas transformações em seu modo de vida, como a intensificação da presença de não-indígenas no Pantanal, inicialmente devido ao aumento da atividade pastoril na região, iniciado ainda no século XVIII, e intensificada após o fim Guerra do Paraguai. Segundo Oliveira (2003, p. 82), apesar do processo de desmantelamento dos Guató durante o processo de colonização do Pantanal, os remanescentes do povo têm apresentado grande capacidade de reorganização:

diante do processo de conquista ibérica e ibero-americana do alto Paraguai, feita, sobretudo, por bandeirantes e monçoeiros de São Paulo e seus sucessores na região, gradualmente houve a diminuição do nível de complexidade da organização sócio-política dos Guató. Isso também resultou do desmantelamento de muitas parentelas e diante de um processo de depopulação decorrente de guerras e epidemias. Por conta disso, várias famílias partiram em sua diáspora rumo a direções distintas, porém dando sua contribuição biológica e sociocultural para a formação da população pantaneira atual. Hoje em dia, muitos Guató, vem resurgindo em várias sub-regiões do Pantanal e mesmo em outros países e estados da federação, conforme noticiado pela mídia brasileira.

O processo civilizatório imposto aos indígenas iniciado no século XIX permaneceu até a segunda metade do século XX e teve como seu principal agente o Estado brasileiro, que determinou a criação de um órgão especialmente destinado a este fim: “Em 1910 foi criado o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), sob a direção de Candido Mariano da Silva Rondon, militar de carreira que trabalhava na expansão das linhas telegráficas no Mato Grosso e na Amazônia” (FAUSTO, 2001, p. 68). O processo de pacificação de indígenas realizado pelos agentes do SPI, provocou verdadeiros “desastres demográficos”, pois introduziu doenças contra as quais os indígenas não tinham resistência: “Embora não fizesse parte dos planos do SPI, a baixa populacional pelo contágio por doenças acabou favorecendo os objetivos do órgão: assimilar os índios à sociedade nacional e liberar suas terras para a colonização” (FAUSTO, 2001, p. 69).

A atividade pastoril na província de Mato Grosso alterou profundamente o modo de vida das famílias Guató no Pantanal, pois além da espoliação de seus territórios tradicionais e das tentativas de extermínio, houve durante o século XIX uma intensa exploração da mão de obra indígena como a principal força produtiva das fazendas de criação de gado estabelecidas na região. Assim, o século XIX representou para o povo Guató o início de uma diáspora, pois, através da ampliação das fazendas de criação de gado na região, houve um grande aumento no estabelecimento de não-indígenas no Pantanal. A atividade pecuária alterou não apenas a paisagem pantaneira e os recursos naturais da região, impôs aos Guató o surgimento de novas relações de trabalho, a expropriação do território tradicional e o início do processo de desorganização do povo.

1.5 O desafio da história Guató hoje

O ensino da história do povo indígena Guató na educação básica atende as determinações da lei 11.645/2008, que tornou obrigatório a inclusão de conteúdos relacionados a história e a cultura dos povos indígenas no currículo das escolas de educação básica em todo país. O processo de implementação da lei 11.645/2008 tem colocado aos professores de história inúmeros desafios em sua prática docente, que vão desde questões formais como ausência de fontes de leitura adequadas sobre a temática indígena até a superação do silenciamento imposto pela historiografia tradicional e pela tradição escolar de representar os indígenas de forma estereotipada e folclorizada no dia 19 de abril.

A lei 11.645/2008 impôs aos professores de história o desafio de reconhecer a

diversidade étnica e cultural do país e introduzir no ensino de história os indígenas presentes em cada contexto de atuação. Entre os povos estabelecidos em Mato Grosso, os Guató destacam-se por serem reconhecidos como os últimos representantes do complexo de sociedades canoeiras que se estabeleceram no Pantanal Mato-Grossense ao longo do processo histórico. O estudo sobre a história e a cultura do povo Guató pode contribuir para que professores e alunos da educação básica ampliem a percepção sobre a questão indígena e repensem as concepções generalizantes ainda difundidas nas escolas e nos meios de comunicação e que identificam os indígenas a partir de seu local de moradia, da tecnologia utilizada e da língua falada. O estudo sobre os Guató revela um povo indígena que ao longo do processo histórico desenvolveu estratégias eficientes de adaptação e resistência à colonização imposta pelos europeus a partir do século XVI.

Segundo João Pacheco de Oliveira (2000), o debate sobre a direito dos povos indígenas à terra precisa contribuir para a desconstrução da ideologia do “muita terra para pouco índio”, que questiona o direito dos povos indígenas ao próprio território com base em argumentos equivocados e preconceituosos. Para o autor, a visão de que os indígenas ocupam terras maiores que as suas necessidades revelam que a sociedade brasileira tem utilizado estes grupos como válvula de escape para os grandes problemas nacionais, como “a impunidade, a corrupção e o descrédito na atuação das autoridades” e que poderiam ser solucionados a partir da “modificação da estrutura agrária, a proteção ao meio ambiente, a geração de novas alternativas de empregos” (OLIVEIRA, 2000, P. 64).

Ainda segundo o autor, o debate sobre a questão das terras indígenas no Brasil precisa ser pensado a partir dos “fenômenos históricos atuais” (OLIVEIRA, 2000, p. 79), como os processos de revitalização de culturas já existentes e o surgimento de novas etnias. Neste sentido, ao ensinar sobre a história do povo Guató o professor precisa mencionar que o grupo foi considerado extinto pelos órgãos oficiais do país até o final da década de 1970, e atualmente as famílias estabelecidas no estado de Mato Grosso lutam pela demarcação da terra indígena Baía dos Guató, localizada no município de Barão de Melgaço.

A história do povo Guató é caracterizada por uma trajetória de luta pela sobrevivência física e cultural das famílias estabelecidas em Mato Grosso. A luta do povo Guató pela recuperação de seu território tradicional teve início no século XIX com a intensificação da atividade pecuária no Pantanal, e permanece até os dias de hoje sem solução. O conhecimento histórico ensinado nas escolas de educação básica precisa auxiliar professores e alunos na compreensão dos problemas enfrentados pelas famílias do povo Guató

que vivem em Mato Grosso.

O ensino sobre a história e cultura Guató na educação básica precisa ser atualizado com as problemáticas enfrentadas pelo povo no presente, de forma a auxiliar que os estudantes relacionem a atividade pecuária no Pantanal com a diáspora vivida pelo povo durante o século XX. Expulsas de seus territórios tradicionais muitas famílias foram dispersas pelo Pantanal e pelas periferias das principais cidades da região. A história recente dos Guató mostra que ainda no século XX, os Guató foram declarados “extintos” e passaram a viver “invisíveis” aos olhos da sociedade nacional até a década de 1970, quando inicia a luta pelos seus direitos culturais e territoriais.

Atualmente a população Guató é composta de 470 indivíduos, sendo que deste total 175 vivem na ilha Ínsua (aldeia Uberaba), localizada no município de Corumbá (MS) e 195 vivem em Mato Grosso, distribuídos em dois núcleos populacionais. O primeiro núcleo está localizado entre os municípios de Poconé e Barão de Melgaço, na terra indígena Baía dos Guató, que é composta pelas aldeias Aterrado do Bananal e Aterro São Benedito. O segundo núcleo fica próximo ao município de Cáceres, mas ainda faltam estudos para identificar a sua população e a extensão da área ocupada (ISA, 2019).

Além dos núcleos populacionais reconhecidos, existem muitos remanescentes do povo Guató vivendo na periferia dos municípios mato-grossenses de Cáceres, Poconé, Cuiabá e Barão de Melgaço (ISA, 2019). De acordo com dados levantados no período de 16 a 20 de março de 2000 pela FUNAI, além das famílias estabelecidas em Barão de Melgaço (MT), existe um grande número de indígenas do povo Guató vivendo fora de seus territórios tradicionais, nas periferias de municípios de Cuiabá, Poconé e Cáceres (FUNAI, 2000, p. 8).

Ao longo do século XX, durante a intensificação da presença de não-indígenas no Pantanal, as fazendas de criação de gado passaram a adentrar cada vez mais a região, alterando a paisagem e comprometendo a sobrevivência física e cultural dos Guató. Algumas atividades fundamentais para os Guató passaram a ser proibidas, como a caça de jacaré, um dos seus principais alimentos, e a caça da onça pintada, uma atividade que fazia parte do rito de passagem dos meninos para a vida adulta. No final da década de 1970 a situação enfrentada pelas famílias justificava a luta dos Guató pela recuperação de parte de seu território:

Os guatós estão precisando de assistência oficial. Falta-lhes uma área de terra, onde possam reagrupar-se, para enfrentar as opções de sobrevivência que lhes oferece o convívio com a sociedade nacional, sem estarem necessariamente sujeitos à espoliação ou a benevolência dos fazendeiros que se estabeleceram em

seu antigo território. (PALÁCIO, 1978, p. 9)

No estado de Mato Grosso do Sul, a luta do povo Guató pela recuperação de parte de seu território tradicional teve resultado somente no ano de 1998, através da Portaria 124 da FUNAI, que determinava a demarcação de parte da Ilha Ínsua, localizada a 340 quilômetros do município de Corumbá (MS). Em Mato Grosso, a luta pelo dos Guató pelo reconhecimento de seus direitos territoriais teve início no ano 2000, quando a agência da FUNAI de Cuiabá atendeu a uma intervenção realizada por representantes do povo indígena Bororo, da Terra Indígena Perigara (Barão de Melgaço - MT), que solicitava uma equipe do órgão para averiguar as condições de vida das famílias Guató estabelecidas no Pantanal entre os municípios de Barão de Melgaço e Poconé. A intervenção realizada pelos Bororo resultou em uma equipe de trabalho que foi a campo para identificar as questões de assistência e ocupação da terra, dando início aos estudos de identificação fundiária, necessárias à demarcação do território (FUNAI, 2000, p. 1).

A equipe da FUNAI identificou que os Guató que vivem no Pantanal Mato-Grossense, ainda dominam técnicas tradicionais, como a fabricação de arcos, flechas e canoas, e empregam a zinga, uma extensa vara utilizada para guiar as embarcações. Porém, atualmente existem poucas canoas entre os Guató, pois estas atividades encontram-se ameaçadas devido à dificuldade das famílias em obter a matéria-prima necessária, pois a madeira adequada à sua fabricação está em áreas inacessíveis a elas. Privados do acesso à madeira para fabricar suas tradicionais canoas, os Guató são obrigados a alugar barcos e comprar combustíveis a preços muito elevados dos hotéis estabelecidos na região. Além disso, a intensa atividade pesqueira tem reduzido o volume de peixes nas áreas próximas do rio São Lourenço, forçando os Guató a percorrerem trechos cada vez mais longos para pescar (FUNAI, 2000, p. 10-13).

Atualmente muitas famílias Guató estabelecidas em Mato Grosso, vivem de trabalhos prestados como condutores de embarcações nas fazendas e hotéis localizados no Pantanal. Porém, os Guató possuem na agricultura uma fonte de recursos alimentares e produzem itens variados, como mandioca, maxixe, cará, batata-doce, quiabo, limão, laranja, mamão, abacaxi, caju, bananinha, banana solta velhaco¹³, banana prata, banana gigante, abóbora-moranga, abóbora-cabaça, caiá nativo, goiaba e até trigo (FUNAI, 2000,

¹³ A banana solta velhaco é também conhecida como farta velhaco ou banana da terra, é muito utilizada na culinária mato-grossense e seu cultivo está relacionado a pequenas propriedades e ao sistema de agricultura familiar.

p. 12). Estas famílias vivem hoje às margens dos rios São Lourenço e Paraguai, confinadas em pequenas áreas que foram cedidas por pecuaristas estabelecidos no território tradicional do povo. Essas famílias relataram à Funai que, durante o período das secas, sofrem com a presença do gado das fazendas, que invadem e destroem as suas roças.

Os remanescentes do povo Guató de Mato Grosso ainda aguardam a consolidação das ações governamentais para a demarcação da Terra Indígena Baía dos Guató, localizada no município de Barão de Melgaço (MT). A terra teve sua demarcação administrativa homologada através do decreto 9.356, de 26 de abril de 2018:

Art. 1º Fica homologada a demarcação administrativa promovida pela Fundação Nacional do Índio –FUNAI da terra indígena denominada Baía dos Guató, localizada no Município de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, destinada à posse permanente do grupo indígena Guató, com superfície de dezenove mil, duzentos e dezesseis hectares, noventa e seis ares e seis centiares e perímetro de cento e seis mil, quatrocentos e noventa e dois metros e doze centímetros [...]. (Decreto nº 9.356/18)

Porém, a demarcação da terra indígena Baía dos Guató em Barão de Melgaço (MT) foi suspensa em decisão liminar através de uma sentença expedida no dia 14 de dezembro de 2018 pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. A decisão judicial que suspendeu a demarcação atendia uma ação movida por produtores e pecuaristas com interesses econômicos na região. Atualmente as famílias Guató estabelecidas em Mato Grosso lutam pela sua sobrevivência física e cultural e contra os interesses fundiários que se opõe à demarcação da terra indígena Baía dos Guató.

Neste sentido os estudos relacionados à história e à cultura do povo Guató podem contribuir para o reconhecimento dos direitos culturais e territoriais do último povo de tradição canoieira do Pantanal Mato-Grossense. O conhecimento sobre a história e a cultura do povo Guató pode contribuir para a desconstrução de estereótipos pessimistas em relação ao futuro dos povos indígenas, pois revela a trajetória de um povo que sobreviveu em meio a um território disputado por monarquias europeias desde o século XVI e alvo de diferentes interesses econômicos ao longo do processo histórico.

A inserção de narrativas que reconheçam o protagonismo dos povos indígenas no ensino de história indígena na educação básica é importante para que os alunos reconheçam o Brasil como um país multicultural, composto por inúmeros povos indígenas com diferentes modos de vida, histórias e experiências de contato. O ensino sobre a história e a cultura do povo indígena Guató pode contribuir para a superação do atual cenário de desconhecimento que tem caracterizado o relacionamento da sociedade nacional com os povos indígenas. Pois somente através do reconhecimento do protagonismo e da agência

dos povos indígenas será possível superar o desconhecimento que tem relegado os povos indígenas a um fosso de preconceito, estereotipia e violência, que tem resultado nos casos de assassinatos de indígenas registrados em todo país. É através do conhecimento sobre a história e a cultura dos povos indígenas que a sociedade nacional poderá compreender a importância dos povos indígenas na formação histórica e social do Brasil.

CAPÍTULO 2 – A OBRA DE HERCULE FLORENCE NO ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA

2.1 A importância dos documentos no ensino de história

O presente capítulo tem por objetivo analisar o processo de produção, conservação e difusão da obra *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829* [1875] (2007), de Hercule Florence, e refletir sobre a sua utilização enquanto fonte histórica para o ensino de história do povo indígena Guató na educação básica. Para a compreensão da obra recuperamos a historicidade do autor e de sua participação na expedição Langsdorff e discutimos sobre a importância do uso de documentos no ensino de história a partir do conceito de representação social proposto pelo historiador Roger Chartier em sua obra *História Cultural: entre práticas e representações* (1988).

A obra de Florence foi publicada pela primeira vez em 1875 e resultou do seu diário de campo manuscrito originalmente em francês durante sua participação como segundo-desenhista no empreendimento científico financiado pelo governo da Rússia com apoio do governo brasileiro conhecida como expedição Langsdorff. Os registros produzidos por Florence durante os anos de 1825 a 1829 foram revisados pelo autor ao longo de quase trinta anos, dando origem a diferentes variantes de sua obra. Para a análise da obra utilizamos a sua versão digital, que foi produzida em 2007 pelas Edições do Senado Federal e que contém 327 páginas. Esta versão está disponível para *download* gratuito no *site* do Senado Federal na internet.

A discussão sobre o uso de fontes históricas no ensino de história emerge do debate historiográfico promovido no Brasil a partir da década de 1970, que reconhece que as escolas de educação básica como as mais importantes instituições de produção e disseminação de conhecimento histórico e social no país. As escolas estão longe de serem consideradas como espaços de reprodução/simplificação/vulgarização dos saberes científicos produzidos no meio acadêmico, ao contrário:

A escola é dotada de uma dinâmica própria – saberes, hábitos, valores, modos de pensar, estratégias de dominação e resistências, critérios de seleção constitutivos da chamada “cultura escolar”. Não se limita a fazer uma seleção entre os

outros saberes culturais, os conteúdos disponíveis num dado momento; ela também realiza um trabalho de seleção, reorganização, produção e difusão de saberes. (FONSECA, 2005, p. 67)

Os conhecimentos históricos produzidos nas aulas de história na educação básica não são uma “deformação” do saber produzido pela academia, portanto a relação entre escola e universidade não pode ser percebida a partir de uma perspectiva dicotômica e hierarquizante. O conhecimento histórico, de acordo com Jörn Rüssen (2009, p. 163-175-187), é “um elemento cultural na dimensão temporal da vida humana”, pois o passado é uma parte essencial da orientação cultural da vida presente, e é a partir da interpretação do passado que compreendemos o presente e antecipamos o futuro desejado. Portanto, através das aulas de história na educação básica que os estudantes são mobilizados a refletir sobre o contexto histórico e social onde se inserem, de forma a auxiliá-los nos processos de tomada de decisão e no desenvolvimento dos seus projetos de futuro.

Segundo Paiva (2012, p. 23-24), o trabalho do professor de história se assemelha ao do historiador, na medida em que o primeiro, por meio de sua atuação docente, também realiza escolhas historiográficas e manuseia discursos históricos, contribuindo assim para o processo de (re)interpretação da ciência histórica. Nas palavras do autor:

(...) toda interpretação do passado é uma atribuição de sentido a um tempo vivido, pois o historiador parte de questionamentos do presente para a análise do passado. A história revela-se a partir de suas posições do presente, ou seja, o lugar da problemática da pesquisa e do sujeito que a realiza. Através da associação de fontes não exploradas, ou de sua releitura, de novos conteúdos, conceitos, técnicas e teorias, o historiador suscita uma reavaliação do passado e de suas interpretações anteriormente estabelecidas. À maneira do historiador, o professor ao construir discursos de sujeitos históricos para construir sua ação, por que não, afirmar sua (re)interpretação da história.

O processo de produção e difusão do conhecimento histórico desenvolvido pelas escolas de educação básica ainda precisa ser mais pesquisado, pois é preciso se conhecer os diferentes processos presentes no desenvolvimento do ensino de história na educação básica. É preciso compreender as estratégias adotada pelos professores de história na construção do conhecimento histórico, como o uso de documentos históricos no processo de ensino-aprendizagem. As fontes históricas são a matéria prima essencial para o trabalho dos profissionais da história e sua importância ultrapassa os muros da academia, fazendo-se necessário em todas as etapas da formação escolar.

As fontes históricas se referem a um amplo e variado conjunto documental que registram de diferentes formas a experiência humana e refletem as relações de forças presentes nas sociedades. É preciso analisar as fontes históricas de forma crítica, pois assim

como um monumento o documento histórico pode ser desconstruído do seu significado aparente, conforme destaca o historiador Jacques Le Goff (1996, p. 547):

O documento não é inócuo. É antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio”.

De acordo com Le Goff, os documentos assim como os monumentos são produzidos a partir de uma intencionalidade (consciente ou inconsciente) presente na sua construção enquanto produto cultural. As intencionalidades estão presentes na obra desde a sua elaboração, passando pelo armazenamento até a sua divulgação. Cabe aos profissionais da história desconstruir o seu significado aparente e desmistificar a noção de documento enquanto verdade:

A concepção de documento/monumento é, pois, independente da revolução documental e entre os seus objetivos está o de evitar que esta revolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: a crítica do documento – qualquer que ele seja – enquanto monumento. O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 1996, p. 545)

O documento histórico resulta das disputas de força presentes na sociedade e não pode ser visto como um testemunho neutro dos acontecimentos, ao contrário, são carregados de intenções e trazem sempre um ponto de vista parcial sobre o passado. Para Chartier (1988, p. 78), os documentos históricos são produtos culturais constituídos pelas práticas sociais presentes em seu processo de produção e consumo, por isso precisam ser desnaturalizados e compreendidos a partir de suas determinações. Em suas palavras:

Os objetos históricos, quaisquer que sejam, não são ‘objetos naturais’ em que apenas variariam as modalidades históricas de existência. Não existem objetos históricos fora das práticas, móveis, que os constituem, e por isso não há zonas de discurso ou de realidades definidas de uma vez por todas, delimitadas de maneira fixa e detectáveis em cada situação histórica. (...) É apenas ao identificar as partilhas, as exclusões, as relações que constituem os objetos em estudo, que a história poderá pensa-los, não como figuras circunstanciadas de uma categoria supostamente universal, mas pelo contrário, como “constelações individuais ou mesmo particulares”.

Com base no autor, é possível inferir que o uso de documentos no ensino de história deve partir das particularidades presentes nas escolhas e intenções de quem elabora, preserva e difunde as fontes históricas analisadas. Para isso os documentos utilizados em

sala de aula precisam ter a sua historicidade recuperada, de forma que os alunos compreendam que o documento é resultado de uma série de manipulações presentes desde a sua construção até seu consumo. Para isso, o professor de história precisa apresentar a autoria e a finalidade do documento analisado de forma que os alunos compreendam as motivações presentes na construção daquela fonte.

O uso de documentos no ensino de história representa um exercício de renovação metodológica que pode colaborar para o desenvolvimento da criticidade e do aprendizado histórico dos alunos da educação básica. Segundo Fonseca (2005, p. 56):

As fontes históricas assumem um papel fundamental na prática do ensino de história, uma vez que são capazes de ajudar o aluno a fazer diferenciações, abstrações que entre outros aspectos é uma dificuldade quando tratamos de crianças e jovens em desenvolvimento cognitivo. No entanto, diversificar as fontes utilizadas em sala de aula tem sido o maior desafio dos professores em sala de aula.

Além de contribuir para o desenvolvimento intelectual dos estudantes da educação básica, o uso de documentos pode contribuir para a inclusão de temáticas ausentes dos livros didáticos de história, como a história dos povos indígenas presentes no contexto local. Desta forma, o uso de documentos pode auxiliar no processo de implementação da lei 11.645/2008 pois, na maioria das escolas da rede pública do país, os livros didáticos são a única fonte de informação para professores e estudantes acessarem conhecimentos sobre a história e a cultura dos povos indígenas no Brasil. Tendo em vista que os livros didáticos apresentam limitações identificadas no tratamento da temática indígena, o uso de documentos no ensino de história na educação básica é antes de tudo uma necessidade (BITTENCOURT, 2011, p. 117).

Segundo relatório encaminhado à UNESCO/CNE (2012, p. 10-1), a análise de antropólogos, historiadores e pedagogos identificaram que os livros didáticos têm apresentado os povos indígenas de forma equivocada e preconceituosa, e, entre as principais falhas, estão:

- 1) Índios e negros são quase sempre enfocados no passado e de forma secundária: o índio aparece em função do colonizador;
- 2) A história é estanque, marcada por eventos significativos de uma historiografia basicamente europeia;
- 3) Os livros didáticos ignoram o processo histórico que teve curso no continente;
- 4) Os povos indígenas são apresentados pela negação de traços culturais significativos (falta de escrita; falta de tecnologia para lidar com metais, etc);
- 5) Omissão, redução e simplificação do papel indígena na história;
- 6) Operam com a noção de índio genérico, ignorando a diversidade que sempre existiu entre estes povos;
- 7) Generalizam traços culturais próprios de um povo para todos os povos indígenas;

- 8) Trabalham com a dicotomia índios puros, vivendo na Amazônia versus índios contaminados pela civilização, onde a aculturação é um caminho sem volta.

Através do uso de documentos os professores de história têm buscado superar a ausência imposta pelos livros didáticos a determinados grupos sociais historicamente excluídos, como os povos indígenas. Porém, estes povos foram registrados ao longo do processo de colonização por diferentes agentes da colonização que representaram os indígenas a partir dos interesses econômicos sobre as terras tradicionalmente ocupadas por estes povos. Portanto, os alunos precisam compreender que a maioria dos documentos históricos sobre os indígenas foram produzidos em um contexto de legitimação de práticas de violência física e cultural contra estes povos.

A narrativa dos colonizadores sobre os indígenas ainda é reproduzida à exaustão nos livros didáticos de história, que apresentam estes povos como vítimas inocentes do inevitável processo de colonização. Se soma a isso o fato dos meios de comunicação não reconhecerem a diversidade de povos e culturas existentes no Brasil e reproduzirem uma série de estereótipos e equívocos sobre os indígenas. Neste sentido, o conceito de representação proposto por Chartier (1988) pode auxiliar na análise dos documentos produzidos em contexto de colonização, pois através do estudo das representações sociais presentes nesta documentação os professores de história poderão auxiliar os estudantes na desconstrução da perspectiva colonizadora presente nos documentos e na relação da sociedade nacional com a sua diversidade étnica e cultural.

Hercule Florence era um agente da colonização que produziu sua obra no contexto de uma expedição científica financiada pelo governo da Rússia com apoio do governo brasileiro. A sua obra é carregada de intencionalidades, que precisam ser restituídas durante a sua análise em sala de aula, pois as representações dos Guató presentes na obra de Florence estão relacionadas com a história de vida do autor e sua experiência na expedição Langsdorff. O uso de representações no ensino de história deve estar aliado ao conhecimento do contexto histórico e social que envolve a obra analisada, pois segundo Pesavento (1995, p. 10), “só é possível decifrar a representação através da articulação texto/contexto”. De acordo com o historiador Boris Komissarov (1994, p. 16), o estudo da documentação produzida pela expedição Langsdorff, deve relacionar a obra com o contexto de produção de tais registros: “Para dar aos seus diários e a outros manuscritos valor de fonte histórica, é importante tomar conhecimento, até onde for possível, de suas ideias”.

O conhecimento sobre o “texto/contexto” da obra é fundamental para que os alunos reconheçam que as representações sobre o povo Guató produzidas por Florence resultam de sua história de vida e dos diferentes aspectos presentes no contexto histórico onde se insere o autor e sua obra. Para tanto, procederemos com uma apresentação sobre a história de Hercule Florence e de sua obra *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas 1825 a 1829* [1875] (2007), produzida durante sua participação na expedição Langsdorff, que será apresentada dando destaque a sua passagem pela bacia do Alto Paraguai, por tratar-se do contexto onde o povo indígena Guató foi registrado por Hercule Florence.

2.2 Hercule Florence e sua obra

Antoine Hercule Romuald Florence foi um artista, escritor e inventor francês naturalizado brasileiro que nasceu em 1804 na cidade de Nice, localizada no litoral Mediterrâneo da França. Filho de Arnauld Florence, que atuou como cirurgião no exército de Napoleão e foi professor de desenho na Escola Central do Departamento dos Alpes Marítimos, e Augustine de Vygnallis, uma camponesa nascida em uma família de artesãos, mestres de ofício e pintores estabelecida em Mônaco. Florence desenvolveu a sua paixão pelas artes com a família de sua mãe, onde viveu a partir dos 3 anos de idade, após a morte de seu pai.

Muitas foram as referências que formaram a personalidade versátil e o espírito disciplinado, autodidata e aventureiro de Florence, que aliava o talento como artista à capacidade inventiva como cientista (PEREIRA, 2016, p. 51). A sua formação intelectual foi bastante diversificada e contou com estudos em diferentes áreas de conhecimento, como a matemática e a física, que o levaram ao desenvolvimento da poligrafia e da fotografia (FERREIRA, 2014, p. 155). Entre as suas influências estavam ainda a literatura de viagem do período, a obra *Robinson Crusóé*, do escritor Daniel Dafoe (1719) e o pensamento do filósofo Jean-Jacques Rousseau (1712-1778).

Após ingressar como aprendiz da Marinha Real Francesa, Florence chegou ao Brasil em 1824 na fragata francesa Marie Thérèse, do capitão Du Campe de Rosamel, estabelecendo-se no Rio de Janeiro (PEREIRA, 2016, p. 49). Durante sua estada na capital do Império, Florence trabalhou até outubro de 1824 na casa de comércio, livraria e tipografia do Sr. Pierre Plancher¹⁴. Florence tinha apenas 21 anos quando foi contratado

¹⁴ Pierre Plancher fundou o Jornal do Comércio no Rio de Janeiro em 31 de agosto de 1827 (FLORENCE, 2007, p. 13).

pelo Consul da Rússia para atuar como segundo-desenhista da expedição Langsdorff, onde atuou ao lado do artista Aimé-Adrien Taunay (1803 – 1828), contratado como primeiro desenhista da expedição russa (FERREIRA, 2014, p. 156).

O ingresso de Florence na expedição Langsdorff ocorreu após a saída do artista Johan Moritz Rugendas (1802-1858), que deixou o empreendimento científico após desentendimentos com seu líder Georg von Langsdorff, que agia de forma autoritária com os artistas e demais membros (CCBB, 2012, p. 23-50). Segundo Costa & Diener (1995, p. 17), Florence teria assumido uma postura de submissão diante do autoritarismo de Langsdorff por aceitar que a sua arte estivesse a serviço como ilustração do conhecimento científico. Porém, assim como Rugendas e Taunay, que consideravam o autoritarismo de Langsdorff limitador do processo criativo, Florence também teve a relação com seu líder marcada por desentendimentos, que resultaram em seu desligamento da expedição russa, conforme registrou Langsdorff (1997, p. 72-73), no dia 17 de janeiro de 1827 em seu diário:

O tempo chuvoso, os mosquitos, as formigas, a escassez de vinho e de aguardente, que nos obrigava a consumi-los com parcimônia, ou seja, uma garrafa de vinho e meia de aguardente por dia para todos; enfim, todos esses transtornos, somados ao fato de que a viagem já não oferecia mais nada de novo, provocaram no jovem artista Florence uma certa preguiça e indiferença em relação aos assuntos da expedição. Ele não achava com o que se ocupar, só pensava em chegar logo a Cuiabá. Veio, então, me procurar ontem à noite, para pedir permissão para seguir na frente para Cuiabá, naquela canoinha onde mal cabiam os três remadores. Por bom senso, neguei-lhe a permissão. Ele respondeu com muita grosseira e impertinência, esquecendo-se do respeito que me deve. Fui então, forçado a demiti-lo: a partir de hoje, ele vai passar a ser tratado como simples passageiro; mas vou continuar exigindo que me trate com cortesia, como pessoas civilizadas.

Mesmo após seu desligamento, Florence permaneceu na expedição russa devido a sua importância para o desenvolvimento do empreendimento, conforme registrou Langsdorff (1997, p. 100), no dia 19 de maio de 1827, durante sua estada em Cuiabá:

Ele quis acompanhar a expedição e, nos últimos meses, tem sido simplesmente inútil. Como conheço os artistas, aceitei o Sr. Florence, às suas próprias expensas, um jovem muito mais solícito, que, espero, será de grande utilidade para mim daqui em diante.

Florence foi de grande importância na organização da expedição russa, pois auxiliava na resolução de problemas práticos da viagem, o que gerou certa admiração do seu líder. A relação entre Florence e Langsdorff chegou a gerar sentimento de rivalidade no primeiro-desenhista da expedição, que registrou em sua carta de demissão de 1827 o seu descontentamento por Langsdorff ter escolhido Florence para pintar a paisagem de Cha-

pada dos Guimarães (MT). Segundo Costa & Diener (1995, p. 17), Taunay disse no documento que a paisagem de Chapada exigia o “pincel de um artista hábil”, e justificou sua queixa com a seguinte afirmação: “o senhor diz que que as minhas paisagens têm um caráter mais artístico do que as do senhor Florence”. De acordo com os autores, não é possível perceber na documentação histórica qualquer diálogo ou interação entre Florence e Taunay, porém parecia não existir sentimento de rivalidade por parte de Florence, ao contrário, ao presentear a família de Taunay com seu manuscrito logo após o fim da expedição revela certa admiração pelo colega.

O final da expedição Langsdorff foi trágico, com todos seus membros contaminados com malária e seu líder sem consciência devido à doença. Florence foi fundamental no processo de finalização da expedição, pois mesmo sofrendo com os sintomas da malária o artista continuou registrando a viagem em seu diário de campo:

Para Langsdorff, Florence foi um magnífico auxiliar. E nas semanas críticas de maio e 1828, quando todos os integrantes da expedição estavam debilitados por doenças e ele, como chefe, mal tinha condições de escrever, faz uma alusão ao diário de Florence, manifestando sua intenção de enviá-lo à Rússia junto com seus próprios textos. (COSTA & DIENER, 1995, p. 18)

Os registros produzidos por Florence durante a expedição Langsdorff deram origem a obra que foi durante mais de um século o único documento da expedição russa disponível no Brasil. Florence reconhecia a importância dos seus registros, por isso passou três décadas de sua vida os revisando até publicá-los pela primeira vez em 1875 (FERREIRA, 2014, p. 182). Segundo Komissarov (1994, p. 26), o manuscrito original de Florence fora redigido originalmente em francês e era composto de 238 páginas e 139 imagens sobre a natureza, paisagem e diferentes grupos sociais, como etnias indígenas, de africanos escravizados e demais moradores do interior do território imperial brasileiro. Nas palavras do autor (1994, p. 26-27):

Da expedição, Florence trouxe o seu diário de campo. Era um caderno de bolso, com capa de papelão e lombada de couro, contendo 238 páginas. O artista usou para anotações um lado de cada folha; chegando ao fim do caderno, retornou ao seu início, utilizando o lado oposto de cada folha deixado em branco. Esse diário, até a pouco tempo, era considerado perdido. Somente em abril de 1991, em São Paulo, tivemos a ocasião de determinar a sua autenticidade e conhecer outros documentos de Hercule Florence que existem no arquivo de Cyrillo Hercules Florence, último neto vivo do desenhista.

As revisões feitas por Florence em seu diário de campo ao longo dos anos tinham o objetivo de dar clareza e coesão às suas anotações de campo e acabaram resultando em três variantes da obra. A primeira variante refere-se a viagem do Rio de Janeiro até Cuiabá

ocorrida no período de 3 de setembro de 1825 a 30 de janeiro de 1827. Esta primeira variante tinha o título provisório de *Esboço da viagem do Sr. Langsdorff no interior do Brasil pelo segundo desenhista da comissão científica Hercules Florence* foi concluída em 1829 e destinava-se a família de Taunay.

A segunda variante de sua obra compreende o período de fevereiro de 1827 a março de 1829 e foi feita a pedido do próprio Langsdorff para ser enviada a Rússia sob o título provisório de *Continuação do esboço da viagem do Sr. Langsdorff no interior do Brasil, de setembro de 1827 até março de 1829, pelo segundo desenhista dessa viagem Hercule Florence Livro segundo*. Esta parte dos seus registros começou a ser reescrita no Rio de Janeiro, logo após o término da expedição, e concluída em São Carlos (atual Campinas) para ser enviada a Rússia. Apesar de constar como uma continuação da versão enviado a família Taunay, segundo Ferreira (2014, p. 184), “não há indícios claros da existência de nexos de continuidade entre eles”.

A revisão da primeira parte do diário que havia sido enviada por Florence a família de Taunay ficou depositado na casa e ficou extraviado até 1874, quando foi encontrado por Alfredo Maria Adriano d’Escragnole Taunay, o Visconde de Taunay¹⁵, durante uma mudança na residência da família (FLORENCE, 2007, p. 14). Na época, o Visconde de Taunay era membro do IHGB e reconheceu a importância dos registros de Florence, que foram publicados em 1875 na Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (TAUNAY, 2007, p. 14). Segundo Ferreira (2014, p. 187), o Visconde de Taunay teria alterado o texto de Florence para atender ao projeto nacionalista e civilizatório do IHGB.

A terceira variante da obra teve início em 1837 e fora concluída somente em 1859 sob o título de *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas, pelas províncias brasileiras de São Paulo, Mato Grosso e Grão-Pará*, destinada a publicação na obra *L’ami des arts*. Esta variante reunia as duas versões produzidas acrescidas de comentários produzidos cerca de 20 anos após o fim da expedição. De acordo com Ferreira (2014, p. 185), a terceira variante pode ser definida como “uma narrativa construída segundo os parâmetros da literatura de viagem da época”, podendo ser considerada uma produção autoral, enquanto as variantes anteriores atendiam a exigências de outros.

¹⁵ Alfredo Maria Adriano d’Escragnole Taunay (22/01/1843 – 25/01/1899), conhecido como Visconde de Taunay foi um engenheiro militar, político e historiador. Fonte: <http://www.academia.org.br/academicos/visconde-de-taunay/biografia> (acessado em: 01/03/2020).

A obra de Florence foi produzida com o objetivo de ser publicada, conforme demonstra a correspondência com sua família na Europa. Segundo Komissarov (1994, p.36), o autor revelou em uma carta endereçada a sua mãe no dia 10 de novembro de 1828, o desejo de publicar seus registros, dizia que não acreditava que o governo russo publicaria seu trabalho e ainda afirma que ele mesmo iria se responsabilizar pela sua publicação. Segundo Ferreira (2014, p. 187-188), uma série de fatores determinaram a demora na publicação de sua obra, como a sua dedicação a diferentes inventos e ao trabalho na fazenda de café, somada à criação de sua extensa prole. A autora destaca que ao ingressar na expedição, Florence assinou um contrato onde se comprometia a não publicar seu relato antes do chefe da expedição, mas diante do quadro irreversível de perda de memória que se encontrava Langsdorff, o artista deu início aos esforços para publicar seu relato de viagem. A partir de 1860, Florence começou as buscas por um editor na Europa interessado em publicar seus registros, porém, sua publicação ocorreu somente em 1875:

A publicação desta narrativa da expedição na Revista do IHGB foi, portanto, resultado de trabalho editorial do Visconde de Taunay a partir de textos de Florence escritos em diversos contextos. Além da tradução, Taunay criou subtítulos, excluiu trechos e finalizou o texto em tom, ao mesmo tempo, heroico e trágico. (FERREIRA, 2014, p. 189)

Ao todo foram publicadas três variantes da obra, que revelam a evolução do pensamento do autor e as transformações vivenciadas no Brasil durante o século XIX. A primeira variante foi destinada a família de Taunay, a segunda destinada ao governo da Rússia e a terceira foi revisada pelo autor ao longo de quase três décadas. Porém, segundo Komissarov (1994, p. 34), a primeira variante produzida por Florence tem maior importância enquanto fonte histórica por ter sido registrada no decorrer dos acontecimentos. Nas palavras do autor (1994, p. 38):

Não podemos deixar de concluir que, como fonte para a história do Brasil, a primeira variante possui mais importância que as que surgiram após quase vinte anos. É justamente naquela variante que podemos encontrar, com maior clareza, a relação do artista com as suas anotações, a sua concepção de mundo e o nível de seus conhecimentos.

Após o fim da expedição Langsdorff, Florence nunca mais deixou o Brasil definitivamente, passando a viver em uma fazenda de café adquirida na pacata e rural Vila de São Carlos, atual Campinas (SP). Florence levou uma vida sedentária ao lado dos seus 20 filhos e casou-se duas vezes, sendo o primeiro casamento com Maria Angélica Álvares Machado e Vasconcelos. Após sua morte de sua primeira esposa em 1849, o artista casou-

se novamente com Carolina Krug e se estabeleceu na fazenda Soledad no interior paulista (COSTA & DIENER, 1995, p. 18).

No Brasil, Florence se dedicou a diferentes atividades, com destaque para as áreas do jornalismo, física e química, sendo reconhecido como um dos pioneiros do jornalismo paulista e o inventor de uma técnica denominada câmara escura, que resultou na invenção da fotografia¹⁶ em 1833:

É possível que, durante a viagem, a necessidade de registros exato, imparciais e rigorosamente científicos da realidade, ou seja, um tipo de imagem que estivesse livre de qualidades pessoais ou de estados emocionais de artista, tenha impulsionado a invenção da fotografia. (CCBB, 2010, p. 25)

Logo após o fim da expedição Langsdorff a documentação produzida foi levada para ser estudado na Rússia, ficando no Brasil apenas os registros produzidos por Hercule Florence, que reconhecendo a importância do empreendimento científico dedicou três décadas de sua vida a revisar seu caderno de campo. As revisões deram origem a três variantes da obra e revelam a evolução do pensamento do artista e as mudanças políticas e sociais do país.

Florence viveu até os 75 anos no Brasil e faleceu no dia 27 de março de 1879 em Campinas (SP), deixando um enorme legado artístico e científico. Além de Florence ser o último membro da expedição Langsdorff e sua obra foi durante mais de um século o único registro da expedição russa disponível no Brasil. Para compreendermos a sua obra é preciso reconhecemos o seu contexto de produção, para isso é fundamental conhecer a expedição Langsdorff, uma expedição científica financiado pelo governo da Rússia com apoio do governo brasileiro, que percorreu o interior do território brasileiro entre os anos de 1825 a 1829 e que reunia objetivos políticos e científicos.

2.3 A Expedição Langsdorff

As expedições científicas internacionais resultaram das alianças estabelecidas a partir do século XVIII entre as elites comerciais e intelectuais da Europa. As expedições científicas foram responsáveis pela construção de uma “consciência planetária” das elites europeias e determinou as relações estabelecidas pela Europa com o restante do mundo

¹⁶ Fonte: <http://chc.org.br/acervo/o-alemao-que-desbravou-o-brasil/#> (acessado em 02/02/2020 às 22:00).

(PRATT, 1999, p. 41). Segundo a antropóloga Mary Louise Pratt (1999, p. 42), as expedições científicas¹⁷ internacionais europeias foram um elemento básico na construção de uma perspectiva eurocêntrica de exploração colonial de outras regiões, como Ásia, África e América. Para a autora, estas expedições faziam parte de um “projeto global de história natural”, que caracterizou-se por uma perspectiva classificatória de mundo que construiu narrativas que apresentavam a terra e os povos indígenas a partir de suas potencialidades exploratórias e dentro de um ideário de exotismo (PRATT, 1999, p. 121).

O início das expedições científicas no Brasil está relacionado às mudanças políticas e culturais ocorridas na política internacional e que resultaram na invasão das tropas napoleônicas em Portugal e na transferência da família real para o Brasil em 1808. A assinatura, neste mesmo ano, do Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas, representou na prática a abertura do Brasil aos intelectuais e artistas que compunham as expedições científicas europeias que percorreram o interior do território brasileiro no século XIX (LUVIZOTTO, 2012, p. 11).

Com a emancipação política do Brasil em 1821, houve um novo impulso para a realização de expedições científicas estrangeiras em terras brasileiras, pois havia a necessidade de conhecimentos para a estruturação do recém-criado Estado brasileiro. As expedições científicas do século XIX produziram conhecimentos e realizaram levantamentos de dados para a estruturação do Império brasileiro, conciliando interesses científicos com os objetivos políticos das nações europeias e do governo brasileiro (PEREIRA, 2016, p. 14). Segundo a historiadora Ana Heloísa Molina (2007, p. 20), o projeto político-estratégico do Império brasileiro apresentava um forte caráter civilizador, que associava o fortalecimento do Estado-nação com a sua capacidade de controle sobre o território e sobre as populações indígenas estabelecidas nas regiões fronteiriças, como o Pantanal Mato-Grossense.

Entre as expedições científicas que estiveram no Brasil no século XIX, destaca-se a Expedição Langsdorff, que entre os anos de 1825 a 1829 percorreu mais de 17 mil quilômetros por regiões que correspondem aos atuais estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Amazonas. A equipe da expedição era multidisciplinar, sendo composta por 39 integrantes, entre trabalhadores braçais, artistas e especialistas de diferentes áreas, como: zoólogos, botânicos, astrônomos, geógrafos, entre outros.

¹⁷ Como a Viagem Filosófica ao Amazonas (1783-1792), comandada pelo naturalista brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira e a Missão Austríaca (1817-1820), com a presença dos naturalistas Karl Friedrich Phillip von Martius e Johan Baptiste von Spix (Centro Cultural Banco do Brasil - CCBB, 2010, p. 37).

A expedição contou com a participação de pelo menos duas mulheres, Guilhermina, a esposa de Langsdorff, que deixou a expedição após engravidar¹⁸ (Centro Cultural Banco do Brasil - CBB, 2010, p. 39), e a mulher de um dos escravos, que deu à luz a uma criança nascida prematura no dia 19 de janeiro, durante a passagem pelo rio Cuiabá (LANGSDORFF, 1997, p. 75).

O empreendimento científico foi organizado e liderado pelo médico alemão Georg Heinrich von Langsdorff, que graças a sua experiência como cônsul da Rússia no Brasil entre 1813 até 1820, conseguiu junto ao czar Alexandre I os recursos necessários para a realização da Expedição, que contou ainda com a autorização e o apoio de D. Pedro I, na época a frente do governo imperial brasileiro. Foram investidos ao todo 329.172 rublos, sendo que deste total 246.247 foram gastos sob a administração de Langsdorff e 82.925 rublos gastos por Riedel, que assumiu a liderança da expedição após a doença de ex-cônsul. Para se ter uma ideia do elevado custo deste investimento para o governo russo, em 1817 o orçamento do país era de 363.000.000 rublos (Centro Cultural Banco do Brasil - CCBB, 2010, p. 23).

A expedição Langsdorff, segundo Costa & Diener (1994, p. 45), constituiu-se em uma empresa multidisciplinar e internacional, que registrou através de narrativas escritas e registros artísticos, as impressões dos viajantes estrangeiros sobre o interior do Império brasileiro durante a primeira metade do século XIX. Os registros produzidos pela expedição russa, especialmente os desenhos e os diários de campo, destinavam-se à publicação na Europa, tendo em vista que o público europeu daquele período tinha grande interesse por conhecer as culturas exóticas e as terras conquistadas em outras regiões do globo. Para isso contavam com os artistas, que desenhavam e pintavam a experiência das expedições científicas:

As obras resultantes foram concebidas com este fim prático, ilustrativo, funcional em um sentido que viria logo a ser usurpado pela popularização da fotografia nas décadas posteriores, e banido definitivamente do domínio da chamada belas artes. Os artistas da expedição se convertem, a luz da História, em protagonistas de um modo de reprodução em extinção. A necessidade de aperfeiçoar os métodos de reproduzir a realidade durante a expedição talvez possa ter influenciado decisivamente Hercule Florence, conduzindo-o a pesquisas cada vez mais eficientes, que dariam lugar, poucos anos mais tarde, à fotografia. (Centro Cultural Banco do Brasil - CCBB, 2010, p. 43)

O objetivo inicial da expedição Langsdorff era ambicioso pois, além do Brasil, os seus membros pretendiam percorrer diferentes países da América do Sul, como Peru,

¹⁸ Fonte utilizada: <http://chc.org.br/acervo/o-alemao-que-desbravou-o-brasil/> (acessado em 05/03/2020).

Chile e Guiana. O roteiro da expedição, segundo Rodrigo Luvizotto (2012, p. 12-3), foi organizado em duas etapas e buscava atingir áreas desconhecidas pelos cientistas da época, inovando em relação às demais expedições que haviam percorrido o território brasileiro:

Em rumo inverso ao caminho que outros viajantes-naturalistas percorreram, Langsdorff traçou um itinerário original para sua expedição. O roteiro abrangia a grande parte do território brasileiro, sendo realizado em duas etapas. A primeira percorreu as províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. A segunda etapa da expedição partiria da Fazenda Mandioca (de propriedade de Langsdorff, localizada nas proximidades de Porto Estrela, hoje município de Magé – RJ), passando pelo Rio de Janeiro, Santos, São Paulo, Porto Feliz, no rio Tietê, Goiás e Mato Grosso até o Amazonas. Em seguida pretendia subir o rio Negro até Casiquiare, a fim de alcançar a foz do rio Orinoco.

Em seu percurso a expedição Langsdorff utilizou o mesmo roteiro fluvial adotado pelas expedições monçoeiras organizadas pelos bandeirantes paulistas no século XVIII, que por sua vez fora aprendido dos indígenas da região. Estes rios percorridos pela expedição foram chamados por Florence (2007, p. 51) de “rotas primitivas”, em uma alusão à natureza a ser conquistada pelos homens. Segundo Sonia Maria Couto Pereira (2016, p. 41-2), a opção pela rota fluvial adotada pelas monções paulistas revela uma evocação da figura dos bandeirantes paulistas como conquistadores e heróis nacionais. Nas palavras da autora:

Através dos rios, a expedição ingressava num paraíso intocado. No caso do trajeto monçoeiro, o paulista é o herói desbravador, que penetra o continente pelos rios e deixa um rastro de civilização. Os rios são como um cenário para a epopeia bandeirante. Os viajantes da expedição, pelo mesmo caminho, desejam conquistar o conhecimento, desbravar a natureza e, poeticamente, atingir o paraíso terrestre.

A Expedição Langsdorff é considerada internacionalmente uma das maiores expedições científicas do século XIX, pois era composta por profissionais provenientes de diferentes países como Rússia, Alemanha e França, e juntos produziram mais de duas mil páginas, entre desenhos, mapas, plantas, esquemas, listas, dicionários, resumos, cópias, colheitas etnográficas, herbários, coleções de carpologia (amostras de madeira, frutos e sementes), entomologia, ictiologia, herpetologia, ornitologia e mamalogia, além de anotações manuscritas feitas nos diários de campo (Centro Cultural Banco do Brasil - CCBB, 2010, p. 10).

Ao todo participaram da expedição três artistas, entre eles estava João Maurício Rugendas (1802-1858), pintor nascido em Augsburg que participou de fevereiro de 1822 até novembro de 1824, quando deixou o empreendimento devido a conflitos com Langsdorff. Após sua saída o artista retornou para a Europa em 1825, levando consigo todos os

registros produzidos no começo da expedição, e devido a este episódio o líder da expedição optou por dois artistas para substituí-lo. Como primeiro-desenhista foi contratado Aimé-Adrien Taunay (1803-1828), filho de Nicolas Antoine Taunay, que havia participado da Missão Artística Francesa (COSTA & DIENER, 1995, p. 13).

Ao longo de seus 15 anos de duração a expedição russa apresentou alguns intervalos e troca de componentes, podendo ser organizada em três fases distintas: Na primeira fase, que corresponde aos anos de 1821 e 1822, a expedição estava restrita a região da Fazenda Mandioca no Rio de Janeiro, de propriedade de Langsdorff. A segunda fase corresponde ao período das viagens da expedição, ocorridas entre os anos de 1822 a 1829. Neste período a expedição começa a percorrer o interior do território brasileiro a partir da região de Minas Gerais e São Paulo até a província do Grão-Pará. A terceira fase da expedição se refere ao período de 1831 a 1836, quando foi liderado por Riedel e sem a presença de Florence.

Nos estudos sobre a expedição Langsdorff não existe um consenso em relação ao seu início e ao seu final, pois estas temporalidades variam conforme a perspectiva empregada por cada pesquisador. O seu início pode ser considerado em 1821, 1822 ou mesmo 1824, pois é possível considerar como início da expedição tanto o seu planejamento a partir de 1821, quanto o início das viagens para o interior a partir de 1824. O final do empreendimento também pode considerar diferentes datações, como a chegada em Santarém em 1828, a chegada ao Rio de Janeiro em março de 1829, ou mesmo considerar até o ano de 1836, período liderado por Riedel.

O percurso da expedição que se debruça este estudo teve início em junho de 1826, na localidade de Porto Feliz em São Paulo, de onde partiu uma monção composta de sete embarcações, sendo duas grandes canoas chamadas *Perova* e *Chimbó*, três batelões e duas canoinhas. Após 53 dias de viagem, a expedição alcançou, através do rio Tietê, o rio Paraná e, a partir deste, alcançando o rio Pardo no dia 18 de agosto de 1826. Entre o início de outubro e o final de novembro de 1826 os membros da expedição ficaram hospedados em uma fazenda na região do varadouro de Camapuã, trecho de terra com cerca de duas e meia léguas, que separa o rio Sanguessuga do rio Camapuã, primeiro afluente do rio Paraguai, onde foram necessárias carroças para atravessar toda a expedição (FLORENCE, 2007, p. 21).

Ao longo da viagem a expedição enfrentou 114 cachoeiras no percurso até Cuiabá (MT), sendo a cachoeira Beliago um dos últimos obstáculos enfrentados, feito este muito

comemorado pelos seus membros. O clima de comemoração era por acreditarem que por adentrarem em águas mais calmas a viagem seria menos penosa:

Pelas 2 da tarde, seguimos viagem, passando ainda por entre diversas ilhas. Ao pôr-do-sol, os camaradas, para festejarem a transposição da cachoeira Beliago, última até Cuiabá, deram descargas de fuzilaria, gritaram a valer e cantaram até alta noite. Daí por diante, com efeito, a navegação faz-se em rios de curso tranquilo, sem perigos de corredeiras nem obstáculos que obriguem a descarregar as canoas e, por conseguinte, a transportar cargas às costas por distâncias não pequenas. Aí, pois, findam os labores mais penosos. (FLORENCE, 2007, p. 265)

A expedição russa alcançou o rio Paraguai no dia 12 de dezembro de 1826, durante o início do ciclo das cheias no Pantanal. Apesar do rio Paraguai ser chamado por Florence (2007, p. 51) de “o rio mais navegável do mundo”, as chuvas dificultavam a navegação pelos rios da região, pois faziam os rios transbordarem e transformavam a paisagem, tornando a viagem lenta e perigosa para viajantes inexperientes. O grande volume de água transbordava os canais e os transformavam em um verdadeiro labirinto aquático, repleto de animais selvagens e nuvens de mosquito, que transformavam a viagem “em sofrimento quase intolerável” (FLORENCE, 2007, p. 102). O autor descreveu as dificuldades enfrentadas ao navegar os rios da região:

No dia 11, passamos pela boca de vários canais que entram nos campos alagados e vão ter ao Paraguai ou voltam a cair no Taquari. O rio, assim dividido, não deixa mais discernir se se navega ou não no leito principal: transforma-se num sem número de baías e desaguadouros, em que é difícil haver-se sem um guia bem prático, que assim mesmo pode levar as canoas ao meio dos pantanais. Em alguns lugares, o que dá a conhecer as margens são as plantas e árvores a surgirem de dentro d’água. (FLORENCE, 2007, p. 87)

A expedição Langsdorff alcançou a província de Mato Grosso no ano de 1826 através da região do Pantanal, e somente no dia 30 de janeiro 1827 chegaram ao porto de Cuiabá, transpondo o rio São Lourenço, que se liga ao rio Cuiabá. Os membros da expedição russa ficaram estabelecidos na capital Cuiabá entre janeiro de 1827 e março de 1828 e na chegada à capital de Mato Grosso os membros da expedição foram recebidos pelo Presidente da Província José Saturnino Costa Pereira. Durante a estadia em Cuiabá, os membros da expedição foram divididos em duas equipes para realizarem incursões pelo interior da província de Mato Grosso. O primeiro grupo era composto pelo astrônomo Rubzoff e Florence, e o segundo composto pelo botânico Riedel e pelo artista Taunay (FERREIRA, 2014, p. 183).

A primeira equipe foi vítima de uma das tragédias que marcou o final da expedição Langsdorff, como a morte de Taunay por afogamento no rio Guaporé em Vila Bela da Santíssima Trindade (MT). A morte do artista foi atribuída pela família de Aimé-Adrien

Taunay ao próprio Langsdorff, pois o consideravam indiretamente responsável pela morte do jovem artista e de seu pai, que faleceu pouco tempo depois. A relação entre Langsdorff e Taunay foi marcada por vários conflitos, fazendo o artista reclamar com frequência de Langsdorff em sua correspondência pessoal para a família (COSTA & DIENER, 1995, p. 15). Taunay tinha plena consciência de sua importância artística e do peso de sua biografia familiar e pessoal, e chegou a pedir demissão durante a passagem da expedição por Cuiabá em 1827. Pressionado pela ameaça de Taunay, Langsdorff cedeu ao permitir que o mesmo acompanhasse o botânico Riedel até Vila Bela do Mato Grosso. Durante a passagem pelo rio Guaporé em uma tentativa de travessia Taunay morre afogado, iniciando os infortúnios que marcaram o final da expedição russa (COSTA & DIENER, 1995, p. 15).

No dia 26 de agosto de 1827 a segunda equipe visitou Vila Maria (atual Cáceres-MT), que nas palavras do autor não merecia a categoria de vila, pois se resumia a “um renque de casas em mau estado, de cada lado de uma grande praça, uma igrejinha sob a invocação de São Luís de França, muros de separação por trás das casas, eis tudo” (FLORENCE, 2007, p. 180-1). A descrição que o autor faz da sociedade local revela a forte presença indígena presente em sua formação:

Seis ou sete homens brancos, trezentos caburés descendentes de índios aldeados no tempo de D. Maria I, mulatos e negros, eis toda a população da vi. Muitos homens e mulheres andam nus da cintura para cima.

O principal objetivo de Florence era visitar o marco divisor instalado durante Tratado de Madri (1750) e chamado pelo autor de “pirâmide do Paraguai”, por encontrar-se naquele momento instalada na foz do rio Jauru. Durante o trajeto de Vila Maria até o local onde estava o monumento o autor estabeleceu contato com indígenas de dois povos diferentes: Os Bororo e os Guató. Um grupo do povo Bororo encontrou com Florence ainda em Vila Maria e o contato com os Guató ocorreu em dezembro de 1827 dentro do Pantanal, próximo a região denominada de Passagem Velha (FLORENCE, 2007, p. 39).

Em 05 de dezembro de 1827 os membros da expedição partiram do porto de Cuiabá em direção as Guianas, divididos em dois grupos que seguiram caminhos diferentes com a finalidade de explorar a região amazônica. Um dos grupos, composto por Riedel e Taunay, seguiu pela região do rio Guaporé através dos rios Mamoré, Madeira e Amazonas até a Vila de Santarém na província do Grão-Pará. Durante a passagem do grupo por Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) Taunay morreu afogado no rio Guaporé (FERREIRA, 2014, p. 183).

O grupo composto por Langsdorff e Florence seguiu pelos rios Preto, Arinos, Juruna e Tapajós e chegou a Vila de Santarém, na província do Grão-Pará, no dia 1 de julho de 1828, e somente no dia 16 de setembro de 1828 aportaram na cidade de Belém. O grupo que Taunay fazia parte chegou em Belém somente em janeiro de 1829 sob a liderança de Riedel. Durante a travessia do rio Juruna a malária comprometeu definitivamente a liderança de Langsdorff, que devido a debilidade de sua saúde foi obrigado a entregar a liderança da expedição para o seu auxiliar mais próximo, o cartógrafo e astrônomo Rubtsov (1799-1874). O reencontro da expedição Langsdorff foi marcado pela tristeza dos seus membros, que ainda abatidos pela malária lamentavam a morte de Taunay e o quadro de saúde de seu líder Langsdorff, que perdera a memória definitivamente (COSTA & DIENER, 1995, p. 28). As condições físicas de Langsdorff foram relatadas pelo diplomata russo Franz Borel em uma correspondência dirigida ao vice-chanceler da Rússia com data de novembro de 1830:

encontrei aqui o senhor Langsdorff em uma situação completamente miserável. Privado de todas as suas capacidades mentais, ele age como se fosse uma criança, não pode ocupar-se de absolutamente nada, e tampouco consegue conversar. Foi feito para Langsdorff o relatório que ele teria a honra de redigir a Vossa Excelência para solicitar a permissão para voltar a Europa. De acordo com os médicos, ainda que as águas de Karlsbad não o conseguissem curar completamente, deveriam, contudo, trazer-lhe algum alívio. (Centro Cultural Banco do Brasil - CCBB, 2010, p. 27)

Uma das maiores expedições científicas do século XIX terminou de forma triste, com seus membros aportando doentes na cidade de Belém, na província do Grão-Pará. De Belém partiram em direção ao Rio de Janeiro contornando o litoral brasileiro, em uma viagem turbulenta que durou 40 dias. O final inesperado da expedição Langsdorff foi registrado por Florence (2007, p. 271-3), onde menciona o estado de saúde dos seus companheiros:

Essa perturbação, da qual nunca mais se restabeleceu, obrigou-nos a ir para o Pará e voltar para o Rio de Janeiro, pondo assim termo a sua viagem, cujo plano, antes dessa desgraça, era vastíssimo, pois devíamos subir o Amazonas, o rio Negro, o Branco, explorar Caracas e as Guianas e regressar ao Rio de Janeiro, atravessando as províncias orientais do Brasil. Talvez tivéssemos também tomado outra direção, a do Peru e do Chile, por exemplo. Não havia sido pelo governo da Rússia determinado ao Sr. De Langsdorff nem tempo e nem caminho certo.

Após a chegada ao Rio de Janeiro os membros da expedição percorreram caminhos diferentes, pois Langsdorff foi levado pela família de volta a Europa em maio de 1830, passando a viver na cidade de Freiburg, no sul da Alemanha, Langsdorff viveu sem nenhuma memória do que havia vivido no Brasil até sua morte em junho de 1852 (CCBB,

2010, p. 47). Florence por sua vez passou a viver definitivamente no Brasil, em uma fazenda de café no interior de São Paulo, onde casou-se e constituiu uma numerosa família.

Devido a estas tragédias que marcaram sua família, o historiador do IHGB Alfredo d'Escagnolle Taunay ao publicar pela primeira vez os diários de Florence em 1875, criou a chamada “lenda negra”, que representava Langsdorff como um louco que comandou uma expedição que teve um final trágico e sem resultados (CCBB, 2010, p. 29). Porém, atualmente se reconhece que os conhecimentos produzidos pela Expedição Langsdorff contribuíram para o desenvolvimento científico e produziu dados para a estruturação do Estado brasileiro. Segundo Maria de Fátima Costa (1995, p. 24), os objetivos da Expedição Langsdorff estavam em consonância com os interesses do recém-criado Império brasileiro. Nas palavras da autora:

O novo Estado para se constituir como Nação necessitava se auto-conhecer, saber de que se compunha, qual o seu corpo, o que continha dentro de seus limites, quais eram estes limites. Era necessário saber quais eram as suas reais dimensões, quem nele habitava, o que produzia etc.

Segundo Pereira (2016, p. 54), as tragédias que se abateram sobre os seus membros comprometeram o planejamento minucioso de Langsdorff, antecipando o final da expedição. Para a autora, isso alterou os objetivos grandiosos da expedição russa, comprometendo o seu legado científico e revelando assim o seu fracasso. Apesar do presente estudo se debruçar sobre os anos de 1826 e 1827, período que a expedição Langsdorff percorreu a bacia do Alto Paraguai no Pantanal, é importante destacar que a expedição Langsdorff prosseguiu sem a participação de Florence e sob a liderança de Riedel, devido ao quadro irreversível de saúde de Langsdorff. Após uma pausa, o empreendimento científico voltou as atividades e percorreu entre os anos de 1831 a 1836 as regiões do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás.

2.4 O uso de representações no ensino de história indígena

O desenvolvimento dos meios de comunicação tem promovido um verdadeiro avanço na indústria cultural, através da criação de novas linguagens e novas tecnologias comunicacionais. Com o processo de virtualização de museus e arquivos, um número maior de pessoas podem acessar através da internet uma infinidade de documentos de diferentes períodos históricos e sobre os mais variados temas. O debate historiográfico promovido a partir da década de 1960 pela chamada História Cultural ou Nova História

Cultural tem proposto uma revisão dos documentos históricos produzidos durante o processo de colonização a partir de novas concepções de cultura. Segundo Peter Burke (2008, p. 51-56-68), o diálogo entre história e antropologia tem origem no interesse dos historiadores em estabelecer uma nova compreensão acerca da chamada “cultura popular”, de forma a reconhecer que a cultura não determina as ações humanas, pois os significados das práticas sociais são construídos socialmente ao longo do processo histórico.

A História Cultural ou Nova História Cultural promoveu a ampliação do diálogo entre historiadores e antropólogos a partir da década de 1970 e tem destacado a importância do conceito de representação social na produção historiográfica e no ensino de história. Através do conceito de representação social proposto por Roger Chartier (1988), os historiadores culturais têm promovido uma revisão na análise da documentação produzida pelos diferentes agentes da colonização ao longo do processo histórico. Segundo o autor, os documentos históricos são produtos culturais que se constituem enquanto “representações de um real”, pois não possuem um significado fechado em si mesmo. Em suas palavras:

os “materiais-documentos” obedecem também a processos de construção onde se investem conceitos e obsessões de seus produtores e onde se estabelecem as regras da escrita próprias do gênero de que emana o texto. São essas categorias de pensamento e esses princípios de escrita que é necessário atualizar antes de qualquer leitura “positiva” do documento. O real assume assim um novo sentido: aquilo que é real, efetivamente, não é (ou não é apenas) a realidade visada pelo texto, mas a própria maneira como ele a cria, na historicidade de sua produção e na intencionalidade da sua escrita. (CHARTIER, 1988, p. 63)

A documentação histórica produzida por agentes da colonização registrou os povos indígenas a partir de intencionalidades e escolhas determinadas por interesses políticos e econômicos. Estes documentos históricos são carregados de representações sociais que apresentam os indígenas ora como “violentos” ora como vítimas passivas da ação dos colonizadores, mas sempre tendo a sua história sendo contada em função do processo de colonização. Porém, é possível recuperar o protagonismo indígena presente nas fontes produzidas pelos colonizadores no ensino de história indígena na educação básica, de forma que alunos e professores compreendam os interesses presentes em sua construção e reconheçam a agência destes povos no processo histórico nacional.

Segundo Oliveira e Almeida (2016, p. 11), os estudos sobre a questão indígena que forem realizados em documentos produzida por agentes da colonização, como os membros das expedições científicas, precisam evidenciar que foi justamente esta documentação que anulou o protagonismo indígena na história oficial do Brasil. Isso se deve

ao fato desta documentação registrar os indígenas de forma eurocêntrico, exaltando uma pretensa superioridade europeia e representando os indígenas de forma exótica e segundo os interesses políticos e econômicos dos colonizadores.

As representações produzidas pelos agentes da colonização buscavam legitimar as práticas de conquista e evangelização dos indígenas empreendidas ao longo do processo histórico. Estas representações ainda estão presentes no imaginário da sociedade brasileira e tem orientado e legitimado as práticas sociais de exclusão e exploração dos indígenas no presente. Os documentos históricos produzidos pelos colonizadores precisam ser desnaturalizados e problematizados, pois não podemos reproduzir a visão etnocêntrica e eurocêntrica dos colonizadores no processo de ensino-aprendizado. Neste sentido, o conceito de representação social pode auxiliar os alunos a identificarem as características e compreender as motivações presentes na construção das fontes históricas produzidos por agentes da colonização. O ensino de história na educação básica pode evidenciar o protagonismo indígena durante a análise de fontes históricas, mesmo as já consagradas. Segundo a antropóloga Maria Fátima Roberto Machado (2002, p. 22), é de grande importância a realização de novas leituras sobre fontes históricas oficiais para a construção de novas compreensões sobre os processos de contato e de interação étnica:

Os relatos sobre os índios de Mato Grosso, contidos nas documentações oficiais, nas memórias, nos diários, nas descrições geográficas, nas notícias, nos roteiros, produzidos por administradores, demarcadores de limites, naturalistas e militares portugueses oferecem novas possibilidades de leitura dos processos de contato com os índios e do próprio universo colonial, onde estão articulados expectativas, crenças e padrões de interação.

De acordo com Barros (2011, p. 40-6), a documentação histórica produzida pelos agentes da colonização apresenta os povos indígenas a partir da perspectiva da colonização, portanto deve ser compreendida a partir do seu contexto histórico e cultural. O conceito de representação proposto por Chartier (1988) pode auxiliar os professores de história a revelarem o protagonismo dos povos indígenas presente em narrativas produzidas por diferentes agentes da colonização e que foram produzidas a partir de interesses contrárias aos indígenas.

Portanto, durante a análise da obra de Florence em sala de aula, professores e alunos estarão manuseando a narrativa de um agente da colonização de origem europeia que descreveu os povos indígenas do Pantanal de acordo com os objetivos da expedição Langsdorff. O conceito de representação social pode auxiliar os alunos da educação básica a identificar o que está “por trás” da narrativa construída pelo autor e refletir sobre

as representações do povo indígena Guató presentes em sua obra. Segundo Chartier (1988, p. 66), para se compreender as representações sociais presentes na obra é “necessário reconhecer, não objetos, mas objetivações”.

O povo Guató foi registrado por Florence entre os anos de 1826 e 1827, durante a passagem da expedição Langsdorff pela bacia do Alto Paraguai no Pantanal. Na condição de desenhista da expedição russa, Florence registrou em textos e imagens o modo de vida dos Guató na primeira metade do século XIX. O autor produziu uma obra repleta de representações sociais sobre o povo Guató, que precisam ser problematizadas durante a sua análise em sala de aula, sob pena de reproduzirmos o olhar dos colonizadores sobre os indígenas e mantermos as desigualdades que tem caracterizado a relação dos povos indígenas com a sociedade nacional. No próximo capítulo, as representações do povo Guató presentes na obra de Hercule Florence serão analisadas a partir do conceito de representação social proposto por Roger Chartier (1988). Será discutido ainda como o conceito proposto pelo autor pode auxiliar no uso da obra de Florence como fonte histórica no ensino de história indígena na educação básica.

CAPÍTULO 3 – A REPRESENTAÇÃO DOS GUATÓ NA OBRA DE HERCULE FLORENCE

3.1 As representações na obra de Hercule Florence

Os Guató ocupavam uma extensa área no entorno dos rios Paraguai e São Lourenço, na bacia do Alto Paraguai no Pantanal, região localizada nos atuais estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O povo Guató foi registrado por Hercule Florence em textos e desenhos feitos em seu caderno de campo durante a passagem da expedição Langsdorff pelo Pantanal entre os anos de 1826 e 1827. Quando atuava como segundo-desenhista da expedição russa, Florence produziu importantes dados sobre o modo de vida dos Guató em uma narrativa repleta de representações sociais que revelam o olhar do artista francês sobre o povo e contam sobre uma página ainda pouca conhecida (e ensinada) da história dos povos indígenas no Brasil.

No presente capítulo será analisado as representações dos Guató presentes na obra *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829 [1875]* (2007) de autoria do artista francês Hercule Florence. O autor participou como segundo desenhista da expedição Langsdorff e registrou o povo Guató durante sua passagem pela bacia do Alto Paraguai no Pantanal. A sua obra foi produzida para atender aos objetivos científicos e políticos do czarismo russo e do recém-criado Estado brasileiro. A proposta de analisar a obra de Florence objetiva a sua utilização enquanto fonte histórica para ensinar sobre a história e a cultura do povo Guató na educação básica, contribuindo assim com o processo de implementação da lei 11.645/2008.

A lei 11.645/2008 alterou a LDB (1996) ao tornar obrigatório a inclusão de conteúdos sobre as histórias e as culturas dos povos indígenas no currículo das escolas de educação básica em todo país. O processo de implementação da lei 11.645/2008 impôs aos professores de história o desafio de recuperar a história e a cultura dos povos indígenas presentes em seu contexto de atuação. Segundo Maria Regina Celestino de Almeida (2010), os povos indígenas foram representados na historiografia tradicional de forma

genérica e ocupando um papel secundário no processo histórico. Os povos indígenas foram registrados em função do processo de colonização e apenas na condição de vítimas passivas do inevitável avanço do capitalismo ocidental. Nas palavras da autora:

A ideia de que os grupos indígenas e suas culturas, longe de estarem congelados, transformam-se através da dinâmica de suas relações sociais, em processos históricos que não necessariamente os conduzem ao desaparecimento, permite repensar a trajetória histórica de inúmeros povos que, por muito tempo foram considerados misturados e extintos. Não é o caso de desconsiderar a violência a violência do processo de conquista e colonização. A mortalidade foi altíssima, inúmeras etnias foram extintas e os grupos e indivíduos que se integraram à colônia ocuparam os estratos sociais mais inferiores, sofrendo preconceitos, discriminações e prejuízos incalculáveis. Apesar disso, no entanto, encontraram possibilidades de sobrevivência e souberam aproveitá-las. (ALMEIDA, 2010, p. 23)

A obra de Florence é considerada como o primeiro registro etnográfico produzido sobre os Guató (OLIVEIRA, 1995, p. 25) e apresenta dados importantes sobre o povo na primeira metade do século XIX. Como todo documento histórico a obra reflete as escolhas conscientes e inconscientes que o artista realizou e o contexto histórico e cultural onde sua obra foi produzida, armazenada e divulgada. Como toda narrativa produzida por uma agente da colonização, a obra de Florence foi produzida a partir de objetivos políticos e econômicos contrários aos interesses dos Guató, portanto sendo carregada de representações sobre o povo.

Os textos e imagens produzidos por Florence não são uma narrativa neutra sobre os Guató, pois o autor registrou o povo tendo como referência a sua própria cultura, por isso é importante que as representações sociais presentes em sua obra sejam analisadas para que o ensino de história na educação básica não reproduza o discurso dos colonizadores sobre os indígenas. Para utilizar a obra de Florence como fonte histórica no ensino da história indígena do povo Guató na educação básica é preciso analisar as representações sociais produzidas por Florence, de forma que os alunos identifiquem as características presentes na narrativa do autor e reflitam sobre como estas representações sobre os indígenas impactaram a relação da sociedade brasileira com a sua diversidade étnica e cultural.

O processo de apropriação da obra de Florence não deve reproduzir o olhar do autor, ao contrário, deve buscar ampliar a percepção de mundo dos alunos através da problematização acerca das representações presentes na obra e em sala de aula. O ensino de história indígena deve buscar combater o “europocentrismo”, ou etnocentrismo europeu, que tem caracterizado a relação da sociedade brasileira com os povos indígenas e ainda presente na historiografia e no ensino de história (FONSECA, 1993, p. 74-75).

A análise das representações sociais dos indígenas pode auxiliar os professores de história a manusearem documentos históricos produzidos por agentes da colonização sem reafirmar o discurso dos colonizadores e os padrões culturais presentes nestas fontes. Para analisar estas representações sociais é preciso restituir sua historicidade e compreendê-la a partir de seu contexto de produção, para se evitar que as formas culturais descritas no documento sejam reafirmadas ou transformadas em “ícones desta coletividade” (OLIVEIRA e ALMEIDA, 2016, p. 10).

O estudo sobre a representação do povo Guató auxiliou no uso da obra de Florence como fonte histórica para ensinar sobre a história e a cultura do povo Guató nas escolas de educação básica. No presente estudo a obra de Hercule Florence foi analisada a partir do conceito de representação social proposto pelo historiador francês Roger Chartier (1988). De acordo com o autor, as representações do mundo social são construções que, “embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelo interesse de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza” (CHARTIER, 1988, p. 17).

Segundo Chartier (1988), todo documento histórico é carregado de representações sociais, e sua análise é tão importante quanto os estudos econômicos para se compreender as relações de poder estabelecidas entre os grupos sociais presentes na sociedade. As representações sociais criam a nossa percepção sobre o mundo social e estão longe de serem consideradas neutras, pois:

[...] produzem estratégias e práticas (sociais, escolares e políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por eles menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. (CHARTIER, 1988, p. 17)

Porém, os documentos não atendem apenas as representações elaboradas (de forma consciente ou inconsciente) pelo autor/artista, e podem constituir-se em um “espaço aberto a múltiplas leituras” (CHARTIER, 1988, p. 65). Neste sentido, quando um professor de história analisa as representações presentes em uma fonte histórica, está produzindo com seus alunos novas representações que podem resultar em novas práticas sociais. Segundo Chartier (1988, p. 126-127), os textos se inscrevem diversamente nos seus leitores, pois o ato de ler é uma “prática criadora” que produz sentidos e significações

singulares. É através da leitura que as obras ganham sentidos diversos, atribuídos pelos leitores a partir de fatores como idade e os usos feitos do documento. O sentido atribuído pelo leitor se diferencia daquele atribuído pelo autor/artista durante seu processo de produção e preservação. Durante o seu processo de apropriação dos documentos novos sentidos são atribuídos e novas representações e práticas sociais são construídas, produzindo assim outras práticas sociais.

No processo de análise de representações no ensino de história indígena na educação básica é preciso observar nas fontes “o texto, o objeto que lhe serve de suporte e a prática que dele se apodera” (CHARTIER, 1988, p. 127). Para isso os professores devem buscar restituir a historicidade presente no documento analisado através da apresentação do contexto histórico e social que envolveu o seu processo de produção, conservação e difusão. Segundo Pesavento (1995, p. 10), “só é possível decifrar a representação através da articulação texto/contexto”. Para isso, o professor precisa apresentar a obra e o autor, de forma que os alunos compreendam que as representações presentes na obra são o resultado de um tempo histórico e de uma construção social e cultural.

Para analisar as representações do povo Guató produzidas por Florence é fundamental o conhecimento sobre o “texto/contexto” de sua obra, pois a mesma reflete a visão de mundo do autor e o momento histórico que foi produzida. Em sua contextualização, é importante destacar a participação do autor na expedição Langsdorff, para que os alunos compreendam que a obra de Florence se insere em um grande projeto classificatório do mundo que foi empreendido pelas nações europeias a partir do século XVIII e que teve seu auge com as expedições científicas do século XIX.

Florence produziu uma obra que atendia aos interesses políticos e científicos de grupos hegemônicos do Brasil e da Rússia, pois teria colocado a sua escrita e a sua arte a disposição dos objetivos da expedição Langsdorff, onde atuou como segundo desenhista entre os anos de 1825 a 1829 e foi figura fundamental na conclusão do empreendimento científico. Segundo Pablo Diener (1995, p. 17), o autor era “um ilustrador a serviço das ciências”, tendo atuado de acordo “com as determinações do chefe Langsdorff”. O autor afirma que Florence assumiu uma posição de “subordinação” em relação ao seu líder, a quem não via problemas em atender. Os diários de Langsdorff demonstram que apesar dos conflitos de personalidade, a obra do artista estava em consonância com os objetivos da expedição russa.

A obra de Florence foi o único documento da expedição Langsdorff que permaneceu no Brasil após o fim do empreendimento científico em 1829, constituindo-se em

uma importante fonte para a produção de dados necessários no processo de estruturação do recém criado Estado brasileiro. O compromisso de Florence com a expedição russa é revelado pela sua dedicação na revisão do seu diário de campo e na publicação tardia de sua obra, pois ao ser contratado como segundo-desenhista assinou um contrato de trabalho que proibia a publicação antes do líder Langdorff divulgar os resultados do empreendimento. Mesmo sendo um dos pioneiros do jornalismo paulista, Florence só publicou a sua obra em uma revista do IHGB do Rio de Janeiro em 1875.

Ao longo do processo de colonização do continente americano os europeus produziram duas representações principais sobre os povos indígenas: “o bom selvagem” e o “mau selvagem”. O povo Guató foi representado de forma idealizada na obra de Florence, pois foram identificados a partir da perspectiva do “bom selvagem”. Esta representação resulta da fascinação do colonizador pelo indígena e foi formulada de forma mais sistemática e radical no século XVIII, a partir das contribuições do filósofo Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e adotadas pelo Romantismo do século XIX. Segundo Laplantine (2003, p. 32-35), a representação do “bom selvagem” resultou da fascinação dos europeus pelo indígena, no singular, genérico e idealizado, e resultaria de uma percepção mais crítica acerca de sua própria sociedade. Nas palavras do autor (2003, p. 35):

A decepção ligada aos “benefícios” do progresso (nos quais muitos entre nós acreditam cada vez menos) bem como a solidão e o anonimato do nosso ambiente de vida, fazem com que parte de nossos sonhos só aspirem a se projetar nesse paraíso (perdido) dos trópicos ou dos mares do Sul, que o Ocidente teria substituído pelo inferno da sociedade tecnológica.

A representação do “mau selvagem” resultou da recusa do indígena, identificado como estranho em comparação com a cultura europeia e revela uma tentativa de questionar a própria humanidade destes povos, pois os povos indígenas foram representados em oposição ao branco, como o inverso do civilizado, portanto sem humanidade. Os termos utilizados para se referir aos indígenas revelam esta dicotomia, entre o “nós”, civilizados, portanto humanos, e os “outros”, denominados genericamente como “bárbaros”, “selvagens”, “primitivos”, entre outros. Por não serem considerados civilizados, os indígenas tinham o seu estatuto de humanidade negado pelos colonizadores. Segundo Laplantine (2003, p. 28), o colonizador apreendia as culturas indígenas a partir de um “grande leque das ausências”, na comparação com a sociedade europeia e baseadas em critérios como: “sem moral, sem religião, sem lei, sem escrita, sem Estado, sem consciência, sem razão, sem objetivo, sem arte, sem passado, sem futuro”.

As duas representações são idênticas, pois operam dentro de uma mesma estrutura de pensamento e refletem a consciência que o observador europeu tem de seu próprio grupo social. De acordo com Laplantine, estas representações sociais não têm relação com a história e com o universo cultural dos povos indígenas, e foram produzidas e reproduzidas a partir das ideologias de recusa ou fascínio por estes povos, sendo que “uma consiste no simétrico invertido da outra”. As duas ideologias refletem a consciência que o observador europeu tem de seu próprio grupo social, pois a recusa do estranho reflete uma boa consciência sobre sua sociedade, e o fascínio pelos indígenas, por sua vez, revela uma má consciência sobre si e sua sociedade (LAPLANTINE, 2003, p. 26).

O povo indígena Guató foi representado por Florence a partir da perspectiva do “bom selvagem” por ser considerado aliado dos brasileiros e supostamente apresentar algumas “similaridades” com os europeus. Segundo Costa (1995, p. 27), esta representação idealizada dos Guató reflete como o autor identificou o povo como mantendo relações pacíficas com os brasileiros. Já outros grupos indígenas, como os Guaná, os Bororo e os Guaicuru, foram representados pela perspectiva do “mau selvagem” e identificados como inimigos por fazerem oposição direta aos brasileiros. De acordo com a autora, Florence registrou os povos indígenas estabelecidos no Pantanal a partir da “forma com que se submetem à sujeição” ao projeto colonizador do recém criado Estado brasileiro.

Mesmo os Guató sendo registrados a partir da perspectiva dualista e maniqueísta de Florence em relação aos povos indígenas, a representação dos Guató não se diferencia dos demais povos indígenas registrados pelo autor, pois estas representações tem seu centro de referência no próprio autor e no seu povo. Segundo Ribeiro (2016, p. 101), a representação dos Guató como “bons selvagens” revela a referência do autor, pois o povo foi apreendido a partir de supostas similaridades com os europeus. Nas palavras da autora: “Para Florence, aquilo que transparecia belo no ‘outro’ era uma extensão do seu ‘eu’”.

3.2 Os Guató pelo olhar de Hercule Florence

A obra *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829 [1875]* (2007), de Hercule Florence, foi elaborada para atender aos interesses do cientificismo colonialista russo e ao projeto político de construção do Estado brasileiro no século XIX. O autor produziu uma obra que era destinada ao público europeu que consumia os relatos de viagens a lugares exóticos presentes nas narrativas produzidas pelas expedições científicas.

Portanto, a sua obra não deve ser compreendida como uma descrição da “realidade” vivida pelo povo Guató na primeira metade do século XIX, pois é repleta de representações sociais que refletem os interesses e objetivos do autor e da expedição Langsdorff.

Segundo Fausto (2000, p. 47), as crônicas produzidas por viajantes devem ser lidas com cuidado para se evitar tirar conclusões precipitadas, pois estes viajantes não vinham para o Brasil com o propósito de estudar os povos indígenas, e acabavam por registra-los de acordo com os seus interesses políticos, religiosos ou pessoais. De acordo com Barth (2000, p. 25), os estudos sobre documentos produzidos durante o contato entre culturas distintas representam uma oportunidade singular para os historiadores culturais, pois é na relação fronteiriça entre unidades étnicas que a cultura se constrói e delimita os limites no campo social entre os grupos humanos. Em suas palavras:

As distinções étnicas não dependem da ausência de interação e aceitação sociais mas, ao contrário, são frequentemente a própria base sobre a qual sistemas sociais abrangentes são construídos. A interação dentro desses sistemas não leva à sua destruição pela mudança e pela aculturação: as diferenças podem persistir apesar do contato interétnico e da interdependência entre etnias. (BARTH, 2000, p. 26)

Os contatos dos Guató com o artista francês ocorreram entre os anos de 1826 e 1827, durante a passagem da expedição Langsdorff pelo seu território na primeira metade do século XIX. A expedição alcançou a bacia do Alto Paraguai no Pantanal em dezembro de 1826, no início do período das chuvas na região, cerca de seis meses após sua partida de Porto Feliz em São Paulo. Os Guató estabeleceram contatos com Hercule Florence e os membros da expedição Langsdorff em dois momentos diferentes, sendo o primeiro na povoação de Dourados (MS) em 26 de dezembro de 1826 e o segundo em Vila Maria (atual Cáceres-MT) no dia 5 de setembro de 1827.

Os Guató ocupavam um território tradicional composto por uma extensa área que compreendia os rios Paraguai e São Lourenço, além das lagoas Gaíva, Uberaba, Mandioré, Vermelha e Cáceres (OLIVEIRA, 2002, p. 247). A região ocupada pelos Guató está situado na bacia do Alto Paraguai, que apresenta clima subtropical úmido, “com duas estações notadamente distintas, uma seca, de maio a setembro, e outra chuvosa, de outubro a abril” (OLIVEIRA, 1995, p. 21-28). Ao longo do processo histórico o território do povo Guató esteve no centro da disputa colonial entre as coroas de Portugal e Espanha e foi disputada por diferentes grupos indígenas, como os Paiaguá e os Guaicuru.

Florence registrou os contatos com os Guató em 8 desenhos e em anotações feitas no seu diário de campo manuscrito originalmente em francês e traduzido para o português

por Visconde de Taunay e publicado pela primeira vez em 1875. A sua obra possui grande relevância histórica e antropológica e apresenta uma narrativa repleta de representações sociais que apresenta o povo Guató de forma idealizada, pois a visão do autor os identificava como diferentes dos outros povos indígenas do Pantanal e com supostas similares com os europeus.

A região do Pantanal foi definida por Florence (2007, p. 87), como uma “planície imensa”, inundada pelo transbordamento do Paraguai durante o período das chuvas. O rio Paraguai é descrito pelo autor como um “caudal celebre”, cuja navegação apresentava “vantagens excepcionais” por não possuir obstáculos, como cachoeiras ou corredeiras. Florence destaca ainda a importância do rio Paraguai como principal canal de comunicação e integração entre os principais países da América do Sul. Nas palavras do autor: “É o mais belo canal que a natureza formou para permitir ao homem devassar desertos tão dilatados, para povoa-los e dar-lhes as regalias de ativa navegação e imenso comércio” (FLORENCE, 2007, p. 88).

A expedição Langsdorff alcançou o rio Paraguai no dia 12 de dezembro de 1826, durante o período das chuvas na região, e através deste alcançaram a povoação de Albuquerque (atual Corumbá-MS) no dia 14 de dezembro, onde permaneceram até o dia 19 de dezembro de 1826. Os membros da expedição foram acompanhados por indígenas do povo Guaná durante a difícil viagem de Albuquerque até Cuiabá. As dificuldades eram devido ao fato das embarcações percorrerem o rio Paraguai no sentido contrário ao seu fluxo, o que tornava a viagem lenta e facilitava o ataque constante de nuvens de mosquitos.

O primeiro contato do povo Guató com Florence foi registrado no dia 26 de dezembro de 1826 na povoação de Dourados (MS), onde os membros da expedição fizeram uma breve pausa na viagem em direção a Cuiabá. De acordo com o autor, os Guató chegaram em embarcações “com três palmas e meio de largo sobre 20 ou 25 de comprimento” tripuladas de famílias inteiras, compostas por homens, mulheres e crianças (FLORENCE, 2007, p. 103-104). Os Guató foram apresentados pelo autor a partir de supostas similaridades com o povo europeu, como pode ser observado na descrição física do grupo: “São bem feitos, robustos, de tez cobreada escura e cabelos corridos, o que os prende ao tronco indiático, porque no mais parecem tipo europeu” (FLORENCE, 2007, p. 105).

O povo Guató foi descrito por Florence a partir de suas características físicas, que foram descritas de forma detalhada em textos e imagens produzidas pelo artista francês. Florence apresentou os Guató a partir de características físicas, como beleza e força física

e atribuiu características que os “aproximavam” dos europeus. Os Guató também foram comparados com outros povos indígenas da região, como os Guaná e os Guaicuru: “Se não chegam tanto ao tipo europeu como os guatós, não são, contudo, indiáticos puros a modo dos caiapós ou chamacocos, dos quais tive ocasião de ver alguns indivíduos” (FLORENCE, 2007, p. 101). Na visão do autor, as características apreciadas nos Guató seriam originadas na convivência com os europeus e os distinguiriam dos demais povos indígenas da região:

Tive notícia de que outrora os guatós de São Lourenço haviam morado com os brancos e se misturado com eles, voltando porém depois, por gosto pela vida primitiva, aos antigos hábitos. Talvez daí provenha a parecença com os europeus, sem que por isso tenham os cabelos e a cor sofrido alteração. (FLORENCE, 2007, p. 105)

A explicação construída por Florence para as características físicas dos Guató é encontrada no próprio autor, que atribuiu a origem dos aspectos admirados no povo à sua própria sociedade. Estas supostas similaridades com os europeus também são valorizadas na apresentação dos aspectos culturais dos Guató: “Bem ao contrário dos guanás, são bem cielos de suas esposas a quem amam extremosamente e das quais recebem grandes provas de ternura e fidelidade. Aos filhos dedicam vivo afeto e os mais cuidadosos carinhos” (FLORENCE, 2007, p. 105).

Na descrição que Florence faz do corpo Guató, é possível perceber que homens e mulheres são descritos de forma distinta. Na descrição dos corpos masculinos é destacado aspectos como força física e aptidão ao trabalho e os corpos femininos são descritas a partir de atributos físicos como a beleza, conforme podemos observar no trecho a seguir:

São bem feitos, robustos, de tez cobreada escura e cabelos corridos, o que os prende ao tronco indiático, porque no mais parecem tipo europeu. Vi um homem de porte alto, boa figura e nariz aquilino; outros contudo apresentavam o cunho característico da raça.

No meio do queixo crescem-lhe uns fios de barba.

A fisionomia das mulheres e crianças é interessante, quando moças, algumas são até bonitas (FLORENCE, 2007, p. 105).

Segundo Mary Louise Pratt (1999, p. 68), as expedições científicas europeias costumavam registrar os indígenas a partir de uma descrição centrada nos seus aspectos físicos, o que revela uma tentativa de expulsar estes povos do plano da cultura. De acordo com a autora, as expedições científicas realizaram um processo de “desculturação” dos indígenas, que foram representados como corpos silenciados e biologizados. Estes povos foram registrados em função do processo de colonização, que não reconhecia as culturas

indígenas e enxergava os homens como força do trabalho e as mulheres como corpo materno-reprodutor para os colonizadores.

Florence registrou os Guató em oposição aos demais povos indígenas identificados como inimigos dos brasileiros, como os Guaikuru. Para o autor, os Guató representavam o ideal do “bom selvagem” e apresentavam supostas similaridades com o europeu, conforme pode ser observado na imagem a seguir:

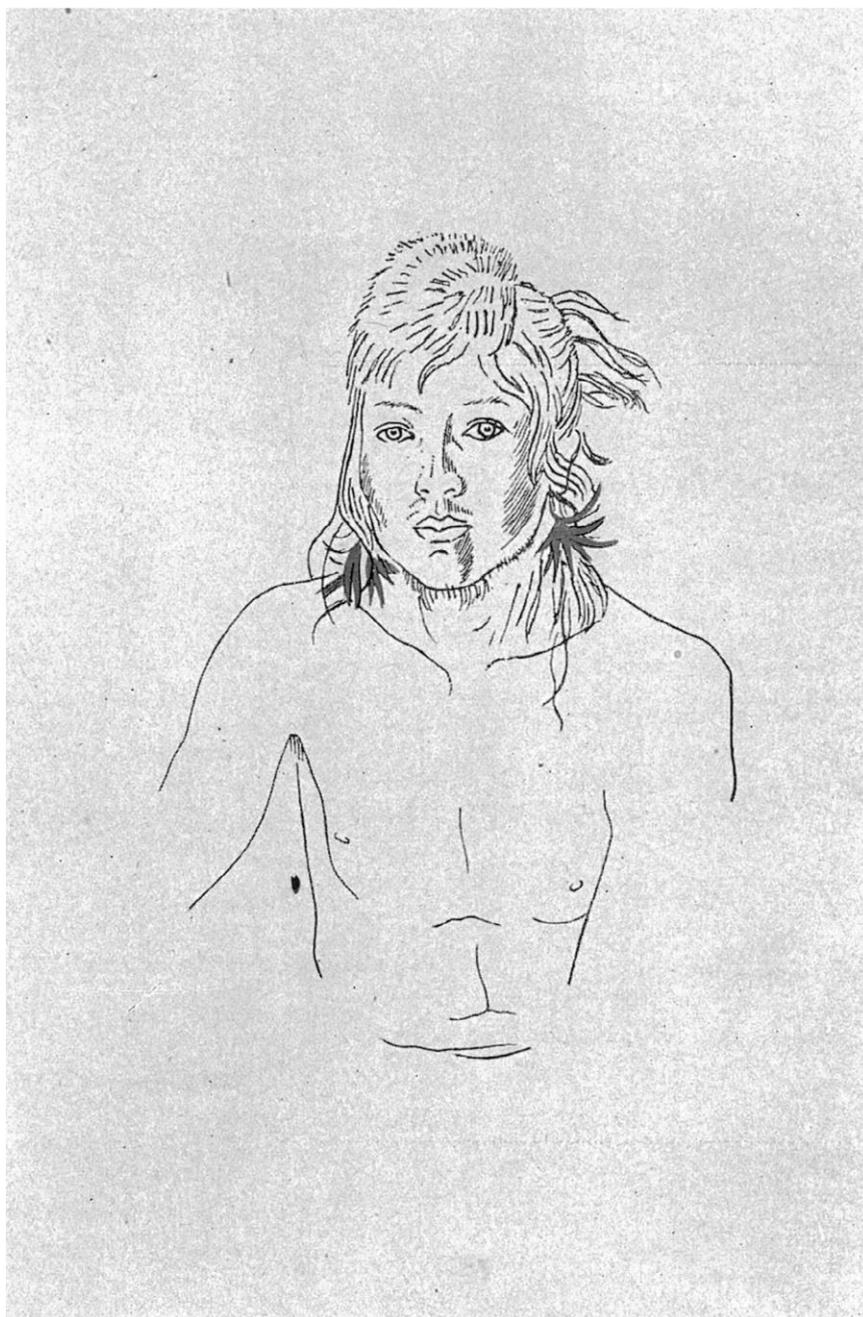


Imagem 1 - Guató, de nome Tohé (FLORENCE, 2007, p. 115).

Na imagem 1, onde vemos o retrato em preto e branco de um Guató de nome Tohé, é possível observar alguns aspectos da cultura material do povo, pois o jovem traz os longos cabelos amarrados na nuca e usa adornos de penas nas orelhas. Porém, apesar de apresentar os elementos da cultura material dos Guató, o jovem é representado com traços europeizados que o aproximam da imagem idealizada e romântica do “bom selvagem”. Segundo Pereira (2016, p. 131), o povo Guató foi representado por Florence de forma idealizada por conviverem de forma pacífica diante das regras impostas pelos colonizadores. Nas palavras da autora: “De todos os grupos contactados por Florence, os Guató são o que melhor traduz o ícone do selvagem idealizado, isto é, aquele semelhante ao tipo europeu, dócil no trato e atencioso com a família” (PEREIRA, 2016, p. 131).

Segundo Laplantine (2003, p. 32), os colonizadores representaram os povos indígenas de forma distanciada da realidade destes grupos, como através da perspectiva do “bom selvagem”. Para o autor, os colonizadores apreenderam estes grupos a partir de sua própria cultura, pois a imagem construída do outro é correlata a si mesmo. Em suas palavras:

O outro – o índio, o taitiano, mas recentemente o basco ou o bretão – é simplesmente utilizado como suporte de um imaginário cujo lugar de referência nunca é a América, Taiti, o País Basco ou a Bretanha. São objetos-pretextos que podem ser mobilizados tanto com vistas à exploração econômica, quanto ao militarismo político, à conversão religiosa ou à emoção estética. Mas, em todos os casos, o outro não é considerado para si mesmo. Mal se olha para ele. Olha-se a si mesmo nele. (LAPLANTINE, 2003, p. 36)

O olhar de Florence sobre o povo Guató foi influenciado pelos relatos de viagem produzidos pelas expedições científicas europeias e que faziam grande sucesso na Europa no século XIX. Estas expedições científicas aliavam interesses científicos e políticos e atuavam na produção de dados para o processo de colonização, como a identificação das potencialidades exploratórias de cada região, por isso buscavam reunir a maior número possível de informações sobre as terras visitadas, catalogando os espaços, os animais, as plantas e os grupos humanos contatados. Os membros das expedições científicas deveriam quantificar tudo que fosse encontrado, motivando Florence no desejo por apresentar dados populacionais precisos sobre o povo Guató. Porém, a demografia apresentada pelo autor é imprecisa, pois o total populacional do povo é estimado em pouco mais de “300 almas”. Todavia o autor reconhece que o número de indígenas do povo possa ser muito superior aos números apresentados:

A tribo é pouco numerosa. Não a calculo em mais de 300 almas. Ouvi muito falar numa taba de *guató*s, assente na baía de Guaíva e que contém mais de 2.000 selvagens muito bravos inimigos de qualquer contacto com brancos, embora em

nada malfeitores, e tão arredios que, segundo contam, não fraternizam com os que víamos em São Lourenço, por causa do comércio a que se entregam com os brasileiros. (FLORENCE, 2007, p. 104)

A busca de Florence por dados populacionais precisos sobre os Guató levou o autor a buscar informações sobre um local na região com grande concentração de famílias do povo, porém o autor se deparou com o silêncio dos indígenas sobre o fato: “Quis por mim tirar informações dos guatós de São Lourenço, mas não tive senão respostas ambíguas: verdade é que, segundo a voz geral, guardam estes o mais completo segredo” (FLORENCE, 2007, p. 105). O interesse de Florence por quantificar os Guató logo se mostrou impossível e, segundo Maria de Fátima Costa (1995, p. 26), existe uma grande dificuldade para a obtenção de dados populacionais confiáveis sobre os indígenas no século XIX. Nas palavras da autora:

Ausentes dos censos demográficos, os indígenas brasileiros representavam uma significativa população. Sua maior concentração, obviamente, dava-se nas regiões pouco ocupadas, longe dos centros urbanos, nas “regiões pouco descritas”. (COSTA, 1995, p. 26)

Durante a viagem até Cuiabá os membros da expedição foram acompanhados por indígenas dos povos Guató e Guaná durante todo o percurso do rio Paraguai até a boca do rio São Lourenço. Nesta localidade todos montaram acampamento e descansaram por um dia e Florence menciona que os indígenas que acompanhavam a expedição construíram “ranchos com folhas de palmeiras, esteiras e peles” para se abrigar das chuvas. Possivelmente o autor se referia as moradias provisórias construídas pelos Guató durante o período das chuvas no Pantanal.

Florence também registrou em desenhos o povo Guató utilizando as suas moradias provisórias durante o período das cheias dos rios da região. Estas moradias eram construídas com objetos de uso cotidiano das famílias, conforme podemos observar na imagem a seguir:



Imagem 2 – Índios guatós na confluência do rio São Lourenço (FLORENCE, 2007, p. 117)

Na imagem 2, é possível observar um grupo de pessoas composto por duas mulheres que usam saias de algodão e brincos de pena vermelhas e duas crianças. Elas se encontram sentadas sobre uma esteira de fibra vegetal e sob uma estrutura de madeira que utiliza zinga e flechas para sustentar outra esteira de fibra vegetal que serve de proteção ao grupo. As pessoas registradas se encontram em um abrigo provisório localizado em algum aterro entre os rios São Lourenço e Paraguai e são representadas no centro da imagem, trazendo a sua volta alguns objetos cotidianos, como pote, cuia, flechas e esteiras. Ao fundo da imagem é possível observar em meio a paisagem alguns exemplares da palmeira acuri, espécie comum na região pantaneira.

Segundo Oliveira (1995, p. 122), os abrigos provisórios apresentavam a mesma estrutura das casas permanentes, porém eram menores e construídos de forma improvisada com flechas e esteiras feitas com palha de acuri (*Sheelea phalerata*), por isso eram menos elaborados, servindo apenas para proteger as famílias de fatores climáticos, como as chuvas, sendo desfeito quando a família se mudava. Próximos aos abrigos provisórios e as casas permanentes dos Guató eram plantados acuris para atrair animais para caça e pesca, funcionando como verdadeiras “cevas naturais”. Devido a estes fatores o acuri é frequentemente encontrado em áreas elevadas em meio a planície pantaneira, chamados

de aterros ou aterrados. Os aterros são reconhecidos como os principais sítios arqueológicos encontrados na região, pois estas elevações na planície pantaneira resultam do manejo ambiental desenvolvido pelos Guató e grupos que os antecederam durante o povoamento da região (OLIVEIRA, 2001, p. 3-6).

Os aterros ou aterrados foram construídas pelos Guató e serviam como locais de sepultamento e acampamento durante o período das cheias dos rios do Pantanal, pois nos aterros são encontrados diferentes vestígios da presença humana na região, desde restos de alimentos, fragmentos de cerâmica e ossadas humanas, que ajudam a contar a história da ocupação e adaptação humana no ambiente pantaneiro. Os aterros também serviam para garantir a subsistência dos Guató, que plantavam roças de acuri para atrair muitas espécies de animais e garantir assim caça e pesca farta para as famílias (OLIVEIRA, 1995, p. 114).

Em seu artigo *Acuri, a palmeira dos índios Guató: uma perspectiva arqueológica*, Oliveira (2001, p. 7), afirma que a palmeira acuri tinha grande importância para o povo Guató na alimentação e no fornecimento de matéria-prima para diferentes atividades, como a construção de casas e a fabricação de cordoaria, trançados e tecelagens. De acordo com o autor, a palmeira acuri foi semidomesticada pelos Guató, que são considerados os principais responsáveis pela sua dispersão pela região através da prática do manejo ambiental da espécie, desenvolvida muito antes da chegada dos colonizadores europeus.

No dia 1 de janeiro de 1827 a expedição seguiu viagem pelo rio São Lourenço, que, segundo o autor, apresentava em suas margens uma grande quantidade de “palhoças guató” (FLORENCE, 2007, p. 106), que seriam as habitações ocupadas pelas famílias do povo. Nesta região, os Guató que acompanham a expedição desde Corumbá se dispersaram sem dar motivos, o que levou ao líder da expedição a convidar uma família que habitava a localidade denominada *Alegre* para guia-los até o porto de Cuiabá:

O Sr. Consul propôs ao guató irem juntos até Cuiabá e num ápice a família, acedendo ao convite, embarcou-se, não deixando em terra senão a palhoça. Tudo coube na canoinha que não tinha mais que 18 polegadas de largo sobre 14 a 15 pés de comprido. Como todos de sua tribo, era este muito hábil em caçar e pescar, de modo que nos trouxe sempre farta de aves e peixes. (FLORENCE, 2007, p. 107)

Os Guató costumavam acompanhar os viajantes que atravessavam o seu território no Pantanal e prestavam serviço como guias, orientando o melhor percurso pelo emaranhado de rios, canais, lagos e lagoas que se formavam durante o período das cheias. Os

Guató foram de grande importância para os membros da expedição Langsdorff não apenas como guias mas também fornecendo alimentos aos viajantes, conforme registrado por Florence. A família Guató que guiou a expedição Langsdorff foi registrada por Florence também através de um desenho, que revela importantes aspectos da cultura material e da organização social do povo, conforme podemos observar a seguir:



FAMILLE DE NATION CUATO.

Imagem 3 - Família de guató (FLORENCE, 2007, p. 118).

A imagem 3 apresenta a família Guató mencionada pelo autor, composta por um homem, uma mulher e duas crianças. A família foi representada em frente à sua casa permanente, onde é possível observar em seu interior alguns itens da cultura material do povo Guató, como cestos e esteiras de palha. No primeiro plano da imagem é possível ver a ponta de uma canoa, que revela que suas habitações permanentes eram construídas próximas a uma fonte de água. A família foi registrada próximo ao morro do Caracará, na confluência do rio São Lourenço com o Paraguai, e assim foi descrita pelo autor:

O marido voltava da caça e trouxera um jacaré; a mulher era moça e de fisionomia agradável; dois filhinhos, o mais velho com menos de quatro anos, mereciam-lhes os mais ternos cuidados. Essa boa gente tinha bananas, raízes de cará e mandioca, uma canoa, arcos, flechas, esteiras, cestos, panelas, dois mosquiteiros e matapás. Um cão guardava a casa. (FLORENCE, 2007, p. 107)

Na imagem 2, é possível observar que as casas permanentes dos Guató apresentavam formato retangular e eram construídas com madeira e folhas de acuri. As casas permanentes se caracterizavam por serem maiores que o abrigo provisório, conforme podemos observar no modelo de uma casa permanente Guató representado a seguir:

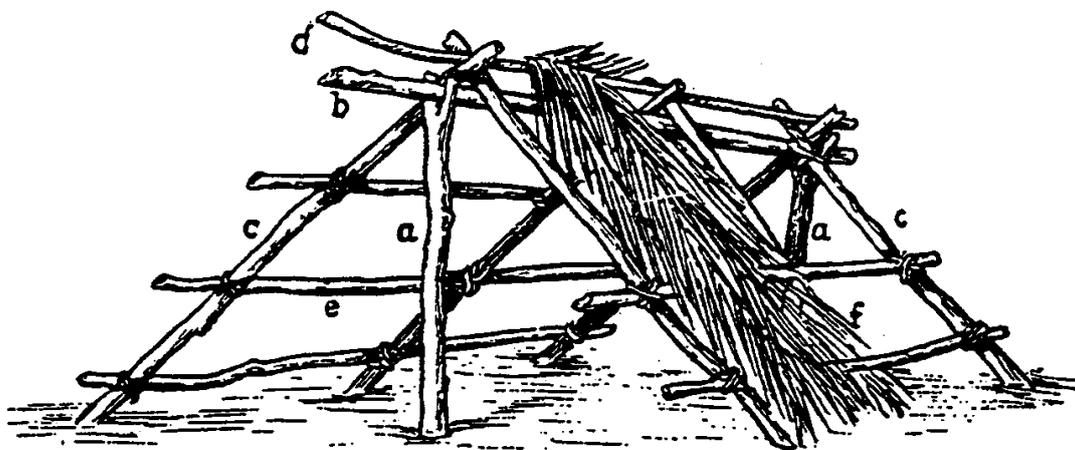


Imagem 4 - Desenho de uma casa tradicional Guató (Shmidt, 1914 apud Oliveira, 1995, p. 128).

A expedição Langsdorff alcançou o rio Cuiabá no dia 4 de janeiro de 1827, após atravessar um emaranhado de lagoas e campos inundados, onde a travessia só era possível cortando árvores e com a ajuda de guias com grande conhecimento sobre a região. Somente no dia 30 de janeiro de 1827 a expedição chegou ao porto de Cuiabá e logo o líder da expedição determinou que a família Guató que serviu como guia na viagem fosse presenteada com objetos de metal. O autor relata que logo após deixarem o porto de Cuiabá

com os presentes recebidos, a família foi assassinada por um grupo de indígenas do povo Guaná, que jogaram os corpos no rio para serem devorados por piranhas (*Pygocentrus nattereri*). Este episódio trágico foi registrado pelo autor:

Eis a história de um guató e de sua família que tiveram destino lamentável, acabando miseravelmente às mãos de uns guanás. O caráter de ambas as tribos ressaltará do fato que vou contar.

A vista, um dia, de uma choupana de guató, situada num bonito local que por isso tem o nome de *Alegre*, dissipou por instantes nossa tristeza e deu alguma animação aos remadores. Desembarcando, avistamo-nos com uma família feliz. O marido voltava da caça e trouxera um jacaré; a mulher era moça e de fisionomia agradável; dois filhinhos, o mais velho com menos de quatro anos, mereciam-lhe os mais ternos cuidados. Essa boa gente tinha bananas, raízes de cará e mandioca, uma canoa, arcos, flechas, esteiras, cestos, panelas, dois mosquiteiros e matapás. Um cão guardava a casa.

O Sr. Cônsul propôs ao guató irem juntos até Cuiabá e num ápice a família, acedendo ao convite, embarcou-se, não deixando em terra senão a palhoça. Tudo coube na canoinha que não tinha mais de 18 polegadas de largo sobre a 14 a 15 pés de comprido. Como todos os de sua tribo, era este hábil em caçar e pescar, de modo que nos trouxe a mesa sempre farta de aves e peixes.

Quinze dias depois de nossa chegada à capital, o Sr. Cônsul despediu-os, presenteando-os com facas, machados, anzóis e outros objetos de grande estimação entre aquela gente. Estas dádivas, porém, lhes foram funestas. Excitaram a cobiça de dois guanás que moravam no porto de Cuiabá e que, depois da partida, seguindo-os numa canoinha, foram ataca-los à falsa fé e os mataram a todos, homem, mulher e criancinhas, atirando os cadáveres à água para que as piranhas os devorassem.

Depois de tão negra ação retiraram-se os assassinos para seu aldeamento, sito à margem do Paraguai 15 ou 20 léguas ao norte de Nova Coimbra, e, crendo-se em segurança entre os seus não supuseram de necessidade calar o que haviam feito. Chegou a notícia aos ouvidos do Tenente-Coronel Jerônimo achavam-se alguns guató que tinham espontaneamente oferecido os seus serviços, reclamaram entre os guanás para levá-los e tomarem por suas mãos desagravo; o comandante, porém, não consentiu em tal, afiançando-lhes que o capitão-mor de Cuiabá os mandaria supliciar.

Com esta resposta não se deram eles por satisfeitos e, retirando-se incontinenti da expedição, foram logo espalhar entre a sua gente a notícia do assassinato daquela infeliz família e da próxima passagem dos matadores, levados por brasileiros. Levantou-se toda a tribo; plantou seus arcos e flechas ao longo do rio e foi esperar a canoa, que não tardou a navegar naquelas águas. Intimaram então ao comandante que não furtasse os homicidas à legítima vingança, ameaçando, em caso de recusa, arrebatá-los a força e tornarem-se inimigos dos brasileiros. Esse comandante, que não passava de sargento, não tendo armas suficientes e vendo a inferioridade de suas forças contraposta à firmeza e resolução dos guató, entregou os dois miseráveis que, apesar de se prostrarem de joelhos pedindo misericórdia, foram num instante feitos em postas. Cortaram as cabeças e as fincaram à beira do rio em paus com pedaços de pele, expostas às vistas dos guató cujo caminho para Cuiabá é este de São Lourenço, a menos que não queiram dar uma grande volta por Vila Maria. Daí a poucos dias passaram com efeito alguns guanás que nada sabiam do fato; os guató, porém, lhes asseguraram que, satisfeita a sede sangue, nada mais havia a temer deles. Em seguida, levaram as correntes de ferro ao Tenente-Coronel Jerônimo, dizendo-lhe: “Eis o que vos pertence. Guató não é ladrão. Guaná tinha matado guató; guató mata guaná. (FLORENCE, 2007, p. 106-8)

Após a descoberta do crime, o Tenente-Coronel Jerônimo determinou a detenção dos assassinos, porém quando as outras famílias Guató souberam do ocorrido se mobilizaram para matar os responsáveis pelo crime. Como os assassinos estavam sob a proteção da justiça, os Guató solicitaram que os mesmos fossem entregues para serem executados. Com a resposta negativa do Tenente-Coronel Jerônimo, os Guató se posicionaram as margens do rio São Lourenço com arcos e flechas para interceptar a expedição que conduzia os assassinos desde a localidade de Nova Coimbra no rio Paraguai, e sob ameaças de uso de força com os brasileiros, conseguiram capturar e executar o grupo de Guanás. Após o ocorrido os Guató procuraram o Tenente-Coronel para devolver as correntes de ferro usadas pelos prisioneiros e reafirmar a aliança entre ambos.

O desfecho trágico da história é apresentado por Florence com a intenção de valorizar os aspectos morais do povo Guató, pois “o caráter de ambas as tribos ressaltará do fato” (FLORENCE, 2007, p. 106). O autor identificava os Guató como um grupo amigável e pacífico, que mantinha contato frequente com os brasileiros, com quem adquiriam itens considerados importantes para o povo, como: “facas, machados, zagaias e outras ferramentas” (FLORENCE, 2007, p. 107). Porém, o episódio revela que mesmo organizados em famílias autônomas e independentes os Guató se articulavam em torno de objetivos comuns, como a vingança pelo assassinato da família. Apesar dos Guató serem identificados como aliados dos brasileiros e considerados propensos a civilização, estavam longe de sujeitar-se à autoridade imposta pelos colonizadores.

O episódio demonstra ainda que os Guató desenvolveram um complexo processo de resistência e adaptação ao processo de colonização através da construção de alianças políticas que garantiram a sobrevivência física e cultural do povo. Porém, apesar da aliança política com os luso-brasileiros, os Guató não frequentavam as vilas e cidades da região, evitando o contato com os não-indígenas fora de seu território tradicional. Segundo Carvalho Júnior (2016, p. 63), a ideia de resistência é uma construção ocidental e deve ser utilizada com cuidado pelos historiadores, pois os indígenas desenvolveram por meio de diferentes práticas uma série de “processos de ação criativa” que representavam “uma ação concreta e consciente visando a um objetivo específico que significaria a sobrevivência” física e cultural dos povos.

Segundo Sposito (2014, p. 26), as alianças estabelecidas entre os povos indígenas e os agentes da colonização, mesmo que estabelecidas dentro de uma estrutura de dominação, visavam defender os interesses dos próprios indígenas. Neste sentido, os casamen-

tos representaram uma estratégia no estabelecimento de alianças políticas com outros grupos, conforme revela o trecho a seguir onde Florence relata um episódio onde encontrou uma família Guató composta por um homem e três mulheres:

Dizem que os guatós vivem com mais de uma mulher; a maior parte dos que levavam uma única. Lembro-me, porém, que numa ocasião troquei algumas palavras com um deles que tinha na sua canoa três mulheres. Perguntei-lhe se todas eram suas; respondeu-me que sim. Pedi-lhe então por gracejo uma e ele retorquiu-me zangado que eu deveria ter trazido comigo a minha. Repliquei-lhe que não fora possível. “Pois bem”, disse-me ele, “se você tivesse aqui sua mulher, eu trocava por uma destas”. [...] Bem ao contrário dos guanás, são muito ciosos de suas esposas a quem amam extremosamente e das quais recebem grandes provas de ternura e fidelidade. Aos filhos dedicam vivo afeto e os mais cuidadosos carinhos. (FLORENCE, 2007, p. 105)

Na ocasião onde Florence “pede” ao homem por “gracejo” uma de suas esposas, é possível identificar algumas características da organização social dos Guató, como a questão das famílias e dos casamentos. Segundo Oliveira (1995, p. 82-83), os Guató se organizavam em famílias que podiam ser monogâmicas ou poligâmicas. Os casamentos estabeleciam “laços de consanguinidade, afinidade e reciprocidade” e o número de esposas determinava o prestígio social, a produção doméstica e a rede de alianças. Com base nestas informações, é possível afirmar que ao responder: “se você tivesse aqui sua mulher, eu trocava por uma destas”, o homem Guató estava a responder de forma positiva a possibilidade de estabelecimento de uma aliança política com o francês através do seu casamento com uma mulher do povo.

Os Guató se diferenciam de outros povos indígenas por não viverem aldeados, mas organizados em famílias independentes e autônomas umas das outras. Cada família possuía duas moradias diferentes que utilizavam de acordo com os ciclos de chuvas e estiagens na região. Esta estratégia de ocupação sazonal do Pantanal revela que o povo construiu um modo de vida estreitamente adaptado ao ambiente pantaneiro (OLIVEIRA, 1995, p. 122). A relação com o Pantanal é demonstrada no trecho onde Florence descreve as colheitas embarcadas do arroz selvagem nativo da região:

Nessas vastidões alagadas cresce em abundancia o arroz selvagem, cuja altura há de exceder de sete a oito pés, pois só fora d`água tem dois a três, sendo o terreno submerso em profundidade de cinco a seis. Quando os guatós, índios canoieiros, fazem a colheita, sacodem as espigas dentro de suas barquinhas e num instante as enchem até as bordas (...). (FLORENCE, 2007, p. 88)

De acordo com Maria de Fátima Costa (1995, p. 26), as águas do Pantanal não determinavam apenas os processos produtivos, se inscrevendo nas relações estabelecidas

pelos indígenas da região, que se caracterizavam por uma convivência “predominantemente aquática”. Nas palavras da autora:

Neste ambiente é o ritmo das águas, entre secas e cheias, que cadencia a convivência, o que vale dizer que a convivência era predominantemente aquática, ou melhor, que todas as relações eram definidas e mediadas pelo ritmo das águas. A canoa não era apenas um meio de transporte. Durante o período das cheias, transformava-se na própria casa, como desde o século XVI observou Cabeça de Vaca. (COSTA, 1995, p. 26)

A relação do povo Guató com o Pantanal foi registrada por Florence durante sua passagem pela região de Dourados (MS) no dia 26 de dezembro de 1826 em uma descrição da grande habilidade do povo no manuseio de suas tradicionais canoas de madeira:

Em pé à proa os maridos remam; as mulheres sentadas à popa vêm governando por meio de uma pá; as crianças acocoram-se no meio sobre esteiras. As embarcações, com três palmos e meio de largo sobre 20 ou 25 de comprimento se tanto, levam sempre no bojo cães, arcos e flechas, para caçadas e pescarias. [...] Vivem quase sempre sobre a água, metidos em barquinhas que, como disse acima, têm dimensões diminutíssimas. Quando toda a família está embarcada, a borda da canoa fica com dois dedos acima da água, o que não os impede de manejarem com a maior habilidade as flechas para fisgarem peixes ou transpassarem pássaros. (FLORENCE, 2007, p. 103-104)

Na descrição que Florence faz sobre o uso das canoas, é possível observar que durante a primeira metade do século XIX o povo Guató produzia grande parte dos instrumentos necessários para a sobrevivência das famílias, como as tradicionais canoas de madeira, o arco e a flecha. Estes itens relacionados às atividades de caça e pesca apresentaram mudanças em sua produção após o contato com os europeus, pois muitos destes instrumentos incorporaram partes feitas do metal adquirido através do comércio com os luso-brasileiros. O autor registrou os Guató utilizando suas tradicionais embarcações no desenho a seguir.

Na imagem 5, podemos observar um grupo de Guató guiando uma canoa de madeira por um rio do Pantanal, provavelmente o Paraguai ou o São Lourenço. O grupo é uma família composta por um homem que está em pé usando um remo na dianteira da canoa, a mulher sentada na traseira maneja uma vara de madeira chamada zinga, usada para guiar as embarcações. No centro da canoa estão duas crianças e um cachorro, que aparecem sentados entre os dois adultos. A canoa tripulada pela família Guató é representada na parte direita inferior da imagem, destacando a relação do povo com o ambiente pantaneiro.



Imagem 5 - *Guatós*, de Hercule Florence (2007, p. 114)

As canoas construídas pelos Guató eram tradicionalmente feitas com a madeira do cambará (*Vochysia divergens*), por se tratar de uma madeira leve, mole e flutuante. O processo de fabricação de uma canoa tinha início com a escolha da árvore ideal, pois cada embarcação tinha até 5 metros de comprimento. A madeira era escavada com fogo e finalizada com o uso de um machado feito com lamina de material lítico ou de metal, este último adquirido com os não-indígenas. A durabilidade da canoa era garantida através de um processo de defumação, para retirada de água dos poros da madeira, e impermeabilização era feita com gordura de capivara ou jacaré. Para construírem uma única canoa os Guató precisavam percorrer extensas áreas atrás do *cambará* com a medida ideal para fazer a embarcação. Precisavam ainda da madeira usada na defumação da canoa e de caçar animais para retirar a gordura usada como impermeabilizante (OLIVEIRA, 1995, p. 166).

A grande variedade de espécies de mamíferos, aves e répteis existentes no Pantanal representaram abundância na alimentação do povo Guató, e entre as espécies mais apreciadas na alimentação estão, além do peixe, o jacaré-do-pantanal (*Cayman crocodilos yacaré*) e a capivara (*Hydrochaeris Hydrochaeris*) (OLIVEIRA, 1995, p. 138). Florence descreveu a alimentação do povo Guató como bastante diversificada: “Eles fazem grande

matança de bugios, guaribas, lontras, etc., e preparam com cuidado as peles, assim como as da onça” (FLORENCE, 2007, p. 104).

A pescaria era a principal atividade desenvolvida pelo povo e era praticada por todos os membros da família ao longo de todo o ano, mas principalmente no período das cheias. Tradicionalmente a pescaria dos Guató poderia ser praticada com o uso de flechas e anzóis feitos de ossos de animais presos a linhas de pesca feitas com fibras de tucum (*Bactris glaucescens*). Segundo Oliveira (1995, p. 135), após o contato com os colonizadores a pescaria continuou usando linha de fibra de tucum, porém passou a ser praticada com o uso de anzóis de metal. A atividade de caça para subsistência podia ser praticada por homens e mulheres, que utilizavam diferentes instrumentos como o bodoque, arco e flecha, armadilhas e zagaia (OLIVEIRA, 1995, p. 138). Porém, a caçada da onça era considerada uma atividade masculina de grande importância para o povo, e também foi descrita por Florence (2007, p. 104):

Valentes agressores de onça, procuram de princípio enfurecê-la, fazendo-lhe a flechadas ligeiros ferimentos: quando a fera irritada se atira, o Guató a espera de pé quedo e crava-lhe a zagaia, lança curta armada de um osso de jacaré ou espigão de ferro, conseguido por troca com os brasileiros.

A caçada da onça tinha um sentido fundamental na cultura Guató, pois era um ritual de passagem masculino que marcava o final da infância e o início da vida adulta. Segundo Ribeiro (2005, p. 43), os meninos deveriam abater sozinho uma onça-parda (*Felis concolor*) ou uma onça-pintada (*Panthera onca*) usando apenas uma zinga para serem reconhecidos como adultos e poderem se casar. Esta atividade tradicional também se alterou após o contato com os não-indígenas, pois a *zagaia*, que antes era fabricado com osso de jacaré, passou a utilizar o metal, conforme descrito por Florence (2007, p. 104):

Em terra não são menos destros caçadores. Valentes agressores da onça procuram de princípio enfurecê-la, fazendo-lhe a flechadas ligeiros ferimentos: quando a fera irritada se atira, o *guató* a espera de pé quedo e crava-lhe a zagaia, lança curta armada de um osso de *jacaré* ou espigão de ferro, conseguido por troca com brasileiros.

Segundo Oliveira (1995, p. 163), a zagaia era uma espécie de lança curta “utilizada para caçar grandes mamíferos e reptéis” que podia ser arremessada ou cravada a curta distância. A sua fabricação original utilizava madeira e pontas fabricadas com ossos de onça ou jacaré, e após o contato com os não-indígenas passaram a usar pontas de metal, conseguidas com os brasileiros, conforme é possível observar na imagem a seguir:

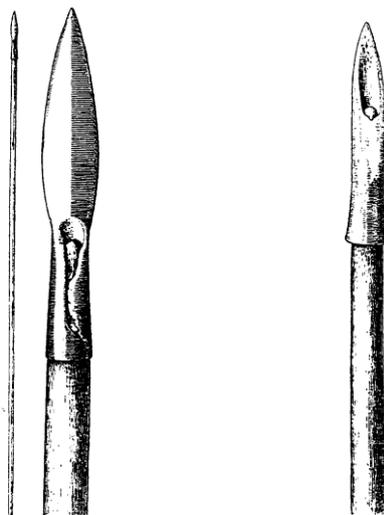


Imagem 5 - Zagaias com pontas de metal e de osso (Fonte: OLIVEIRA, 1995, p. 164).

As trocas praticadas com os luso-brasileiros não podem ser observadas pela perspectiva do capitalismo comercial, pois a obra de Florence revela que os Guató promoviam os contatos com os não-indígenas se aproximando dos viajantes que percorriam os rios Paraguai e São Lourenço, conforme descrito pelo autor: “Estávamos então nos Dourados; abicamos, e daí a instantes chegaram umas canoas cheias de guatós” (FLORENCE, 2007, p. 103). Os Guató se aproximaram da expedição Langsdorff para oferecer serviço como guias e para atender alguma necessidade apresentada pelas famílias. De acordo com o autor, o comércio praticado pelos Guató representava uma das principais atividades desenvolvidas pelo povo:

São mui pouco agricultores e não plantam senão algumas raízes e milho. Costumam apanhar os frutos de um grande bananal, que foi plantado à margem esquerda do São Lourenço por um antigo sertanista, e colhem o arroz bravo que crescem nos pantanais circunvizinhos. A indústria manufatora consiste em tecer com casca de tucum grosseiros mosquiteiros, dentro dos quais dormem; abrigos porém por tal modo espessos e pesados, que só por força de hábito é possível suportar o calor que debaixo deles se desenvolve. Fazem ainda um tecido quadrado de pé e meio a dois de lado e que prendem por duas extremidades a um pau para servir de ventarola e com ela afugentarem os temíveis pernilongos. Todo o comércio dos guatós consiste em trocar com os brasileiros peles de onças ou canoas por facas, machados, zagaias e outras ferragens ou então por peças de pano de que fazem calças para si e saias para as mulheres. (FLORENCE, 2007, p. 104)

Ao apresentar o comércio como uma das principais atividades desenvolvidas pelos Guató, Florence reduziu as práticas agrícolas e o manejo ambiental desenvolvido pelo povo ao mero plantio de “algumas raízes e milho”. Segundo Carvalho Junior (2016), o

desenvolvimento de um comércio constante com os luso-brasileiros está longe de representar um processo de aculturação dos Guató, ao contrário, comercializar com os não-indígenas deve ter representado prestígio social diante dos não-indígenas e de outros povos indígenas do Pantanal. Em suas palavras:

O ato de manejar os códigos constituintes do novo contexto colonial era antes uma demonstração de força diante dos seus do que uma associação subserviente à ordem estabelecida. Saber manejar a relação com a alteridade e administrar o regime de trocas através de do sistema de alianças poderia significar, para o seu grupo “familiar” e étnico de origem, uma competência inestimável, um valor essencial para comandar a manutenção e reprodução da comunidade. (CARVALHO JUNIOR, 2016, p. 71)

De acordo com o autor, ao longo do processo histórico os povos indígenas desenvolveram uma grande capacidade de adaptação as mudanças promovidas pela colonização por meio de um processo de “domesticação” do mundo ocidental:

Considero, portanto, o protagonismo indígena na história, não como resistência cultural, mas como ação política alicerçada em parâmetros significativos para o grupo que marcava sua existência autônoma; porém, sempre aberta a inovações. E, entre essas inovações possíveis, estava a capacidade de se reconstituir. Essa reconstituição significou um esforço profundo de adaptação, estabelecendo, com a nova ordem que se instalava, pontes de conexão-onde o estranho, o absurdo e o caótico fosse “domesticado” e ganhasse sentido. Assim, a “domesticação” foi uma via de mão dupla, visto que dela não foi objeto somente o “gentio indígena”: o mundo ocidental também foi “domesticado”. (CARVALHO JUNIOR, 2016, p. 65)

Durante a primeira metade do século XIX os tecidos estavam entre as mercadorias mais comercializados pelos Guató com os luso-brasileiros, e Florence registrou em textos e desenhos a sua utilização pelas famílias:

Os homens apresentam-se vestidos de uma calça de algodão; as mulheres com uma saizinha, deixando o resto do corpo descoberto. Estas roupas que conseguem dos brasileiros por meio de barganhas são em geral muito sujas por não serem lavadas, ou, se passadas por água, não levarem nunca sabão. Não vi senão um velho completamente nu: trazia o membro viril preso por um cordel que dava volta à cintura. (FLORENCE, 2007, p. 103)

Florence registrou na imagem a utilização que os Guató faziam dos tecidos adquiridos através do comércio com os não-indígenas na imagem a seguir:

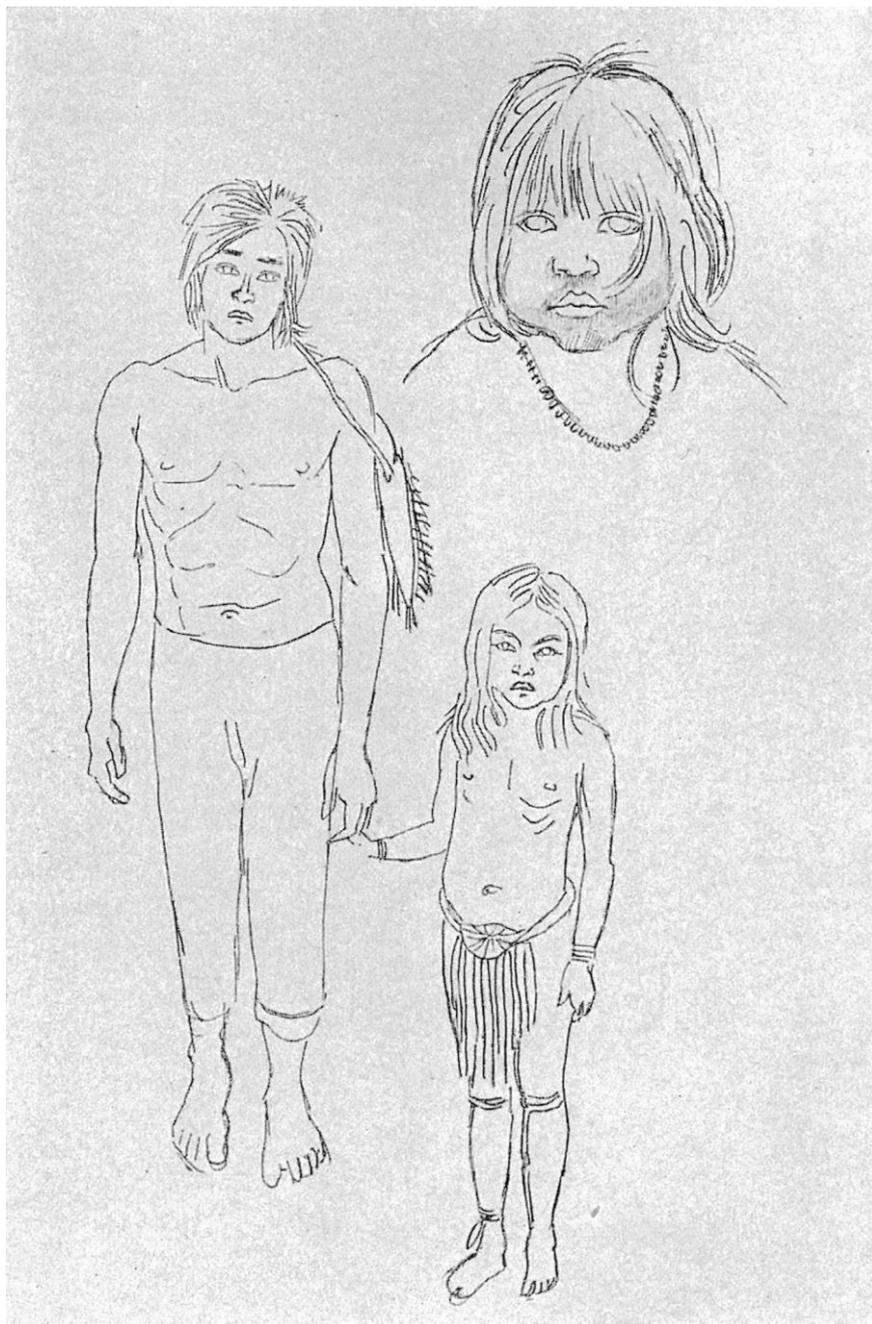


Imagem 6 - Guató de Passagem Velha, a 4 léguas de Vila (FLORENCE, 2007, p. 116).

Na imagem 6 é possível observar duas pessoas, sendo um homem adulto, que se apresenta usando uma calça de tecido, com o dorso nu e os pés descalços, e uma criança usando saio e adornos nos joelho e tornozelos, possivelmente confeccionados com as folhas da palmeira tucum (*Bactris glaucescens*) (RIBEIRO, 2008, p. 152). O homem traz um pescado amarrado nas costas e no canto direito superior da imagem, a mesma criança é representada com um colar de sementes.

A partir da imagem 7, é possível identificar que entre as estratégias de sobrevivência física e cultural desenvolvidas pelos Guató estava a apropriação de elementos da

cultura material dos colonizadores. Os Guató podem ter identificado os tecidos adquiridos com os não-indígenas como um signo de poder diante dos outros povos, indígenas e não-indígenas que percorriam seu território. Quando o homem se apresentava diante de Florence utilizando calças similares as usadas por ele, estava a demonstrar ao francês a sua capacidade de manusear elementos de outras culturas. Longe de apresentar um processo de “aculturação”, a imagem revela através da criança que se apresenta com as vestimentas tradicionais do povo a capacidade de resistência e adaptação dos Guató.

Durante o período que a expedição russa ficou estabelecida em Cuiabá foram realizadas incursões pelo interior da província de Mato Grosso. A equipe composta por Florence e Rubzoff se deslocou no dia 26 de agosto de 1827 em direção a Vila Maria, localizada na margem esquerda do rio Paraguai. Chegaram em Vila Maria apenas no dia 5 de setembro de 1827 e permaneceram até o dia 14 de setembro. O seu objetivo era visitar no dia 10 de setembro o monumento do Tratado de Madri (1750) denominado “Marco do Jauru”. Durante esta visita ocorreu o segundo contato do povo Guató com Florence, nas proximidades de Vila Maria em uma localidade chamada *Passagem Velha*. O novo contato foi registrado com entusiasmo pelo autor:

Alcançaram-nos umas canoas de guatós. Tornei a ver esses índios com o prazer com que, ao frescos de uma bela tarde, avistam-se amigos de longa data. Nunca vira estes, pois são da grande baía Guaíva, que tem duas léguas de fundo, na confluência do Paraguai e do São Lourenço, mas embora, pertenciam a tribo dos guatós, dentre todas a mais estimável. (FLORENCE, 2007, p. 183)

O contato ocorrido na região de Vila Maria foi promovido por um grupo que havia se deslocado da baía Guaíva para vender peles de animais a um morador da região. Assim como o primeiro, este contato também foi promovido pelos próprios Guató, que se aproximaram com suas canoas de madeira e foram recebidos como “amigos de longa data”. Em seu registro, Florence deixou evidente o seu encantamento pelos Guató, que considerou “dentro todas a mais estimável”. Porém, a sua narrativa revela que os relatos de viagem estiveram presentes na sua formação intelectual, pois enquanto o autor manifestava simpatia pelos Guató também demonstrava estranhamento a determinadas práticas atribuídas ao povo.

Florence demonstrou em relação aos Guató sentimentos contrastantes, como encantamento e estranhamento, pois apesar de ter identificado supostas familiaridades com os europeus, o povo foi representado a partir de uma perspectiva de exotismo que se destinava ao público europeu, que durante o século XIX conhecia o restante do mundo através dos relatos de viagem produzidos pelas expedições científicas europeias. Os membros

destes empreendimentos científicos registraram os povos não-europeus de forma etnocêntrica e os apresentavam a partir de uma perspectiva de exotismo ao público europeu. Os relatos das expedições científica foram responsáveis pela construção da visão que os europeus têm sobre os outros povos do mundo. A influência das expedições científicas na formação intelectual de Florence é demonstrada quando o autor descreve os Guató enfocando os aspectos físicos do povo:

Os varões deixam crescer o cabelo: amarram-no no alto da cabeça e fazem uma espécie de penacho; as mulheres e crianças usam-no corrido. Os adultos andam nus; as moças, porém, cobrem as partes pudendas com um rolo de cordas da casca da palmeira *tucum*, suspenso a um embira amarrada à cinta. Todos eles trazem nas orelhas a modo de brincos penas vermelhas, negras ou de cores várias. (FLORENCE, 2007, p. 104)

Segundo Pratts (1999, p. 52-53), os relatos produzidos pelas expedições científicas determinaram a relação dos europeus “com outras partes do mundo”. Para a autora, os relatos de viagem são “poderosos aparatos ideológicos e de idealização” que construíram a concepção que a Europa tinha de si mesma, em oposição aos outros povos do mundo, representados a partir de uma perspectiva de exotismo. Florence descreveu a língua do povo Guató como uma língua rápida, quase monossilábica e com sonoridades estranhas aos ouvidos europeus:

A língua deles é rápida. Quando estão dois a conversar, nada se ouve senão monossílabos ou palavras curtas que sucedem de um a outras alternadas e breves. O sim é uma forte inspiração seguida de um som gutural. (FLORENCE, 2007, p. 105)

Após sua estada em Vila Maria, Florence e os membros da expedição Langsdorff deixaram Vila Maria no dia 28 de setembro, quando seguiram para Poconé (MT). O grupo retornou para Cuiabá somente no dia 4 de outubro de 1827. Em dezembro do mesmo ano os membros da expedição russa deixaram Mato Grosso em direção a província do Grão-Pará, onde encerraram de forma trágica o empreendimento científico. Florence não voltaria a estabelecer contatos com os Guató, mas mesmo após quase 30 anos revisando o seu caderno de campo, manteve o entusiasmo com que registrou os Guató durante a sua passagem pelo Pantanal.

A mistura de sentimentos contrastantes com que Florence registrou os Guató refletem a sua experiência como membro da expedição Langsdorff durante a travessia da bacia do Alto Paraguai no Pantanal. A viagem pela região foi marcada pelo sofrimento causado pelo intenso calor e pelas nuvens de mosquitos que atacavam os viajantes e pelo

deslumbramento de Florence pela paisagem da região. Diante do medo constante provocado pela possibilidade dos ataques do povo Guaikuru os Guató representaram uma segurança aos viajantes, por manterem contato frequente e serem considerados aliados dos brasileiros. Os canoieiros Guató representaram para Florence a única ajuda segura diante do desconhecido Pantanal, que durante as cheias se transformava em um verdadeiro labirinto composto pelo emaranhado de canais, campos e lagoas formados durante o período das chuvas no Pantanal. Na confiança construída durante a viagem pela região o artista francês registrou os Guató com entusiasmo e admiração e representou o povo a partir de supostas familiaridades com europeus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As escolas de educação básica são reconhecidas como o principal canal de comunicação entre os povos indígenas e a sociedade nacional, e desde a aprovação da lei 11.645/2008 assumiu o protagonismo no ensino de história indígena no país. A lei 11.645/2008 tornou obrigatório o ensino de história indígena através da inclusão de conteúdos sobre a história e cultura dos povos indígenas no currículo das escolas de educação básica em todo Brasil. Passados doze anos desde a sua aprovação, o processo de implementação da lei ainda caminha a passos lentos devido à falta de investimentos das secretarias estaduais, a falta de capacitação dos professores e o distanciamento entre a produção acadêmica sobre a temática indígena e o universo formativo da educação básica.

Muitas escolas no país ainda reproduzem informações equivocadas e visões distorcidas sobre os povos indígenas, contribuindo assim para a manutenção do preconceito e das desigualdades que tem caracterizado a nossa relação com a sua diversidade étnica e cultural que caracteriza o Brasil. Além do aprendizado histórico, as escolas de educação básica também são importantes espaços de aprendizado social, pois é durante a escolarização básica que construímos os primeiros referenciais básicos sobre outros povos e culturas. Desta forma, o ensino de história indígena na educação básica precisa contribuir para a desconstrução de estereótipos e preconceitos sobre os indígenas, pois através do conhecimento sobre os processos históricos e aspectos culturais dos povos indígenas, é esperado que os alunos convivam de forma harmoniosa com as alteridades humanas e reconheçam e valorizem a diversidade étnica e cultural que compõem a sociedade brasileira.

A construção do conhecimento histórico desenvolvido na educação básica precisa ser discutida e problematizada de forma a reconhecer a complexidade que se inscreve nos processos de construção e desenvolvimento das propostas de ensino elaboradas pelos professores de história e nos processos de apropriação de conhecimentos por parte dos estudantes. As escolas de educação básica não são espaços de “vulgarização” ou “simplificação” de um conhecimento histórico produzido apenas nas universidades e centros de pesquisa do país, ao contrário, constituem-se em ricos espaços de produção e disseminação

de conhecimentos históricos. É o que tem nos mostrado o processo de desenvolvimento do ensino de história indígena na educação básica, pois muitos professores tem revisitado a documentação histórica que registrou os povos indígenas em diferentes temporalidades, mesmo as já trabalhadas, para buscar recuperar o protagonismo destes grupos no processo histórico nacional. Como os registros produzidos pelos diferentes agentes da colonização apresentam os indígenas a partir dos interesses de cada época, é preciso analisar as representações sociais presentes nesta documentação histórica para se reconhecer as intencionalidades presentes em sua construção, para assim evitarmos a reprodução de visões colonizadoras sobre os indígenas.

O campo da História Indígena ou Nova História Indígena e seu ensino tem reconhecido o conceito de representação social proposto pelo historiador francês Roger Chartier (1988) como uma ferramenta teórica importante na utilização de documentos históricos produzidos por agentes da colonização como fonte histórica para ensinar sobre a história e cultura dos povos indígenas no Brasil. De acordo com o autor, existe uma intenção na construção das representações sociais presentes nos documentos históricos que precisa ser revelada pelos professores de história durante a sua análise em sala de aula, sob pena de reproduzirmos a visão etnocêntrica dos colonizadores sobre os povos indígenas.

O estudo sobre as representações no ensino de história indígena na educação básica permite aos estudantes desenvolver habilidades e competências fundamentais para o desenvolvimento pessoal e social dos estudantes através da reflexão sobre os interesses que tem motivado o desconhecimento sobre os povos indígenas e o preconceito que tem caracterizado a relação com estes grupos. A crítica ao documento poderá auxiliar os alunos na realização de uma autocrítica em relação as representações produzidas pelo seu próprio grupo social. O trabalho com representações no ensino de história indígena pode contribuir ainda para a construção do conhecimento histórico e para o desenvolvimento da capacidade de interpretação, argumentação e criticidade dos estudantes.

O presente estudo partiu do conceito de representação social proposto por Chartier (1988) para analisar as representações do povo indígena Guató produzidas pelo artista francês Hercule Florence (1804-1877) em sua obra *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas 1825 a 1829* [1875] (2007). A obra foi publicada originalmente em 1875 pelo IHGB resultou da participação de Florence como segundo-desenhista da expedição Langsdorff (1825 a 1829), um empreendimento científico organizado pelo governo da Rússia com apoio do governo brasileiro que percorreu o Pantanal entre os anos de 1826 a 1827. A

obra apresenta uma linguagem acessível e composta de belas imagens que registraram o modo de vida do povo Guató na primeira metade do século XIX.

A obra de Florence não conta apenas sobre o modo de vida do povo na primeira metade do século XIX, pois revelam também sobre o próprio Florence e o contexto social e político onde o artista francês se inseria no século XIX. A sua obra revelou como o povo indígena Guató desenvolveu estratégias adaptativas eficazes ao processo de colonização que se impunha pela crescente presença de não-indígenas no Pantanal. Florence registrou os Guató em um período importante que antecede a grande diáspora vivenciada pelas famílias a partir do final do século XIX. A sua obra pode auxiliar na compreensão das dinâmicas vivenciadas pelo povo, como os processos de domesticação da cultura ocidental desenvolvidas pelo povo através da prática do comércio e das políticas de alianças com grupos indígenas e não indígenas.

Florence produziu uma obra com informações importantes sobre os Guató na primeira metade do século XIX, pois é reconhecida como o primeiro registro etnográfico sobre o povo. Porém, a sua obra é repleta de representações sociais sobre os povos indígenas, que foram representados a partir do referencial cultural do próprio autor. Segundo Chartier (1988), para compreendermos as representações sociais presentes nos documentos históricos é preciso restituir o seu contexto histórico e cultural de produção, preservação e difusão destas fontes. O conhecimento sobre a história de vida de Hercule Florence e sobre os processos presentes na construção de sua obra auxiliaram na compreensão das representações construídas pelo autor, que registrou os povos indígenas de forma maniqueísta e dicotômica, pois os povos indígenas da região foram representados a partir de sua relação com os colonizadores.

As representações produzidas por Florence sobre os povos indígenas são aparentemente antagônicas, porém foram construídas a partir do mesmo referencial cultural, o do próprio artista francês. Os povos indígenas que foram identificados como inimigos, como os Guaikuru, eram considerados violentos e “maus” e os povos reconhecidos como aliados dos luso-brasileiros, como os Guató, eram considerados “bons”, pacíficos e de fácil conversão. As representações produzidas por Florence sobre os Guató contam tanto sobre o povo indígena quanto sobre a sua trajetória de vida e a sua visão acerca de sua própria sociedade.

O povo Guató foi representado por Florence de forma idealizada e em oposição aos demais povos indígenas da região. O autor representou os Guató a partir da perspec-

tiva romântica do “bom selvagem” e identificou supostas similaridades com o povo europeu. A preocupação do autor em quantificar e descrever as características físicas dos Guató revelam como o artista atuou em consonância com o processo de colonização através da produção de dados para expedição Langsdorff e para a estruturação do Estado brasileiro. O olhar de Florence sobre o povo Guató foi marcado pela perspectiva do exotismo que caracterizou os relatos das expedições científicas que faziam grande sucesso na Europa durante o século XIX. Apesar de terem sido registrados de forma amigável pelo autor, os Guató foram representados como corpos disponíveis para o processo de colonização que intensificou-se no Pantanal após o fim da Guerra do Paraguai.

A obra de Florence reflete o seu contexto de produção e atendia aos interesses presentes no processo de colonização, pois segundo Chartier (1988), as representações sociais presentes nos documentos históricos podem (e devem) ser apropriadas de diferentes formas, pois todo produto cultural recebe novos sentidos que são atribuídos pelos leitores durante o seu processo de apropriação. O estudo da obra de Florence a partir análise das representações pode auxiliar os professores de história a manusearem a narrativa de uma agente da colonização sem reafirmar a visão colonizadora presentes em sua narrativa.

As representações sociais constroem as nossas práticas sociais e precisam ser analisadas para construirmos novas práticas sociais, baseadas no respeito as alteridades humanas e na valorização da diversidade étnica e cultural. Segundo Clovis Antonio Brighenti (2016, p. 232), é importante analisarmos as representações sociais construídas sobre os povos indígenas no século XIX, pois estas representações têm sido propagadas para atender aos interesses envolvidos no esbulho de suas terras e se caracterizam pela negação da historicidade destes grupos e pela perspectiva pessimista em relação ao futuro dos povos indígenas.

O estudo sobre a história e a cultura de um povo de tradição canoieira do Pantanal Mato-Grossense pode contribuir para a compreensão da diversidade cultural dos povos indígenas e da dinamicidade de suas culturas no tempo, além de contribuir para desconstruir uma representação arraigada entre a sociedade nacional da existência de culturas indígenas “puras” e de que as mesmas se encontram congeladas no tempo. Neste sentido, a história dos Guató nos revela uma sociedade em intenso contato com diferentes culturas, indígenas e não-indígenas, e que ao longo de seu histórico de adaptação ao ambiente pantaneiro estabeleceu uma complexa rede de relacionamentos com inúmeros grupos, por meio do estabelecimento de alianças e conflitos com outros povos indígenas da região, e

no processo de resistência ao projeto colonizador empreendido pelas coroas de Espanha e Portugal a partir do século XVI. Longe de tratar-se de uma narrativa marcada por uma perspectiva histórica cristalizada que identifica os indígenas com uma trajetória de perdas e derrotas, a história do povo Guató revela a grande capacidade de resistência em meio as disputas políticas e econômicas travadas em meio ao seu território tradicional e garantir a sobrevivência física e cultural de suas famílias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

BARROS, José D'Assunção. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 12, n.16, p. 38-63, 2011.

BARTH, Frederik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BITTENCOURT, Circe. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRAZIL, Maria do Carmo. *O rio Paraguai e a Guerra: contribuições para o ensino de História*. ANPUH, São Paulo, julho, 2011.

BRIGHENTI, Clóvis Antonio. “Colonialidade e decolonialidade no ensino de história e cultura indígena”. In: SOUZA, Fábio Feltrin de; WITTMANN, Luisa Tombini. *Protagonismo indígena na história*. Chapecó: UFFS, 2016.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CANSTATT, OSCAR. *Brasil: terra e gente, 1871*. Brasília: Senado Federal, 2002.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. “A construção dos índios pelo Ocidente e seus corpos indomados (Amazônia, séculos XVII e XVIII)”. In: SOUZA, Fábio Feltrin de e WITTMANN, Luisa Tombini. *Protagonismo indígena na história (v.4)*. Tubarão: Copi-art/UFFS, 2016.

CCBB - CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL. *Expedição Langsdorff* (catálogo de exposição). São Paulo/Brasília/Rio de Janeiro, 2010.

CEREZER, Osvaldo Mariotto. *Ensinar história Afro-brasileira e indígena no século XXI: a diversidade em debate*. Curitiba: Appris, 2019.

CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

COSTA, Maria de Fátima G. “O Brasil pelo olhar da Expedição Langsdorff. IN: COSTA, Maria de Fátima G.; DIENER, Pablo; STRAUSS, Dieter. *O Brasil de hoje no espelho do século XIX: artistas alemães e brasileiros refazem a Expedição Langsdorff*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

COSTA, Maria de Fátima. *De Xarayes ao Pantanal: a cartografia de um mito cartográfico*.

Revista do IEB, 45, p. 21-36, 2007. Disponível em: <http://200.144.255.123/Imagens/Revista/REV045/Media/REV45-03-1.pdf> (acessado em 17/02/2019)

CUNHA Manuela Carneiro da (Org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras/ SAPESP/SMC-SP, 1992.

FAUSTO, Carlos. *História. Índios no Brasil*. Brasília: MEC/SEED/SEF, 2001.

FERREIRA, Dirceu Franco. Narrando viagens e invenções. Hercule Florence: amigo das artes na periferia do capitalismo. *Anais do Museu Paulista*, v.22, n. 2, jul.-dez. 2014.

FLORENCE, Hercule. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas 1825 a 1829*. Brasília: Edições Senado, 2007.

FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da história ensinada*. Campinas: Papirus, 1993.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino em História*. Campinas: Papirus, 2005.

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. *Territórios e Negócios na “era dos impérios”*: Os Belgas na Fronteira Oeste do Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GERMINARI, Geysa D. Educação histórica: a constituição de um campo de pesquisa. *Revista HISTEDBR*, n. 42, junho, Campinas, 2011.

HOBBSAWN, Eric. *A era das revoluções Europa 1789 – 1848*. São Paulo: Paz e Terra, 1962.

KOMISSAROV, Boris. *Expedição Langsdorff: acervo e fontes históricas*. Brasília: Edições Langsdorff, 1994.

LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. Brasiliense: São Paulo, 2003.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LISBOA, Karen Macknow. Viagem pelo Brasil de Spix e Martius: quadros da natureza e esboços de uma civilização. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 29, 1995.

LITZ, Valesca Giordano. *O uso da imagem no ensino de história*. Curitiba: Secretaria de Estado de Educação, 2009.

LOSE, Alícia Duhá. Edições de documentos históricos: a quem interessam? A quem se destinam? *Revista Abralín*, v. 16, n. 2, 2017.

LUZIVOTTO, Rodrigo. *Os diários de Langsdorff: Prelúdios Paisagísticos*. Tese de doutorado em Geografia. USP, 2012.

MACHADO, Maria Fátima Roberto. *Relações coloniais e confrontos culturais: índios e portugueses em Mato Grosso no século XVIII*. UFMT/ANPOCS, 2002. (Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-26-encontro/gt-23/gt15-19/4455-mmachado-relacoes/file> acessado em 25/02/2019)

MAGALHÃES, José Vieira Couto de Magalhães. *Ensaio de Anthropologia: região e raças selvagens do Brasil*: memória onde se estuda o homem indígena debaixo do ponto de vista physico e moral, e como elemento de riqueza, e auxiliar na acclimação do branco nos climas intertropicaes. Rio de Janeiro: Typ. Pinheiro, 1874. (Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182904> acessado em 26/05/2019)

MATO GROSSO. *Orientações Curriculares – Diversidades Educacionais*. SEDUC/MT: Cuiabá, 2012.

MOLINA, Ana Heloísa. Ensino de história e imagens: possibilidades de pesquisa. *Domínios da imagem*, Londrina, v. 1, n. 1, nov. 2007.

MONTEIRO, Ana Maria. *Professores de história: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

MONTEIRO, John Manuel. “O desafio da história indígena no Brasil”. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 2000.

MONTEIRO, John. *Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese (Livre docência em Etnologia, subárea História indígena e Indigenismo), Unicamp, 2001.

MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícia sobre a província de Matto Grosso seguida d’um roteiro de viagem da sua capital a São Paulo*. São Paulo, 1869. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221713> (acessado em 24/05/2019).

OLIVEIRA, João Pacheco de e ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. “Prefácio”. In: *Protagonismo indígena na história* (v. 4). SOUZA, Fábio Feltrin de; WITTMANN, Luisa Tombini. Tubarão: Copiart/UFFS, 2016.

OLIVEIRA, João Pacheco de. “Muita terra para pouco índio? Uma introdução (crítica) ao indigenismo e à atualização do preconceito”. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 2000.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. A religião dos Guató sob o olhar de viajantes e missionários: uma releitura de velhas fontes. In: *Anais do I Simpósio sobre Religiões, Religiosidades e Cultura*, Dourados-MS, 2003.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. Acuri, a palmeira dos índios Guató: uma perspectiva arqueológica. *Noticias de Antropología y Arqueología*, 2001. Disponível em: <http://www.equiponaya.com.ar/articulos/arqueo04.htm> (acessado em 24/03/2018).

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. *Arqueologia Pantaneira: história e historiografia (1875-2000)*. Dourados: Ed.UFGD, 2008.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. *Da pré-história a história indígena: (re)pensando a arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal*. Tese (Doutorado em Arqueologia), PUCRS, Porto Alegre, 2002.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. *Guató: Argonautas do Pantanal*. Porto Alegre: Edipucrs,

1996.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. *Os Milenares (Arqueologia como história dos povos indígenas do Pantanal)*, 2014. Disponível em: [https://www.academia.edu/23236150/2014 - Os milenares Arqueologia como hist%C3%B3ria dos povos ind%C3%ADgenas no Pantanal](https://www.academia.edu/23236150/2014_-_Os_milenares_Arqueologia_como_hist%C3%B3ria_dos_povos_ind%C3%ADgenas_no_Pantanal) (acessado em 12/04/2019)

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. Povos indígenas: conheça a breve história do povo Guató (2016). *Campo Grande News* (Portal da Internet), 29 de maio de 2016. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/artigos/povos-indigenas-conheca-a-breve-historia-do-povo-guato> (acessado em 12/04/2019)

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. A paisagem do Pantanal e a ruralidade nas minas de Cuiabá (primeira metade do século XVIII). *Revista de História*, São Paulo, n. 164, p. 161-194, 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19192/21255> (acessado em 17/04/2019)

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA/ CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Documento técnico Subsídio a formulação e avaliação a políticas educacionais brasileiras*, 2012.

PAIVA, Adriano Toledo. *História indígena na sala de aula*. Belo Horizonte: Fino Trato, 2012.

PALÁCIO, Adair Pimentel. Os Guató. Comunicação apresentada na *XI Reunião da Associação Brasileira de Antropologia*, Recife, maio de 1978.

PEREIRA, Sonia Maria Couto. *Etnografia e iconografia nos registros de Hercule Florence durante a expedição Langsdorff na província de Mato Grosso (1826 a 1829)*. Dourados: Ed. UFGD, 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginado o imaginário. *Revista Brasileira de História*, v. 15, n. 29, 1995.

POSTIGO, Adriana Viana. *Fonologia da língua Guató*. Dissertação (Mestrado em Letras). Três Lagoas: UFMS, 2009.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999.

PRESOTTI, Tereza Martha Borges. *Na trilha das águas: Índios e Natureza na conquista colonial do centro da América do Sul: Sertões e Minas do Cuiabá e Mato Grosso (século XVIII)*. Tese de doutorado. Universidade de Brasília, 2008.

RIBEIRO, Marilene da Silva. *Uma ilha na história de um povo canoieiro: o processo de desterritorialização e reterritorialização dos Guató na região do Pantanal (século XX)*. Dourados: UFMS, 2005.

RONDON, Candido Mariano da Silva. *Relatório dos trabalhos realizados de 1900 – 1906*. Rio de Janeiro, 1949. Disponível em: http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MI_Bibliografico&pesq=guat%C3%B3 (acessado em 07/06/2019).

RÜSSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes da meta-história. *História da historiografia*, n. 2, março de 2009.

SANTOS, Matias Belido dos. *Práticas mortuárias entre os povos indígenas no Pantanal Mato-Grossense*. Dourados: UFGD, 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. *Orientações Curriculares: Área de Ciências Humanas: Educação Básica*. Cuiabá: SEDUC-MT, 2010.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. *Orientativo 2013*. Ciclos de Formação Humana. Cuiabá: Mato Grosso, 2013.

SILVA, Danuzio Gil Bernardino da (org.). *Os diários de Langsdorff. Volume III: Mato Grosso e Amazônia de 21 de novembro de 1826 a 20 de maio de 1828*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

SIQUEIRA, Elisabeth Madureira. *História de Mato Grosso*. Cuiabá: Entrelinhas, 2009.

SPOSITO, Fernanda. “Políticas ameríndias, políticas indigenistas (América portuguesa e espanhola, séculos XVI a XVIII)”. In: SOUZA, Fábio Feltrin de; WITTMANN, Luisa Tombini. *Protagonismo indígena na história (v.4)*. Tubarão, SC: Copiart/UFFS, 2016.

TAUNAY, Alfredo d’Escagnolle. “A expedição do Cônsul Langsdorff ao interior do Brasil”. In: FLORENCE, Hercule. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas 1825 a 1829*. Brasília: Edições Senado, 2007.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil, 1879-1819*. São Paulo/Brasília: INL, 1987.

ZAMBONI, Ernesta. Representações e Linguagens no ensino de história. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998.

Fonte principal:

FLORENCE, Hercule. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas 1825 a 1829*. Brasília: Edições Senado, 2007.